A 955,617

Digitized by Google

PROPERTY OF
University of Michigan Libraries
1817
ARTES SCIENTIA VERITAS

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

"A PROL DO COMUM..."

Digitized by Google

OBRAS DE ANTÓNIO SARDINHA

POESIA

Tronco Reverdecido — 1906-1908 (Lisboa, 1910).
A Epopeia da Planície — Poemas da Terra e do Sangue (Coímbra, 1915).
Quando as nascentes despertam... — Poemas da Turbação & da Boa Estrêla (Lisboa, 1921).
Na Côrte da Saüdade — Sonetos de Toledo (Coímbra, 1922).
Chuva da Tarde — Sonetos de Amor (Coímbra, 1923).
Era uma vez um Menino... — Elegias (Lisboa, 1926).
Roubo de Europa — Poema — Com um estudo de Luís de Almeida Braga. (Lisboa, 1931).

A PUBLICAR:

«*Pequena Casa Lusitana*» — Sarcasmos, Esperânças & Elegias.
Procissão de Cinzas & Outros Poemas.

HISTORIA NACIONAL, FILOSOFIA POLÍTICA E CRÍTICA DAS IDEIAS

O Valor da Raça — Introdução a uma Campanha Nacional (Lisboa, 1915).
Ao Princípio era o Verbo — Ensaios & Estudos (Lisboa, 1924).
Ao ritmo da Ampulheta — Crítica & Doutrina (Coímbra, 1925).
A Teoria das Côrtes Gerais — Prefácio à *História e Teoria das Côrtes Gerais*, do 2.º Visconde de Santarém (Lisboa, 1925).
Na Feira dos Mitos — Ideias & Factos (Lisboa, 1926).
Durante a Fogueira — Páginas da Guerra (Lisboa, 1927).
A' sombra dos Pórticos — Novos ensaios (Lisboa, 1927).
Da hera nas colunas — Novos estudos (Coímbra, 1929).
Purgatório das Ideias — Ensaios de crítica (Lisboa, 1929).
De Vita et Moribus — Casos & Almas. (Lisboa, 1931).
«*A prol do comum...*» — Doutrina & História (Lisboa, 1934).

A PUBLICAR:

Glosário dos Tempos — Escritos, Conferências & Outras Palavras.
O Processo dum Rei.
Correspondência.

ESTUDOS PENINSULARES

A Questão Ibérica — (De colaboração) — O Território e a Raça (Lisboa, 1916).
A Aliança Peninsular — Antecedentes & Possibilidades — Prefácio de D. Gabriel Maura Gamazo, Conde de la Mortera (Pôrto, 1924). 2.ª edição (Pôrto, 1930).
La Alianza Peninsular — Prólogo de Ramiro de Maeztu. Traduccion del Marqués de Quintanar, Conde de Santibañez del Rio. (Madrid, 1930).

A PUBLICAR:

Á Lareira de Castela.

Digitized by Google

ANTÓNIO SARDINHA

"A PROL DO COMUM..."

DOUTRINA & HISTÓRIA

1934
LIVRARIA FERIN, EDITORA
TORRES & C.TA
70, Rua Nova do Almada, 74
LISBOA

Digitized by Google

AC
75
.S25

Composto e impresso na Tipografia da Livraria Ferin,
70, Rua Nova do Almada, 74 — Lisboa

Digitized by Google

63-213687

611
2

TESTEMUNHO DUMA GERAÇÃO

Digitized by Google

Digitized by Google

TESTEMUNHO DUMA GERAÇÃO (1)

Quando se fala do renascimento tradicionalista que se está operando em Portugal e se apresenta a nova geração como católica e monárquica, será bom que nos entendamos, antes de mais nada, sôbre o que nesse sentido se possa rigorosamente definir como «nova geração». Evidentemente, não são todos os que nasceram já depois de 89, entre a morte del-rei D. Luís na cidadela de Cascais e o estremecimento nacionalista acordado à volta do *ultimatum*. Não é apenas o critério cronológico o critério a intervir no exame exacto do que seja uma «geração». Nem tão pouco, democràticamente, nos é lícito recorrer ao conceito do número. Constituindo um «tipo social» com características suas, com autonomia própria de pensamento e tendências, uma geração é sempre o que forem intelectualmente os seus elementos mais representativos. E' natural

(1) Prefácio ao volume de Caetano Beirão, *Uma Campanha Tradicionalista*, Lisboa, 1919.

Digitized by Google

que a grande massa, indiferente na maior parte, se deixe reger ainda por ideias em recúo. Isso não impede que as consideremos como mortas, já atingidas de perto pela corrente adversa em que hão-de sossobrar.

«*Peut-être une enquête plus étendue, sollicitant tous les jeunes Français, ceux des ateliers, des faubourgs et des champs, comme ceux qui sortent des collèges, êut-elle donné des résultats différents*», —observa a pena dupla de Agathon nêsse livro, tão nosso conhecido, *Les jeunes gens d'aujourd'hui*. «*Mais la majorité numérique en l'ocurrence n'offre qu'une signification secondaire, trompeuse même, car c'est lorsqu'une doctrine a gagné la foule qu'elle a commencé de mourir, aux yeux du philosophe; son triomphe présent nous assure qu'elle ne dominera pas l'avenir. Et c'est l'avenir qui nous importe ici*».

O problema é posto psicològicamente nos seus termos exactos. Claro que se a turba rumorosa dos rapazes portugueses não ingressou ainda em massa no tradicionalismo, não é porque permaneça numa espécie de fidelidade para com a obra destruïdora da República. Ninguem a tem combatido como eles, como ninguem, como êles, tem sido a sua vítima apetecida. A penetração das ideologias liberalistas foi grande, é certo, e servida não só pela acção conservadora do Estado, como pela própria Universidade, onde, em vez de professores, só havia funcionários. Mas as suas conseqüências

Digitized by Google

não levaram, dum modo geral, a nova geração à República. A República não conseguiu adquirir assim uma feição de aparente estabilidade, tal como o Constitucionalismo, precisamente porque a nova geração lhe faltou. Falta-lhe, por instinto, porém; mais por motivos de ordem sentimental e sub-consciente do que por acreditadas razões de inteligência e positivismo. É onde se recolhem os frutos anarquisadores do ensino oficial, roubando a uma nacionalidade, católica e monárquica por estrutura intíma, a compreensão reflectida da sua natureza histórica.

A prova de que a nova geração faltou à República, — e eu escrevo República, não como *regimen* mas sobretudo como *princípio* — não necessitamos talvez de a produzir. A experiência está feita nessa última tentativa de arregimentação juvenil que, adentro da pura mitologia revolucionária, se pretendeu opôr à situação meramente pessoal, criada pelo movimento de 8 de Dezembro passado. A *Mocidade Republicana* não revelou nem uma gaforina regulando a marcha ruidosa da oratória aos punhados espalhada pelo ar. Empenhada numa exibição funambulesca de ídolos quebrados, a si mesmo se expulsa do giro dos acontecimentos no eclipse rápido e sem grandeza duma mentalidade em total dissolvência.

Mas se a superstição democrática, nas suas formas já hoje curiosamente arcaicas, não consegue encantar a nova geração, manda a verdade reconhecer que, por emquanto, não é dominadora a parte

Digitized by Google

dela que nas doutrinas positivas da contra-revolução encontra uma regra e uma finalidade comuns. Destituida por completo duma cultura que a Escola lhe não deu e que só em raras excepções o autodidatismo se esforça por suprir, não é de admirar que na abundância magnífica da sua energia se abandone à sugestão de todos os equivocos, apresentados aos seus olhos como soluções presumíveis. Se momentaneamente é para lamentar essa triste inocência de convicções, não deixa ela, porém, de ter as suas virtudes. Solicitada mais para o campo da acção imediata, a juventude portuguesa escapa-se assim à influência, que seria nefasta, de dois factores introduzidos sucessivamente no nosso meio com a quimera, indubitàvelmente bem intencionada, de resolverem a crise orgânica em que a nacionalidade se debate e quási se desfaz. Aludo, sem propósito de desprimor, à recente *Liga de Acção Nacional* e àquela confederação literária do Porto *A Renascença Portuguesa.*

Não é para aqui a crítica, ainda que ligeira, do seu programa e das suas afirmações. Basta que lhes assinalemos, como um vício grave de origem, a sua inteira subalternisação ao preconceito inadmissível do regimen.

A *Liga de Acção Nacional*, tecida com mais segurança no aviso duma ou outra competência, enferma logo do êrro inicial da sua orientação filosófica. Sem método que se possa dizer científico, ela não verifica os factos senão em detalhe, dedu-

Digitized by Google

zindo uma conclusão que só inductivamente era legítimo formular. Individualista e protestante pelo kantismo evidente dum dos seus categorisados preceptores, abstrai dos nossos antecedentes sociais e etnicos e estabelece o sistema democrático como condição basilar para a sua suposta obra de ressurgimento. Fatalmente adversa à composição secular da nacionalidade, de nada mais carecemos para considerarmos votada ao insucesso a *Liga de Acção Nacional*. Não só porque reputa dogmática a estrutura actual do Estado, como também porque conduzida por um anglo-saxonismo de importação, perfilha e aplaude a insensatez reformadora de Mousinho da Silveira. É o individualismo que se revela na sobreposição imperativa das suas simpatias ideológicas a tôda e qualquer indicação da realidade.

A *Renascença Portuguesa*, não passando dum já agora falido esboço de federalismo literário, à maneira do *Mercure de France*, não nos ofereceria nunca a importância da *Liga de Acção Nacional* se não pretendesse preceptorar a produção evidente das nossas letras com o falso e perigoso nacionalismo da sua teoria saudosista. Enfermando filosòficamente da mesma hereditariedade da *Liga de Acção Nacional*, para onde se destacaram alguns dos seus elementos mais reputados, só temos a sublinhar a insuficiência dos canones artísticos, em que *lirismo* nos aparece confundido com *subjectivismo*. A natureza sempre emotiva da poesia é dêste modo pervertida

Digitized by Google

pelo *saudosismo*, como espécie de ideologia sentimental, mistura doentia de racionalismo e imaginação, que a fraqueza dos recursos plásticos pode à primeira vista fazer passar por uma rara e preciosa afloração do sub-consciente. Se assim acontecesse, concordamos que seria a posse da poesia pura, a permanência do rasgo genial. Não acontece, porém. E a demonstração faculta-no-la o temperamento monótono de Teixeira de Pascoais, em quem desertam, como falta, os mais rudimentares elementos de ligação intelectual. A incapacidade expressiva consegue, momentaneamente, para os espíritos desprevenidos, acordar a sensação do profundo e do misterioso. E' essa hesitação psíquica o reflexo da melancolia germánica que, eivada de predilecções negativas da inteligência, se sobrepõe no *saudosismo* à expontaneidade medievalista dos nossos *Cancioneiros*. Não me excedo indicando pela via do germanismo a conformação protestante, não no sentido confessional, mas como uma característica de cultura, de tôda a forte corrente literária desenvolvida em torno da *Renascença Portuguesa*. Adivinhando-lhe êsse protestantismo nato o mesmo é que fixar-lhe a sua genealogia extraída do individualismo mais extremo e mais intrincado. Duas passagens de Teixeira de Pascoais no opúsculo *O Espírito Lusitano ou o Saudosismo*, abonarão a minha afirmativa. Segue a primeira:

«Impõe-se a formação da Igreja Lusitana que tão vivas raizes tem na tradição e no espírito da

Digitized by Google

Raça. O Povo Português é felizmente um povo religioso, mas não católico, por isso mesmo que criou a Saüdade. A religiosidade do nosso Povo, como já afirmei, é original e a ela deve adaptar-se a Igreja Portuguesa».

Exactamente porque o sentimento religioso é no homem o seu mais forte laço social, restringi-lo a uma forma particularisada de tribu ou de seita, é não só limitar-lhe a consciência pela sua sujeição à interferência opressora do Estado, mas é roubar também a única possibilidade de restaurar a sociedade internacional desfeita, por meio do único poder espiritual existente e verdadeiro. E Teixeira de Pascoais, depois de profundamente afirmar que o sentimento religioso faz parte no homem do seu ser moral «como, por exemplo, as orelhas e o nariz fazem parte do seu ser corporeo», ao mesmo tempo que admite, sem se revoltar, a hipótese ibérica duma república federativa, conclui na necessidade de «uma Democracia religiosa e rural», como a forma mais justa para a república se enquadrar.

Divorciadas das tendências representativas da nacionalidade, nem a *Liga de Acção Nacional* nem a *Renascença Portuguesa* poderiam oferecer, por isso mesmo, à geração nova uma doutrina que, fundamentada nas realidades do seu sangue e da sua inteligência, lhe abrisse o caminho para a restauração da nossa consciência colectiva obliterada.

Que resta pois, no turbilhão dos impulsos rápidos, depressa exauridos na falta dum princípio

Digitized by Google

orgânico que lhes dê finalidade e seqüência? Necessàriamente o movimento que à róda do *Integralismo Lusitano* procura reconduzir Portugal à continuidade do seu fio tradicional interrompido.

A influência do *Integralismo Lusitano* na nossa adormentada sociedade é já mais que manifesta. O descrédito do Parlamento acentua-se de hora para hora, até nos espíritos menos preocupados, não tanto pela culpa dos homens mas, sobretudo, pelo vício estrutural da instituïção. Sem nós, sem o nosso forte apostolado contra-revolucionário, não seria possível a tentativa presidencialista, já inviavel. De resto, os sinais da nossa penetração são de todos os dias, e ainda não há muito que um ministro da república, discursando em Viseu, considerava como o início da nossa decadência a data funesta de 1820. De nada mais careceriamos para não considerar infructifera a campanha do *Integralismo Lusitano*. Mas o mais interessante é que, enquanto êste estado de espírito se cria, ainda que difundido e superficial, as hostes integralistas recebem constantemente o refôrço dos melhores elementos da geração nova, tanto no campo da acção como no campo do pensamento. Vem a elas iniciativas e adesões, saídas das mais contraditórias procedências. Ao lado de antigos emigrados da Galiza, infileiram-se republicanos desiludidos, alguns mesmo com registo nas associações secretas. Não há muito que o diário *A Monarquia* publicava um documento singularmente demonstrativo. Era a con-

Digitized by Google

versão ao tradicionalismo do senhor Franco Lisboa, revolucionário do 14 de Maio, que do anarquismo intelectual em que experimentára as suas primeiras armas de jornalista, repousava finalmente o seu espírito inquieto à sombra da bandeira do Pelicano, depois de haver participado da iniciação carbonária num período agitado da sua mocidade.

Ora êste e outros factos, denotando a convergência progressiva da nova geração para o corpo de ideias e soluções do *Integralismo Lusitano*, autorisam-nos a concluir que um forte renascimento tradicionalista se está verificando entre nós. Particularisando mais, basta lembrar meia duzia de nomes, todos êles francamente agrupados no *Integralismo Lusitano*, para que a evidência se torne então mais palpável, transparente de todo.

E' conveniente não esquecer que o *Integralismo*, sendo um movimento nacionalista, não é apenas um movimento político. E' também e principalmente um movimento de renovação intelectual e de especialisações profissionais com o fito supremo do alevantamento da Pátria.

Não alúdo à série de conferências sôbre *A Questão Ibérica* que, embora bem longe de alcançarem o problema em tôda a sua complexa amplitude, marcam contudo um esfôrço nobilíssimo a que mais tarde se fará completa justiça. Mas é-me agradável referir-me aos seus conferentes, entre os quais se destaca a autoridade científica do dr. Ruy Ennes Ulrich que, de novo professor na Universi-

Digitized by Google

dade de Coimbra, se tornou, com o maior entusiasmo, um dos nossos melhores camaradas. No nacionalismo das nossas terras, Hipolito Raposo e Luís de Almeida Braga — autores um do *Outro-Mundo* e o outro do *Pão Alheio*, — são dos que mais alevantadamente mantém a dignidade da herança, tantos anos deserta, de Garrett. Adriano Xavier Cordeiro, além do jurisconsulto abalisado, é o teórico lucidíssimo dessa maravilha de equilíbrio e de sobriedade que no *Problema da Vinculação* nos ofereceu. Lavrador com direito já ao agradecimento nacional, José Pequito Rebelo com os seus *Novos Metodos de Cultura* impôs o nosso movimento no campo das realisações completas. Proximamente, o livro em que trabalha, *O problema do Pão*, apresenta-lo-á como o moderno orientador da agricultura portuguesa. E para que nada nos falte, Luís de Freitas Branco, compositor já consagrado, ensaia nos *Funerais de Viriato* os seus primeiros passos para uma sentida e consciente nacionalisação da música. Não me esquecerei do ardor combativo de João do Amaral, em quem a preguiça helenica é irmã da luminosidade latina. Seu émulo na modéstia com que esconde e desperdiça a rara virtude dum temperamento de eleição, choremos pelo Conde de Monsaraz poeta, para o celebrarmos como soldado façanhudo, de quem a fama já falou nas suas vozes sempre indiscretas.

A esta camada outra camada se segue, tão vigorosa e tão decidida como a primeira. Armando da

Digitized by Google

Silva, multiplicando a sua actividade sem limites, foi uma revelação súbita que constitui um dos mais belos títulos do movimento integralista. Engenheiro distintíssimo, Eduardo de Bettencourt Ferreira é já um cooperador de destaque na nossa obra de aproveitamento económico de Portugal. José Monteiro, o lírico enternecido das *Terras da Beira*, dedica à nossa cruzada a sua energia de iluminado. Vocação excepcional de dramaturgo, Carlos Selvagem é dos que mais de perto nos acompanham, com a sua pena e com a sua espada. Exercendo notáveis predicados de observação e de estudo, Artur de Campos Figueira tracejou durante mais dum ano nas colunas de *A Monarquia* um interessantíssimo roteiro da economia nacional.

No mundo comercial, industrial e financeiro igualmente a nossa acção se faz sentir entre os novos. Comungam comnôsco na mesma fé Fernando Costa, gerente da casa dum dos mais importantes armadores de Lisboa; Fernando Campos, comerciante dotado duma excepcional cultura; Francisco Mira, um dos nomes mais lançados nos meios financeiros da Madeira;... e tantos e tantos outros.

Bem notáveis ainda, Eduardo Pinto da Cunha, publicista e deputado, que, perdido na ideologia liberalista, de adversário inteligente do *Integralismo*, é hoje um dos seus mais fervorosos servidores; Luís Chaves, a quem a arqueologia portuguesa deve já trabalhos de reputada estima; César

Digitized by Google

de Oliveira, sindicalista católico, com explendidas e vigorosas páginas de educação; Luís Teixeira Neves, polemista e conferencista saboroso; Carlos de Oliveira, José Luís da Silva Dias, Francisco Beliz, Augusto da Costa, Felix Correia, Rebelo de Bettencourt, Rolão Preto, Cortes Rodrigues, Nuno de Gusmão, Ayala Monteiro, Melo Lapa, Leonardo Teixeira, Alfredo de Freitas Branco, Libanio Braga, — uns, poetas, outros, jornalistas, todos embebidos na grande visão comum dum Portugal-Maior.

Juntemos-lhe agora soldados de Couceiro na Galiza como José Rino Froes, Calainho de Azevedo, Joaquim de Almeida Braga, Henrique de Menezes Parreira. Henrique de Menezes Parreira bateu-se também, e arrojadamente, de 5 a 8 de Dezembro contra a oligarquia afonsista. No número dos bravos rapazes que então se destacaram, já arregimentados nas fileiras do Pelicano, a minha saudação inclui igualmente António Godinho Tavares e José Maria da Silva, — o último, expedicionário a Moçambique, num oferecimento inspirado do seu claro e ardente patriotismo.

Soldado da Galiza, cobriu-se de glória na batalha de França, outro integralista, — Luís de Portugal da Fonseca e Melo. Seu companheiro na emigração e no Integralismo, o alferes Brandão Pereira de Melo foi condecorado com a *Cruz de Guerra* de 2.ª classe. Até lá longe, na linha enevoada do combate, o Integralismo é honrado e coberto de glória! Promovido ao posto imediato

Digitized by Google

por distinção e portador da *Cruz de Guerra* e da *Legião de Honra,* Anibal de Azevedo é o nosso heroi, — o símbolo admirável duma geração que nas regras exaltadoras do nacionalismo sente renascer nas suas veias o depósito abandonado das nossas virtudes ancestrais. A terra que o viu romper intemeratamente a linha inimiga é a terra que recebeu no seu seio os restos dum outro camarada nosso — o alferes Alexandre Cabeças. Confessando a sua fé e a sua raça, caíu Alexandre Cabeças como sabem cair os portugueses, na manhã lutuosa de 9 de Abril. São conhecidos bastantes trechos de cartas suas em que a uma piedade infinita se liga a mais exaltada confiança nos destinos imortais da Pátria. Chamou-lhe o sr. Bispo de Portalegre, pela flama ardente da sua religiosidade, o *Psichari português.* Como uma alma moldada no mesmo enlêvo de sacrifício em que se moldava a do neto de Renan, o temos, realmente, que venerar e invocar.

E enlaçando os vivos e os mortos, que não fique no olvido o alferes de artilharia Augusto Telo, prisioneiro hoje dos alemães, e a quem o nosso movimento deve um fervor assinalado bem publicamente na sua conferência de maio de 1918 na Liga Naval sôbre *A Familia...* Ao seu lado enfileira-se cavalheirescamente Simeão Pinto de Mesquita que, trocando o seu tranquilo confôrto pela vida arriscada de soldado, se ofereceu como voluntário tão depressa a guerra estalou, e lá anda agora na

Digitized by Google

escola dificil de África ressurgindo as virtudes admiráveis da sua hereditariedade, onde a espada e a pêna se alternam e conjugam, debaixo do comando glorioso dum avô que foi heroi em Montes-Claros.

Nesta ligeirissima ementa eu não tenho outro fim senão mostrar como a fôrça colectiva dum princípio torna colectiva uma geração, abalada pelas influências mais contraditórias e mais dissolventes. A' experiência dolorosa dum Oliveira Martins e dum Antero de Quental sucede-se a nossa, jà aquecida pelos ensinamentos terminantes do positivismo contemporâneo. É bom acentua-lo, e acentua-lo com vigor, numa hora em que, derradeiro lampejo duma época que passou, a mitologia política do século findo encontra no Presidente Wilson a sua anacrónica e pitoresca incarnação. E para que não seja tomada como um fogacho passageiro a bela atitude da geração integralista, recordemo-nos que ao seu apêlo e na mais animadora unidade de pensamento, outra vem acudindo, irmãos mais velhos na idade, com tanto fogo e com tão esperançada certeza na nossa fé nacionalista. Lembrarei Afonso Lopes Vieira, o mais lusitano de todos os lusitanos, que, no remoçamento da nossa sensibilidade, é um preceptor a seguir-se e um poeta a decorar-se; lembrarei Julio de Melo e Matos, dos mais denodados e dos mais persistentes defensores da agricultura portuguesa; lembrarei Armando Vieira de Castro que, como Carlos de Mesquita, é um dos espíritos mais cultos e mais

Digitized by Google

brilhantes da nossa terra, tão culto e tão brilhante como, infelizmente, ignorado e retraído. Não me quero esquecer de António Jorge de Almeida Coutinho e Lemos Ferreira, autor dêsse breviário de crença nacionalista que é o *Ideal Português*, nem do escritor publicista Alves de Morais, republicano do tempo em que o património mental da juventude se conformava nas ideologias apaixonadas de Michelet, Victor Hugo & C.ª, mas hoje servidor da monarquia tradicional, que o seu espírito encontrou seguindo unicamente o caminho da reflexão e do estudo. Figura dominante no meio universatário de Coïmbra, o ilustre teólogo doutor Bernardo de Madureira trouxe ao *Integralismo*, com o seu nome aureolado de virtude e erudição, o pêso dum depoimento que é preciso não olvidar no momento em que o catolicismo romântico procura reeditar contra o movimento integralista a mesma campanha insidiosa que o *Sillon* desenvolveu contra a *Action Française*.

E mais, muitos mais entusiasmos nos estimulam na cruzada em que nos empenhamos pelo Portugal-Maior. Ele é o conde de Vilas-Boas, portador duma bela folha de serviços no Ultramar; êle é o conde de Vila-Pouca, alma direita de militar e visão serena de sociólogo; êle é Saturio Pires, que ainda há pouco, numa excelente monografia, nos deixou bem a medida dos seus recursos como investigador e como tático; êle é o conselheiro Jaime Forjaz de Serpa Pimentel, genealogista autorizado, em quem

Digitized by Google

a ciência díficil da linhagem se reabilita entre nós à claridade dos modernos processos; êle é Ferreira Deusdado, um dos primeiros troncos do tradicionalismo em Portugal, que nos seus dois livros *Educadores Portugueses* e *A crise do ideal na arte* enriqueceu superiormente a nossa minguada literatura de idéas. E com a sua corajosa *Carta de um velho a um novo* seria Ramalho Ortigão, se o testemunho comovido das agonias de Antero de Quental e de Oliveira Martins, já reconciliados com as vozes serenas do seu sangue, o não tivesse adormecido com Deus «na comunhão de nossos pais antigos».

Tão fortemente evidenciado, o *Integralismo* é, pois, o testemunho duma geração que nos seus motivos de crer e de querer, realizando a harmonia da acção com o pensamento, realizou pelo regresso à nossa condicionalidade histórica interrompida a harmonia dos vivos com os mortos. Se constituímos um partido, o nosso partido é, assim, o partido dos Mortos. Não o partido dos Mortos debruçado sôbre o túmulo do rei, como no romance célebre de Melchior de Vogüé o velho marquês de Kerassakene; mas o partido dos Mortos reconhecendo e proclamando êsse aforismo elementar de sociologia de que *«tudo o que é repousa sôbre tudo o que foi»*.

Porque tudo o que é repousa sôbre tudo o que foi, é que para nós a Tradição não é um ponto fixo no passado. É antes, e conforme a revisão científica do nosso tempo, a *permanência na continuidade*, como já atraz fica dito. Não nos podemos dêste

Digitized by Google

modo furtar à aceitação das regras sociais em que os nossos antepassados viveram, adaptando-as e corringindo-as segundo as necessidades e as tendências reais da época em que vivemos. Como nenhuma outra, a política é uma ciência, e uma ciência experimental. Se é uma ciência, destina-se sobretudo ao reconhecimento das leis que condicionam e regulam a vida das sociedades. Essas leis, como as leis matemáticas, como as leis biológicas, são leis inalteráveis, em nada dependentes do capricho ou do arbítrio dum reformador. «*Res conservantur quod generantur*»,—as coisas conservam-se pelas mesmas razões por que se geram. Preceito reabilitado pela observação sádia de Rivarol, conferem-lhe actualmente um significado cheio da maior exactidão as modificações que o conceito da evolução acaba de receber, depois das descobertas sensacionais de René Quinton.

Eis no que se fundamenta o nosso tradicionalismo, pedindo a Maurras a sua fórmula lapidar: — «Restaurar pela razão e pela vontade a obra que os nossos Maiores consolidaram pelo costume e pelo sentimento». Compreende-se já o sentido que toma para nós a designação de *partido dos mortos*. É o partido da unidade nacional, é o partido da conservação da Pátria. Não da Pátria sacrificada a uma utopia com tanto de abstracta como de desnacionalizadora, mas da Pátria como ela é etimológica e biològicamente encarada, — a terra dos pais, a courela dos Antepassados, uma realidade eterna

Digitized by Google

com caracteres que é necessário alevantar e glorificar.

*

Pois entre os legionários dum Portugal novo formado com os alicerces duma Pátria velha, um dos melhores logares, dos mais arriscados e dos mais brilhantemente mantidos, pertence a Caetano Beirão, autor do presente volume.

Na dobra dos vinte e cinco anos, Caetano Beirão marca, no arranjo cuidadoso da sua maneira, a linha dominante do estado de espírito da mocidade em Portugal.

As suas origens não no-las oculta êle quando, num acto de fé das verdades que defende, coloca êste livro piedosamente debaixo da invocação dalgumas sombras tutelares, de quem Caetano Beirão, na herança moral e mental da sua estirpe, não deseja ser mais que o representante e o continuador.

É de bôa procedência contra-revolucionária Caetano Beirão; e, elemento interessante para a compreensão da sua psicologia, descende o moço escritor duma ninhada de humanistas e jurisconsultos. Se o humanismo resulta da arte de pensar claro e de sentir claro, essa disciplina intelectual persiste sensivelmente nas preferências de Caetano Beirão, que, homem de lei e neto de homens de lei, não se perderia nunca pelo exercício límpido do raciocínio nas

Digitized by Google

generalizações excessivas que são o pecado mortal de quási todos os juristas. Nos juristas, exageradamente confinados no método da sua especialidade, acrescente-se. Porque dêles, desde o advento do Direito romano até ao apriorismo insensato dos reformadores modernos, deriva a instabilidade social que levou o Estado à crise em que se debate, — crise orgânica, de que só se recuperará no dia em que se remeta outra vez à sua olvidada estructura histórica.

Mas se os jurista atraem sôbre si a responsabilidade de grandes perturbações, antecedendo a revolução pela sobreposição do *conceito* ao *facto*, temos, no entanto, a esclarecer que, temperados pelo conhecimento das letras antigas, bastantes houve senhores do senso das *relatividades* e como tal obreiros diligentes da nossa cidade tradicional, duplamente católica e monarquica. Apontemos dois exemplos: — em Seiscentos, João Pinto Ribeiro, e já nas batalhas ásperas do liberalismo, José Acurcio das Neves. Ambos desembargadores do Paço, e ambos com uma formação humanista bem acentuada, João Pinto Ribeiro, ao mesmo tempo que comenta as obras de Camões, lega-nos essa *Usurpação, retenção & restauração de Portugal*, um tratado notável de filosofia política, emquanto José Acurio das Neves, economista de créditos reputados, é o teórico inflamado dalgumas das melhores páginas da contra-revolução portuguesa.

Na dinastia de juristas em que Caetano Beirão

Digitized by Google

entroncou, verifica-se essa rectificação salutar do *humanismo*. Do *humanismo*, — não como ideal social ou estético, porque então cairíamos no caso naturalista da Renascença, mas do *humanismo* como disciplina mental, como medida da inteligência e do conhecimento. Mestre de gramática latina, de poética e retórica, o bisavô do moço escritor, Francisco António Ferreira da Silva Beirão, pertenceu ao pessoal docente da Casa-Real e foi preceptor dos filhos do Marquês de Angeja, talvez dêsse D. Pedro de Noronha de quem Tarode fez o retrato, entre os seus livros e o seu pequeno museu de história natural, conhecido depois pela formosa gravura de Gaspar Froes Machado.

Quem meditar um pouco na riqueza espantosa, hoje dispersa, das livrarias das nossas casas fidalgas e atentar no número lusido de quantos da primeira nobreza cultivavam os passatempos refinados da erudição e do bom gosto, verá imediatamente aí o fruto da acção ignorada dos nossos mestres portugueses que em linhagens e em linhagens sucessivas tão bem souberam preparar e guardar o património perdido da cultura nacional. Francisco António Ferreira da Silva Beirão é sem dúvida um dêles, embora já numa época em que os ventos declamatórios do *Contrato Social* alteravam as sensibilidades mais delicadas, roubando-as à regra fixada no sangue pela penetração secular do *humanismo*, depurado pela decência católica dos seus escusados elementos pagãos.

Digitized by Google

Inocêncio refere-se no seu *Dicionário* ao humanista Beirão que, entre outros trabalhos de vária espécie, nos deixou um poema *A vida de Moisés*, cujo manuscrito se encontra em poder dos seus descendentes. É datado do ano de 1807 e se literàriamente o seu valor parece ser insignificante, oferece-nos um detalhe interessante: — é que a ortografia usada pelo professor do Paço é sónica, e radicalmente sónica. Meditem um pouco nisto os que, trasladando para os domínios das letras as suas teimosias de partido, teimam em repelir as nossas antigas formas ortográficas, restauradas casualmente pela República, para persistirem naquelas que a fascinação da França revolucionária insensivelmente nos levou a adoptar. Duas obras há de Silva Beirão que me merecem ainda uma referência: — um compendio de literatura e a tradução de quatro bulas pontificias condenando a maçonaria. Verdadeiro fundador duma família, — e duma família que soube *durar*, Francisco António da Silva Beirão determinava assim, pelo poder da hereditariedade espiritual, a linha dominante da árvore genealógica a cujo tronco ficava presidindo como chefe.

Deixou Silva Beirão vários filhos. Destacaremos o juiz de fóra João José Miguel Ferreira da Silva Amaral, sócio, como seu pai, da Academia Real das Ciências, arqueólogo provado em diversas memórias, de cuja pena possuímos, continuando a feição própria da família, um opúsculo em defeza da Igreja Católica contra os êrros do liberalismo, e

Digitized by Google

também uma série de anotações ao livro do Marquês de Alorna sôbre as prisões da Junqueira. Caetano Beirão tenciona publicar essas anotações que nos ajudam a compreender singularmente o sub-sólo maçónico da ditadura pombalina. Retirou-se o Dr. João José Miguel Ferreira da Silva Amaral da vida pública logo em seguida à quéda de D. Miguel.

Filhos talvez dum segundo matrimónio do velho mestre de gramática latina, aparecem-nos formando uma trindade admirável os irmãos mais novos do nosso juiz-de-fora: — Padre Raimundo dos Anjos Beirão, e os doutores Caetano Maria Ferreira da Silva Beirão e Manuel Maria Ferreira da Silva Beirão. Prègador afamado em Lisboa, o Padre Raimundo Beirão introduziu em Portugal a ordem das Irmãs Hospitaleiras, e não se furtou a dissabores sustentando sempre com uma nobre intransigência os direitos de Deus e do Rei. Sacrificando-se igualmente pela causa da Realeza, o dr. Manoel Maria Beirão foi um advogado distintíssimo e figura entre os colaboradores da *Nação*, — da *Nação* de D. Jorge de Locio e da pleiade brilhantíssima que manteve de pé com excepcional firmeza a bandeira da Legitimidade. Finalmente, professor da Escola Médica de Lisboa e do Instituto de Agronomia, sócio da Academia Real das Ciências e presidente da Sociedade das Ciências Médicas, o dr. Caetano Maria Beirão foi deputado realista, duas vezes pelo menos, — uma em 1842, e outra em 63. E' o avô

Digitized by Google

paterno de Caetano Beirão, que lhe herdou com o nome a responsabilidade de levantar o depósito tradicionalista da sua família.

E' uma bela vida, — uma vida para se imitar, como a dos varões antigos, a do dr. Caetano Maria Ferreira da Silva Beirão. No *Portugal Contemporâneo*, Oliveira Martins diz-nos que êle aliciou os legitimistas da Universidade para entrarem na *Maria da Fonte*. Esteve preso com seu irmão Manoel Maria a bordo da fragata *Diana*. Em 63 defendeu na Câmara os vínculos que iam ser abolidos. Interessante seria que o neto lhe recolhesse as páginas políticas e os discursos parlamentares, onde as suas preferências vão sôbretudo para os assuntos de carácter económico e agrícola.

Médico da Real Câmara e particularmente da Senhora Infanta D. Isabel Maria, o pai de Caetano Beirão, e seu tio, o falecido estadista e jurisconsulto dr. Francisco Antonio da Veiga Beirão, completam o quadro moral em que se integra e explica a psicologia do moço escritor.

Mas não só dos Beirões lhe vinha a conformação reacionária. Um outro seu bisavô, o desembargador do Paço Antonio Germano da Veiga, fôra Intendente Geral da Polícia durante a regência e o reinado de D. Miguel. Demitido em 34, viu-se arruinado, apenas na posse dalguns bens vinculares em Paço d'Arcos. Caetano Beirão ainda conheceu senhoras dêste ramo da sua família, aguardando o regresso da Realeza exilada e de mal com o seculo,

Digitized by Google

entre o horror dos *pedreiros-livres* e a queixa impertinente do seu reumatismo.

Se nos recordarmos das reflexões de Maurice Barrès sôbre a educação do sub-consciente, avaliaremos bem da fôrça impressiva com que essas reminiscências dum passado extinto actuaram na criança que era então o autor do presente livro.

O fervor ardente da sua costela realista engrossou-lho a ascendência irlandêsa, transmitida por sua avó materna, uma senhora de apelido Burke. Nós sabemos o que é a Irlanda com o misticismo entranhado, embora calmo à superficie, da boa alma céltica, — nós sabemos o que é a Irlanda com a sua paixão pelas causas vencidas, com o seu apêgo persistente à Igreja e ao bucolismo ingénito da Raça.

Não são atavismos que se excluam no drama psíquico de Caetano Beirão. Ele pode alia-los duradoiramente, realizando a harmonia íntima do seu sêr. E assim, é cheia duma realidade palpitante aquela quadra dum soneto seu:

> Sou filho de dois povos insulares:
> a verde Irlanda e Portugal doirado;
> e junto à foz do Tejo fui gerado
> donde o Gama partiu singrando os mares.

Eu não concebo o indivíduo sem primeiro o definir nos seus antecedentes. Os antecedentes de Caetano Beirão dão-nos a chave da sua personali-

Digitized by Google

dade. Como Renan, invocando os seus mortos numa rara hora afirmativa, Caetano Beirão agradece aos que o precederam na vida o vigor admirável da sua alma num país incivilizado e num século sem esperança. Ele o confessa com uma piedade profunda na dedicatória dêste livro.

Não é isolado o exemplo de Caetano Beirão. Vemo-lo em Hipólito Raposo, consagrando o *Outro-Mundo* à memória de Domingos Vaz Raposo, «devoto imaginário, adorador dos santos que por seu bemdito cinzel ainda hoje resplandecem em milagres entre as luzes dos altares»; e em José Pequito Rebelo, estampando à face dos *Novos Métodos de Cultura* a lembrança querida dos seus antepassados, dos quais herdou a terra com «a tradição de a lavrar nobremente». Traço impressionante duma geração destinada por Deus a reatar os elos tradicionais interrompidos! Não é só o indivíduo a revelar-se no orgulho do seu entendimento. E' o indivíduo, sim, mas como o fruto consciente das longas adições da sua ascendência.

Soma significativa de quanto representam os seus, Caetano Beirão tem o prazer de lhes aumentar a herança com aquisições naturais do seu talento. Jurista como tantos da família, — e ao lado dos já referidos, eu recordarei o moço e ilustre comercialista professor Caetano Maria Beirão da Veiga — a feição mental mais preponderante em Caetano Beirão é a feição *compreensiva*, a feição *clarificadora*, na qual revive indubitavelmente a formação

Digitized by Google

clássica da sua ancestralidade. Corrigido pelo catolicismo, não houve perigo de que num jurista êsse humanismo estructural resultasse apenas no culto formalista da linha e no gosto do espírito oratório que é a via atravez da qual Taine filia, nas sugestões do ideal greco-romano, a obra nefasta da Revolução. E' que não há só a *inteligência*. Há também a *alma*. Quando exagerada, a *inteligência* torna-se uma fôrça destrutiva. Foi o que sucedeu com a embriaguês racionalista da Renascênça. E' preciso que da combinação da inteligência com a alma brote expontâneamente aquela ordem de coisas a que o predomínio do catolicismo deu logar na elaboração das sociedades modernas.

País natal do intelectualismo, nós vemos em França o pensamento de Charles Maurras não faltar à cruzada de salvação nacional. Completa-se no patriotismo ardente da gente nova por êsse apostolado de amor e de esperança em que sempre se inspirou a pena iluminada de Charles Péguy. Maurras é o reconhecimento da verdade no aspecto humano da sua beleza imortal. Péguy desvenda-lhe a outra face, — a face que mais nos toca o coração e em que passa o mesmo sorriso de melancolia divina que na expressão de uma imagem é como que a saüdade teológica do Ceu.

Ora em Portugal não são só os direitos esquecidos da inteligência que nós temos a restaurar. Temos também uma *alma* a restaurar, — a alma da nacionalidade. Assim, se o classicismo é para

Digitized by Google

nós um *meio*, uma *disciplina*, não é de modo nenhum, psicològicamente, uma solução satisfatória a alcançar. Se a alma colectiva vive obscurecida e como que encarcerada na descida da nossa sensibilidade, é ao lirismo natural da raça que nós deveremos dirigir-nos num apelo imediato.

Dêste modo, o romantismo português, representando com Garrett e com Herculano o regresso medido aos nossos velhos motivos poéticos, — ao património esquecido dos Cancioneiros e dos Romanceiros, não é o romantismo francês, condenado por Maurras, filho da desordem da imaginação, — espécie de desorganização sentimental da natureza humana, na frase definitiva de Pierre Lasserre. Toda a teoría literária do nosso romantismo está em três versos de Garrett na sua *Dona Branca:*

> Nossas lindas ficções, nossa engenhosa
> Mitologia nacional e própria
> Tome enfim o logar que lhe compete.

Não sendo o movimento integralista sòmente um movimento político, cumpre-nos, a nós, para higiéne e vitalização das letras pátrias, tornar aspiração de todos o que em Garrett não passava duma intuição admirável. No seu sentído real, o nosso romantismo não é mais que a voz extinta das lareiras antigas fixando a fisionomia espiritual da nação. Percebe-se que o classicismo signifique artìsticamente para a França o modelo supremo, o tipo

Digitized by Google

supremo a seguir. Já dissemos que a França é o país natal do intelectualismo. Quem diz «intelectualismo» diz «classicismo». Por isso a prosa, mais que a poesia, é a expressão característica do génio francês. De resto, já Fradique Mendes há um bom par de anos confessava sem paradoxo, naturalmente, que em França não havia poétas. «A genuina expressão da clara inteligência francesa era a prosa, — dizia êle com um descuido elegante, quando Eça, visitando-o no Hotel Central, lhe confessou timidamente que admirava o Baudelaire das *Flôres do Mal*. Os seus mais finos conhecedores preferiam sempre os poétas cuja poesia se caracterisasse pela precisão, lucidez, sobriedade, — que são qualidades da prosa; e um poeta tornava-se tanto mais popular quanto mais visivèlmente possuía o génio de prosador. Boileau continuaria a ser um clássico e um imortal, quando já ninguém se lembrasse em França do tumultuoso lirismo de Hugo...» Coïncide êste seguro ponto de vista crítico num *dilettante* como Fradique com a opinião de Maurras, bem vincada ao longo de tôda a sua obra. «Observai como a arquitectura, a composição da narrativa, o trama das frases, a qualidade do gôsto são de bôa raça francesa; — escreve êle algures discorrendo de Paul Arène e do seu livro *Dommine*. O que aí me parece exceder tudo, é a rica, discreta e viva inteligência. Segundo uma palavra conhecida de M. Charles Morice, nós não encontramos lá senão «sentimentos pensados». Pois é

Digitized by Google

assim! Medéric *pensa* o seu desejo, ao sol tórrido, como *pensa* o canto rouco das cigarras ao ponto de comparar a idea que dêle formaria Vergilio com a que formava Anacreonte. A nitidez «académica», — eu peço que se aceite o termo no seu significado platónico, — a claridade, a lucidez, o relêvo puro dum grupo de sentimentos ou de sensações expressas, é, sem recorrer a mais, o que distingue uma raça filosófica, uma raça que sabe abstraír e generalizar».

Nós não somos uma raça filosófica, uma raça que sabe abstraír e generalizar; somos uma raça afirmativa, — por isso mesmo, uma raça lírica, em quem o romantismo, traduzindo o nosso fundo psíquico, não foi perigoso, porque, acolhendo-se às regras salutares do passado, não degenerou em ideologia anti-social. A penetração revolucionária fez-se no campo político, sobretudo nas mentalidades ainda muito cingidas à noção greco-romana da existência. Tanto era assim que, na babilónia da época, Alexandre Herculano e Almeida Garrett equivocadamente julgaram nas falsas reivindicações do liberalismo o ressurgimento das nossas desfeitas liberdades municipais e corporativas. O que entre nós corresponde efectivamente ao romantismo francês é a farandola ultra-romantica, em que a herança garrettiana se delapidou por completo na inconsciência mais baixa e mais sem perdão.

Não se refutem como escusadas aqui as reflexões precedentes. São elas motivadas pelo livro de

Digitized by Google

estreia de Caetano Beirão. Esse livro — *Sonetos* — acentúa, até em demasia, a preferência clássica do seu autor em matéria literária. Salvou-se Caetano Beirão no exame das coisas sociais das tendências generalizadoras do classicismo, salvou-se, como os do seu sangue se tinham salvo, pelo senso das realidades que a fé cristã acorda em quem a vive e pratica com inteira adesão de espírito. Não sucedeu já assim ao desfiar os rítmos ocultos da sua emoção. Finalizou-os, policiou-os em excesso, sacrificando-os a um conceito rijidamente intelectualista do que seja equilíbrio e harmonia. É onde Caetano Beirão, bom batalhador da nossa campanha nacionalista, carece de se documentar.

O seu critério *bocageano* do soneto não se conforma com a verdadeira noção de poesia. A poesia *exprime-se*, não se *define*. Essencialmente *dinâmica*, ela é mais *gótica* do que *clássica*, mais de *intuição* que de *inteligência*. Coalhando-a em símbolos de exclusiva intenção racionalista, Caetano Beirão encara-a apenas pelo seu lado *estático*, que é o menor, que é só o necessário para que tenha corpo e pureza de linhas. Não é repelir o classicismo, — repito. Mas é restringir-lhe a sua função de disciplina. A fórmula de reconciliação oferece-no-la Maurice Barrès na *Voyage de Sparte*. «Eu reconheço os gregos por nossos mestres, — proclama o grande professor de energia nacional. Entretanto é preciso que êles me deixem servir do tesouro dos meus sentimentos. Com todos os meus ante-

Digitized by Google

passados do romantismo, eu não desejo senão descer das florestas bárbaras e tomar a estrada real, mas os clássicos a quem devemos a nossa submissão hão-de conceder-nos as honras de guerra e ao enfileirármos debaixo da sua disciplina perfeita, que nos deixem as nossas ricas bagagens e as nossas bandeiras bastante gloriosas». E num retalho doutro seu livro Barrés explica-se com mais profundeza ainda: — «Eu encontrei uma disciplina no cemitério onde os nossos predecessores divagavam, e talvez, graças ao excesso de sensibilidade que nos comunicaram êsses grandes poétas da fantasia, é que nós deslindámos as verdades positivas, que jaziam no fundo do nosso sub-consciente».

O amôr do ermo e dos espectáculos semelhantes foi realmente o atalho por onde o romantísmo nos conduziu à comunhão obliterada dos nossos Mortos. «Eu o arrastarei à solidão e falarei à sua alma», — é como na Bíblia se escuta a fala do Senhor. Na solidão nos escutámos, na solidão é que nós nos conhecemos no drama misterioso das nossas orígens e dos nossos destinos. Sugeite-se Caetano Beirão ao sinal da sua raça. E logo aprenderá que o romantismo, — o nosso, o garrettiano, não sendo mais que a volta às nascentes líricas do povo, se torna bem depressa num *neo-classicísmo* pelo que de humano e natural guarda dentro de si.

Digitized by Google

*

Recolhe Caetano Beirão em volume os primeiros depoimentos da sua cruzada contra-revolucionária. Porque o aplaudi e animei nessa resolução que só aplausos e encitamentos merecia, é que a sua camaradagem me exigiu algumas palavras, não como prefácio, porque ambos detestamos os prefácios, mas como uma inscrição que gravasse o intuito das páginas que se vão ler. Por extenso que eu fosse, não poderia nunca desligar, nem o autor da herança da sua estirpe, nem o seu livro do significado que êle assume no momento presente e com a geração que desponta.

Geração de sacrifício e de resgate, já nós sabemos o que vale, tanto nas suas predilecções mais caracterisadas, como nas suas figuras representativas. E' católica e monárquica. E é-o pelo coração e pela inteligência, realizando assim o acôrdo dessas duas ordens de conhecimentos do homem, — a ordem do coração segundo Pascal, e a ordem da inteligência segundo Descartes. Proclamemo-lo bem alto, numa hora em que as fôrças negativas da sociedade júlgam chegado o seu triunfo! É antes a sua derrota que se aproxima, porque se aproxima o advento daqueles que, na expressão iluminada do neto de Renan, tomaram o partido dos avós contra o partido de seus pais. A guerra não acabou, — a guerra continúa! É uma guerra espiritual, de que saírão victoriosos os direitos de Deus, e, mais

Digitized by Google

nobre e mais invencível, a autoridade esquecida do Sangue. Quem não nasceu para vítima, nasceu para apóstolo.

Apóstolos da Esperança, não é só o Portugal-Maior que nós haveremos de restituir à sua grandeza perdida. É também o Portugal cristão, — o Portugal cuja vocação histórica foi dilatar a Fé e o Império.

São calcinados e cheios de rêdes infinitas os caminhos que nos conduzem lá. Mas nem por isso o desfalecimento consegue aninhar-se-nos no peito. Se os Mortos mandam, os Mortos marcham comnôsco, ressuscitados da tréva inferior do sepúlcro pelos nossos votos de libertação.

Silêncio! Numa vigília atenta passam os cavaleiros da Grey. É Portugal que passa com êles para uma outra manhã de Ourique que já se anuncia tão gloriosa como a primeira!

1918

Digitized by Google

Digitized by Google

A RAINHA SANTA

Digitized by Google

Digitized by Google

A RAINHA SANTA

Desça-se da aureola dôce dos vitrais essa figura gótica da lenda e vejamos no campo da história qual foi a significação social da sua passagem pelo mundo. Como Rainha e como Bemaventurada, Santa Izabel de Portugal é o florescimento das virtudes franciscanas da pobreza e da caridade à sombra do trôno glorioso das Quinas. Vinha da estirpe real do Aragão, com outra Isabel, também santa, — Santa Isabel da Hungria, — a espiritualizar-lhe a ascendência espessa de violentos e de irrequietos. A sua união com El-Rei D. Diniz marca o início duma sábia política peninsular, em que Portugal cresceu em prestígio e em fôrça, reconhecido nas contendas de Castela com Aragão como o medianeiro e o arbitro natural das dissenções que enfraqueciam a unidade católica da Espanha perante o perigo ainda gravíssimo do islamismo. O tratado de Alcanizes e o encontro de Tarrazona, se são actos que enobrecem o reinado prudente de D. Diniz, agradeçam-se pela iniciativa e pela condução ao tacto habilíssimo de sua esposa, que ia encher o declinar da Meia Idade portuguesa com o perfume castís-

Digitized by Google

simo duma santidade tão recatada como infatigável.

A Igreja, depondo nos altares a imagem de Santa Isabel, invoca-a e honra-a como intercessora da Paz. Deitada no berço, pequeno sêr embrulhado em faxas, ela reconcilia com a familia seu avô, o arrebatado Rei Jaime de Aragão. Pela mão frágil dessa criança Jaime regressa à Igreja e abandona a sua vida desordenada.

Já em Portugal, não só aproxima seu marido e o reino da Santa-Sé, que lançára um interdito sôbre nós, como por diligências minuciosas e constantes valoriza a situação externa do nosso país com uma forte aliança dinástica, resultante do casamento de seus filhos, D. Constança e D. Afonso, com Fernando IV de Castela e sua irmã, a infanta D. Beatriz.

Mas o acto mais belo e mais expressivo da influência da Rainha Santa nos negócios da Peninsula é a entrevista de Fuente-Guinaldo entre Isabel de Portugal e D. Maria Molina, da qual resultou a recomposição amigável dos monarcas cristãos de Espanha, divididos e encarniçados numa luta perniciosa para os destinos da Cruz e da civilização.

Também a unidade de Portugal lhe deve um dos mais notáveis e eficazes esforços para a sua estabilização definitiva. «*Elisabeth pacis et patriæ mater*», — eis o título com que a Igreja a decora numa das mais lindas passagens do seu ofício de Santa. Mãe da Paz e da Pátria, não só evita os

Digitized by Google

escolhos exteriores de Portugal, como nas guerras civis de D. Diniz com seu irmão, mais tarde com seu filho e depois ainda de D. Afonso IV com o príncipe D. Pedro, é Santa Isabel, é a Rainha Santa das Rosas quem apasigua as hostes fratricidas e alimpa o reino do fermento de rebelião que o esfacela e enfraquece.

Mãe da Pátria e mãe da Paz, — não o esqueçamos nós diante dêsse vulto singular de mulher que teve o primado superior do espírito numa côrte de costumes soltos, em que a lira de D. Diniz marchava de braço dado com as suas vagabundagens amorosas. A austeridade de Isabel de Aragão trouxe-lhe inimigos, e Santa que era, sofreu até o desterro, imposto por seu marido, para uma das vilas do seu senhorio. D. Diniz reconheceu depressa a verdade respeitosa que lhe merecia a companheira que o Céu lhe dera; e, sob os olhos tranqüilos da Santa, ganhou ao fim da vida a tranqüilidade duma consciência repousada no Senhor.

Para se compreender melhor o sentido místico da existência de Santa Isabel é preciso relembrar que o século XIII foi o século do amor dos pobres, na irradiação do admirável exemplo de S. Francisco de Assis. Santa Isabel chega cem anos depois, é certo. Mas ela perpetúa essa explendida herança moral que elevara à beatificação um rei de França e até alguém do seu próprio sangue, a grande, virtuosa duquesa da Tunizia, — Santa Isabel da Hungria, que Montalembert fixou para sempre num livro

Digitized by Google

tão dôce de meditar. A noção cristã da justiça domina a consciência da época, embora já envenenada pela doutrina nefasta dos Legistas. E' por isso que Santa Isabel não abdica dos seus direitos de Rainha e na administração das vilas da sua casa é dum escrúpulo e duma rectidão que ainda agora nos encantam e impressionam duradoiramente. A questão do pão preocupava-a de um modo tal que há documentos a demonstrarem-nos como os povos dependentes dos seus senhorios se viam garantidos dos açambarcadores por medidas especiais, emanadas da Rainha.

Em D. Afonso IV, o *Bravo,* se verifica como em ninguém, o dedo educador e morigerador de sua mãe. E' um rei mal compreendido êsse, — alma leal de cavaleiro, que sôbre si pezava bem os encargos da realeza cristã. Enegreceu-o o drama sentimental de Inês de Castro, — a aventureira poetisada na sua tragédia pelo condão amorável da nossa raça e cuja morte representa, não um assassinato, mas antes uma execução determinada pelo interêsse inflexível do Estado. Enuncío apenas esta interpretação do carácter de D. Afonso IV, que tão dirigido foi pelas idéas morais de sua mãe que nunca lhe conheceram bastardos e foi o combatente desinteressadíssimo da formidável batalha do Salado, chave dos destinos da Cristandade. Se assim na vida doméstica Isabel de Aragão é um milagre vivo e permanente, é lêr o seu testamento

Digitized by Google

para que nos possuamos dos tesoiros infinitos de caridade que dispendeu à sua custa.

A assistência infantil numa hora recuada em que não se conhecia o neologismo impostor da filantropia, mas em que o amor de Deus queimava os corações, — a assistência infantil entre nós pode venerar a Rainha-Santa como a sua mais alta e mais afanosa padroeira. Por morte dela, só ao «hospital dos meninos de Santarem» lhe deixou «mil libras» e os seus servidores e as suas religiosas não foram esquecidos. Eis porque tão fundamente gravada na tradição das gerações o povo canonizou a Rainha-Santa bem antes de Roma a inscrever no catálogo sacratíssimo dos Bemaventurados.

A jornada do culto da gloriosa Rainha não é para aqui, para um ligeiro esboceto. Reconhecida primeiro como beata para a diocese de Coimbra e para a Capela-Real, o latim elegantíssimo de Mestre André de Rezende lhe compoz um ofício, em que a Renascença se mirava com orgulho na pureza da dicção do nosso humanista. A canonização só se obteve mediante um processo moroso com Urbano VIII, no século XVII, sendo a respectiva bula publicada no século imediato pelo prestigioso pontífice Bento XIV. É um título de glória para Portugal essa bula.

Aí se invoca todo o passado cristão da nossa terra e na Rainha santificada se considera o prémio do Céo a tanta empreza nobilíssima, empreendida pelos nossos Maiores em honra da Cruz. Mãe da

Digitized by Google

Paz e da Pátria, — *Pacis et patriæ mater*, — Santa Isabel é ainda para nós o penhor divino da nossa futura ressurreição. Conta uma lenda piedosa que, à hora funesta em que o nosso sangue refrescava os areais sedentos de Alcacer-Kibir, a imagem da Raínha-Santa em Coimbra se cobria de suores de aflição. Perante Deus os seus merecimentos, — como os merecimentos de Santa Joana Princêsa, de Santo António de Lisboa, de S. João de Deus, — valeram-nos talvez o resgate de 1640.

Os povos coletivamente não têm uma alma que lhes sobreviva. É neste mundo, perante a história, ou que expiam os seus crimes, ou que as suas acções os engrandecem e elevam.

Num crepúsculo pior que o cativeiro, velem os nossos Santos por nós!

E agora que lá fora soldados nossos se batem, quem sabe se para mais uma vez se comprovar a letra sagrada das Escrituras, — *Non fit remissio sine sanguine*, — inclínemos as cabeças pecadoras diante da Rainha-Santa e, à voz da Igreja, ajuntemos as nossas vozes, clamando humildemente: — «*Elisabeth, pacis et patriæ mater, donna nobis pacem!*»

Digitized by Google

OS NOVOS JUDEUS

Digitized by Google

Digitized by Google

OS NOVOS JUDEUS

Jà sabemos de há muito que a plutocracia é uma das doenças congénitas dos regimens domocráticos. Tanto ontem, como hoje, o poder dum só manifesta-se sempre por motivos mais de ordem económica de que pròpriamente de ordem política. Assim aconteceu nas sociedades clássicas com os tiranos gregos e em Roma com o advento do Cesarismo. De certo modo, o robustecimento da Realeza, na Idade-Média, apoiada pelo «terceiro-braço», confirma-nos ainda mais nessa observação. O futuro a ratificará plenamente, quando a sindicalização dos interêsses e das classes exigir, como fiadora da paz social, uma fôrça centrípeta que chame e conjugue harmònicamente tôdas as outras, sem violência nem menosprezo para nenhuma delas.

E' tão evidente o que se deixa dito, como razão fundamental da Monarquia, que não me parece demais registar o depoimento dum pensador insuspeito, ainda para aqueles espíritos mais acesos em indignações extremistas. Falando dos Estados-Unidos, escrevia recentemente o conhecidíssimo publicista Henry George que a democracia só engendra a imoralidade, tanto na administração dos negócios públicos, como no exercício da própria justiça.

Digitized by Google

Desta fórma, porque a posse das direcções superiores do Estado é o pomo apetecido dos partidos, «a reeleição presidencial acompanha-se das piores condições do govêrno pessoal, que, em vez de pairar como os reis sôbre os partidos, se serve dêles para triunfar, tendo imediatamente que pagar com favores o favor recebido».

Compreende-se porquê. A natureza electiva do poder rouba-lhe a independência e a autoridade de que carece para que em verdade se possa chamar «poder».

Fundamentado no voto, o poder nas repúblicas vive de corrupção e de parasítismo. Por isso as repúblicas, aparentemente tomadas como govêrnos do povo pelo povo, são os govêrnos em que o povo menos conta e aquele em que é mais expoliado. Não se furtaria, evidentemente, à regra geral, a nossa pitoresca república, em que a gente de côr predomina duma maneira impressionante.

Para vergonha da sua perspicácia, os banqueiros portugueses é que deram muito tarde pelo grande negócio que o 5 de Outubro lhes metia pela porta dentro. Mas não perderam tempo, — vamos lá andando! E deitando-se sofregamente ao que restava para devorar de Portugal, da tríbu Fausto, Sousa, Reis & C.ª à tríbu Rugeroni, Graça Filho, do senhor João Ulrich ao senhor Baltazar Cabral, não há dúvida que é Israel quem surge, realizando sorridentemente a escravização capitalista dos gentiles.

Digitized by Google

Assistimos, de facto, no seu significado social e moral a um caso de semitismo puro e bem caracterizado. O que aí se desenrola à nossa roda faz-nos lembrar as belas e fortes palavras de Georges Sorel na sua *Introduction á l'Économie moderne,* quando exalta a doutrina de S. Tomás contra a usura, — contra o rendimento do dinheiro pelo dinheiro, e nos deixa compreender como bastantes medidas do Santo-Ofício não passaram, na sua essência, de sábias e prudentes medidas de proteccionismo nacionalista. Em Sorel aprendi a admirar a alta resolução política de D. Manuel I, expulsando os judeus, em cujas mãos não demoraria a cair e a perder-se a riqueza da nação, estrangulada por êsse polvo de tentáculos insaciáveis. E ao ver agora como em detrimento do Trabalho e da Propriedade o Oiro alonga por sôbre o nosso pobre país a sua influência esteril e funesta, eu penso ainda nas «*câmaras-ardentes*» da Monarquia francesa, graças às quais se investigava da formação das grandes fortunas e se confiscavam para o Estado, — isto é para o bem-público, para a república, no sentido romano do termo, — aquelas que houvessem sido engordadas pela especulação.

Eis um princípio a renovar, com as possíveis e necessárias cautelas! Não que se negue à Riqueza a sua importante função social. Mas se não lha negamos, reconhecendo-lha até com todos os estímulos que a economia tradicionalista lhe confere, não lhe permitimos por isso mesmo que se torne,

Digitized by Google

de elemento poderoso de prosperidade colectiva num agente-factor de perturbação permanente. Substituíremos assim à confiscação antiga uma fiscalisação rasoável, sem mais fim que o de arbitrar nos seus justos limites uma fôrça, cujo predomínio abusivo é obrigação do Estado e da consciência cristã impedir. O que não deve consentir-se é o capitalismo no seu desaforo actual.

A missão das futuras Monarquias será exactamente constrange-lo a servir a utilidade comum, integrando-o, a bem ou a mal, na realização das grandes obras de fomento nacional. A agiotagem é que se elimina terminantemente, e duma vez para sempre! Companhias de seguros, consórcios bancários, operações bolsistas, como herva daninha que são, ou se sujeitam ás malhas apertadas duma restrição rigorosa ou nós não distinguiremos entre o vigarista anónimo que, por fraude, segue o caminho do Limoeiro, e o portador de massos e massos de acções que só por conveniência dos especuladores se tomam como valor real e productivo.

E não se espante a respeitavel rua dos Capelistas com as nossas afirmações! Nós não lhe afagamos o ventre, como condição basilar para irmos ao poder. Renovadores que somos, em harmonia com as verdades eternas e com as exigências imperiosíssimas da nossa época, destinamo-nos a restaurar em tôdas as cousas a ordem natural e tradicional. Em 1716, para julgar *«cette espéce de gens auparavant inconnus, qui ont exercè des usures*

Digitized by Google

énormes, en faisant un commerce continuel des assignations, billets et rescriptions des trésoreries, receveurs et fermiers généraux», (até parece em Portugal duzentos anos depois!), o Regente ordenou a constituição duma Câmara de Justiça para reprimir os abusos e reparar as desordens cometidas nas finanças da nação. Com tão sólidos antecedentes, era o que faria a Monarquia tradicional, se no momento presente se restaurasse entre nós. Ela, que por mais duma ocasião castigou severamente os judeus pela sua usura desenfreada, saberia decerto encarar de frente os modernos Iscariotes e manda-los para o cárcere, por poderosos que fossem, como os Bourbons em França não hesitaram em mandar o próprio Fouquet, seu intendente de Finanças.

E' o que, contràriamente, não sucede, nem na nossa república, nem em nenhuma república das cinco partes do mundo. Os Estados-Unidos constituem a mais corrompida e a mais opressiva das oligarquias capitalistas. Se a Suiça — a cándida e exemplar Suiça — a não constitue, é porque, pobre terra de montanhas, não tem riqueza sua e vive exclusivamente do dinheiro que suga ao comospolítismo esbanjador dos milionários estrangeiros.

Já em França, Deus sabe o que vai! Por essa execrável «internacional» dos banqueiros, ninguém ignora que a Alemanha se preparou durante longos anos para a guerra à custa dos capitais franceses. E, no entanto, a lição não aproveitou à França!

Digitized by Google

Não se satisfez com a experiência Caillaux,—odioso fruto da estreita aliança dos financeiros com a política, como conquista inovidável do liberalismo.

O actual ministro da Fazenda, François Marsal, é administrador não sei de quantos bancos e companhias. O resultado é que, ao admitir o imposto especial sôbre os lucros extraordinários da guerra, proposto pelo seu antecessor, Mr. Klotz, regeitou a investigação prévia sôbre o aumento das fortunas, sem a qual a lei nunca alcançará efectividade.

E para que se meça bem a diferença duma monarquia para uma república, embora se trate duma monarquia profundamente contaminada da avariose democrática, compare-se em números redondos o êxito obtido em Inglaterra por uma lei idêntica, com o que se atingiu em França, debaixo da pressão do seu plutocratísmo omnipotente. Em Inglaterra o imposto rendeu para o Estado uma receita de cerca de 18.000 milhões de francos, ao passo que em França não rendeu mais que 1.176 milhões de francos. E note-se que, apesar do sucesso conseguido pela lei inglesa se agradecer à investigação prévia sôbre o aumento das fortunas, o Estado não se deu por satísfeito e acaba de criar um novo *Comité de Investigações.*

E em Portugal? Em Portugal mandam as «tribus» sabidas,—tribus é admràvelmente bem achado!—e os judeus contemporâneos, sem rei que os vigie nem Santo-Ofício que os enquadre, banqueteiam-se à barba-longa, sorvendo os últimos alentos das

Digitized by Google

reservas nacionais. Até quando? Até quando? Até que no limiar da nossa vida de povo surja outra vez a verdadeira Monarquia a demonstrar soberanamente que, segundo a definição imorredoira do conde de Chambord, «é antiga pelo seu princípio e moderna pelas suas instituições»!

Digitized by Google

Digitized by Google

A MONARQUIA DE JULHO

Digitized by Google

Digitized by Google

A MONARQUIA DE JULHO

Jámais se esquecem aquelas páginas viris de Balzac no *Départ* sôbre o embarque de Carlos X em Cherburgo. O rei legítimo abandonava a terra dos seus maiores, levando consigo o princípio que fizera a França e a reconstituira quási dos desvarios de 89. E' que a Revolução subira os degraus do trôno, envolta no mito romântico da soberania nacional. Com os burgueses de 30 uma nova era se abria dêste modo, ensaiada nas fórmulas abstractas dum constitucionalismo sem consistência que ia desorganizar por completo a estrutura histórica da sociedade. O que ficava atrás do velho que partia? Ficavam as corôas *au rabais*, os reis à *bon marchè*, — na ironia sangrenta do romancista.

E a pena do romancista vai direita ao êrro que crescia e se alastrava na diminuição crescente do prestígio do seu país. Mais uma vez a França se erguia contra os Bourbons. Quem tinha razão, os Bourbons ou a França? «Eu não sei, — responde Balzac, — mas quando êles voltaram, voltaram trazendo o ramo de oliveira, a prosperidade da paz e salvaram a França, — a França já partilhada. Se êles pagaram as suas dívidas da emigração, paga-

Digitized by Google

ram também as da República e do Império. Derramaram tão pouco sangue, que hoje, êsses tiranos pacíficos, se vão embora sem serem defendidos, porque os seus amigos não os sabiam atacados. De aqui a alguns meses haveis de ver que, mesmo detestando os reis, nós devemos morrer defendendo-os no átrio dos seus palácios, porque um rei somos nós mesmo, um rei é a pátria encarnada; um rei hereditário é a garantia da propriedade, o contracto vivo que liga entre si todos aqueles que possuem contra aqueles que nada possuem. Um rei é a chave da aboboda social; um rei, verdadeiramente rei, é a fôrça, o princípio, o pensamento do Estado, e os reis são condições essenciais à vida desta velha Europa que não pode manter a sua supremacia no mundo senão pela magnificência, pelas artes e pelo pensamento. Tudo isto só vive, nasce e prospera debaixo dum imenso poder».

Mestre iluminado da Contra-Revolução, Balzac afirmava com desassombro a defeza honrada de quem, como Carlos X, continúa ainda afrontado por um chuveiro de calunias sem conto. De facto, o rei que a 16 de Agosto de 1830 embarcava no navio americano *Great Britain*, não passava duma vítima do seu grande amor à França. E' corrente dizer-se e escrever-se que a obra da Restauração, não sendo mais que mesquinha, se enegreceu depressa com o obstrucionismo dos *ultras*. Precisamente os *ultras* é que serviram a França e quizeram salvar a Monarquia. O mal vinha da origem.

Digitized by Google

Luís XVIII, ao regressar, pactuava, por necessidades internas e externas, com muita herança nefasta. Rodeado de instituïções que em nada se prendiam às instituïções da antiga França, Luís XVIII sentara-se no trôno de Napoleão. Mais parecia um usurpador do que o rei legítimo, — observava um realista da época. Eis porque os Bourbons, de volta, não trouxeram senão a aparência da Monarquia, derrubada com a cabeça de Luís XVI, na ignóbil guilhotina. Comentando as idéas esquecidas de Nicolas Bergasse, Etienne Lamy põe com nitidez a questão: — «Nesta restauração que tinha por bons, não se importando com o autor, os agentes destructivos das fôrças tradicionais, e completava o absolutismo antigo da Realeza pelo absolutismo novo da revolução, Bergasse não reconhece nada, salvo a família real, da monarquia esperada por êle».

Outro não foi o espírito dos *ultras*. Repelindo cheios de ardor tôda a transigência com os adversários da Realeza, graças à sua dedicação infatigável, é que a acção monárquica ganhou a unidade imprescindível para salvar a França da situação de morte em que se encontrava. Não pode subsistir mais a lenda de que os Bourbons haviam tornado na cauda da invasão, nos *fourgons de l'étranger*.

E' uma lenda tão mentirosa e sectária como a da fuga para o Brasil do nosso D. João VI. Pelo contrário, na opinião de Duvergier de Haranne, os Buorbons não acharam nenhum apoio nas monar-

Digitized by Google

quias do continente. Mas o equilíbrio da Europa exigia o equilíbrio da França, alargada e enfraquecida a um tempo pelos delírios militares do Império.

Os Bourbons surgiram inevitàvelmente, porque possuiam consigo a razão nacional dum *princípio*. «A França, no meio dos horrores da invasão, desejava ser livre: era desejar a casa dos Bourbons na ordem prescrita pela legitimidade. A Europa inquieta, em pleno coração da França, queria que ela desarmasse, que ela se devolvesse aos limites de outrora, que a paz não precisasse de ser constantemente fiscalisada. Exigia garantias, o que valia a querer a casa dos Bourbons». Fala Talleyrand nas suas *Memórias*. O seu testemunho deve-nos ser insuspeito.

Acolhidos como o penhor de salvação da Pátria, os Bourbons alcançaram para a França dentro de breve o ínicio duma existência desafogada. A sua administração, sábia e honesta, conseguiu evitar o descalabro à situação financeira do Estado, totalmente comprometida. De país vencido e humilhado, a França tem que agradecer aos Bourbons a posição internacional duma potência de primeira ordem. Despontavam os dias felizes, — os dias de abastança e da tranqüilidade. «O Exército e a Marinha, esgotados pelas guerras da Revolução e do Império, levantaram-se do seu reinado ao ponto de serem possíveis as campanhas de Espanha, da Grécia e a expedição de Argel», — repara Luís Riballier. Em

Digitized by Google

quinze anos arrancar uma nacionalidade dos escombros e da desgraça para a restituir à perdida grandeza significa mais que o esfôrço interessado duma dinastia, — é por si só a demonstração de quanto vale, sem mais reflexões, o princípio monárquico.

Mas é imperioso que se desvaneça inteiramente a falsidade que atribui aos *ultras* a queda da realeza. Anti-liberais, inscreviam-se naturalmente pelas liberdades tradicionais da França. Ouçamos um deputado radical socialista, Paul Meunier, num relatório parlamentar: — «A Restauração é um período culminante na história municipal: é o momento em que a questão, que ficara indecisa durante o Império, se acaba de definir e em que cada partido político fixa sôbre esta matéria a sua concepção teórica. O desenvolvimento das instituïções comunais está em germen nos debates e polémicas do tempo». E Paul Meunier prossegue: — «O partido das ultra-realistas começou o ataque em 1815. Entendiam êles que a Monarquia, conservando a centralização à viva fôrça, implantada, segundo diziam, depois de 1789, se mostrava contrária ao direito histórico, à evolução normal da antiga França; e, para reatar a cadeia da tradição, quebrada pela carta de 1814, declaravam-se defensores dum sistêma de descentralização por intermédio da autonomia comunal».

«Em face das reivindicações dos *ultras* — continúa Meunier, — os doutrinários e os liberais mantiveram a teoria centralizadora do Império».

Digitized by Google

Em 1829, o ministro Mr. de Martignac apresentava uma notabilíssima tentativa de descentralização. «Mr. de Martignac, — assinalava no *Radical* de 28 de Dezembro de 1912 o senador Luís Martin,—deu o raro exemplo dum ministro procurando limitar o seu próprio poder». Baldadamente a Restauração tentava restituir à França os moldes naturais do seu natural desenvolvimento. Exactamente porque a ilusão unitarista do Estado deitara âncora funda nas inteligências, é que a centralização não foi vencida, apesar dos bons propósitos da Realeza e dos servidores mais fieis. O conceito napoleónico de administração teimava em durar. Duraria tanto, que nas jornadas funestas de Julho, se encarregava de confirmar a previsão de Villele, ao discutir-se uma lei municipal de 1818: — «*a facção ou usurpação que se apodere de Paris, apodera-se só por esse facto de tôda a França...*».

O que sucedia com o problema administrativo sucedia, de resto, com tudo o que se relacionava com as funções superiores do Estado. Cheio de verdade, Berryer exclamaria mais tarde: — «Tudo o que nós possuímos de instituições nacionais, ordem nas finanças, fiscalização na administração, voto livre de imposto, assembleias deliberativas, a liberdade de imprensa, tudo o devemos á Restauração. Mostrai-me uma única lei de liberdade que não remonte à Restauração ou à antiga Monarquia». A influência reparadora da Restauração acentuava-se assim de ano para ano. Se a situação interna era

Digitized by Google

esta, a externa bem cedo elevára a França a uma categoria difícilmente atingida. A expedição de Argel representa, na sua preparação, um inesperado triunfo militar e diplomático. A Inglaterra mordeu-se e, ao enunciar umas vagas insinuações, recebia do ministro dos estrangeiros de Carlos X uma resposta que ficou: — «*Não há nenhuma potência do mundo que disponha do direito de indicar ao rei de França o uso que deve fazer da victória*».

Nessa hora lavrava-se em Londres a sentença de morte da dinastia. As suas tendências anti-britânicas pronunciavam-se ainda mais por uma política conduzida no sentido do entendimento com a Russia e com o fim de estender a França até às barreiras naturais do Reno. Não fôsse 1830 e talvez a Belgica tivesse sido incorporada na França. Mas a Inglaterra espreitava. O *Foreign Office*, pelo despeito de Canning, nunca perdoaria à França a independência dos seus govêrnos. «*A Paris, il y a un Bourbon, en Espagne il y a un Bourbon: nous ne voulons pas d'intérmediaire entre nous*», — atalhára Mr. de Villèle a Lord Wellington, ao oferecer-se a mediação da Inglaterra para a solução dos negócios da França na Peninsula.

Com tais antecedentes a revolução de Julho aparece-nos desta fórma como um facto de provada inspiração ingleza. O conde Marcelos, encarregado dos negócios de França em Londres, conta-nos que duma vez Canning, indignado com a atitude do govêrno de Paris, lhe confiara um desabafo íntimo. «Vós não

Digitized by Google

ignorais que uma modificação do dogma da legitimidade, quási semelhante à nossa, (Canning referia-se à substituição dos Stuarts pela casa do Hanover) medita e toma alentos em França actualmente. Vós sabeis que progressos faz no partido duma oposição supostamente moderada... A cabeça a coroar está entre nós»!

A alusão a Luís Felipe e à sua «quási legitimidade», como alguém lhe chamou, é evidentíssima. Os homens do «justo meio», inimigos dos *ultras*, com a formação voltaireana do século, é que facilitavam a penetração inglesa e a sua obra pérfida de dissolvência. 1830 chegou. São os burgueses que sobem com o seu conceito materialista do oiro, — com o célebre «*Enrichissez-vous! Enrichissez-vous!*» de Guizot e de Thiers. É uma data,—a data que marca o advento do capitalismo e das fórmulas estereis duma esteril ideologia politica. O dinheiro manda. E detrás da indústria nascente surge o regime moderno, de que a guerra europeia é o epílogo sangrento. A Restauração, defeituosa pelo seu vício estrutural, restituíra a pouco e pouco à Monarquia a autoridade e a grandeza. Não lho perdoou nunca o liberalismo incipiente. O liberalismo a derruba, transitando com a sua musa janota das canções de Béranger para os maltrapilhos e para os *demi-solde* das barricadas de Julho.

Como a legitimidade caíu — é escusado narra-lo. O avanço da agitação política, explorada nos clubs secretos e bafejada de fóra pelo ódio que já dirigira

Digitized by Google

Danton, — esse avanço obrigou Carlos X às suas célebres *ordenanças*. «*Se recuo, tratavam-me como ao meu desgraçado irmão!*» — suspirára o rei em Saint-Cloud, ao pegar da pena para as assinar. O resto é da história corrente. Em quatro dias a realeza capitulava, — e capitulava por frouxidão na resistência. Ora na hipnose do poder, Polignac não tomara nenhuma medida defensiva. Mal comandadas, as tropas deixaram-se bater, apezar do exército não ser hostil ao rei. Lá, como entre nós em 5 de Outubro, Carlos X podia ter-se mantido. Desanimado, abdicou em seu neto, o duque de Bordeaux, que depois usaria do título de conde de Chambord.

O movimento victorioso não aceitou o sucessor indicado. Filho de *Filipe-Egualdade*, Luís Filipe estivera em Jemmapes. Burguês e miudo nas suas preferências, os homens de 30 acolheram-no como a solução dum caso dificil. Colocados entre a Revolução e a Restauração, Lafayette conciliou-os na monarquia constitucional, como sendo a melhor das repúblicas. Parece que Luís-Filipe pensou em se esquivar. Pelo menos, assim o diz seu filho, o príncipe de Joinville. As circunstâncias é que o arrastaram mais longe. Nomeado por Carlos X logar-tenente do reino durante a menoridade do que nunca foi Henrique V, o duque de Orleans era aclamado rei em 6 de Agôsto de 1830.

Monarquia bastarda, cortada de sobresaltos constantes, a monarquia de 30 não duraria mais que dezoito anos. «A revolução de Julho foi uma enorme

Digitized by Google

desgraça: — ela atirou um golpe profundo ao princípio monárquico e ofereceu um funesto encorajamento aos especuladores de insurreições», — confessa o príncipe de Joinville. E discreteando sôbre a revolução de 48, o filho de Luís-Filipe acrescentaria: — «Desgraçadamente a realeza de Julho estava longe de representar o princípio hereditário tradicional, de possuir a sua força. Nascida duma revolta, uma revolta a derrubaria». De facto, o *rei dos Franceses* não podia mais falar como rei da França. A sua posição na Europa não se apresentou das mais belas. Só a Inglaterra — ciume velho! — o aplaudiu e acolheu. A acção externa de Carlos X viu-se cortada de súbito. E' certo que Luís-Filipe se empenhou, como rei, em guardar a dignidade da sua corôa. Mas o rei de contrabando colhia os frutos da ausência dêsse princípio que seu filho honestamente reconhecia faltar na monarquia de Julho.

O acesso de Luís Filipe contribuiu em Portugal para a victória do maçonismo liberal. Não nos esqueçamos que o seu govêrno mandou ao Tejo a esquadra do barão de Roussin num insulto manifesto ao nosso brio de povo. Exultaram então os da Liberdade, — amigalhados pelos seus compadres de França. Os motivos da intervenção foram principalmente os desacatos sacrílegos dum tal Eduardo Bonhome que, afinal, veio a morrer entre nós sócio n.º 1 da Associação do Registo Civil. E' um símbolo que toca e exprime todo o sentido oculto da Monar-

Digitized by Google

quia de julho. Fixemo-lo nós que desejamos restaurar as virtudes sagradas da Realeza para que a autoridade, aliada com a liberdade, leve o nosso país ao caminho esquecido da glória. Morto o conde de Chambord sem descendência directa, como seu representante é que o actual duque de Orleans sustenta os seus direitos ao trono de S. Luís, e não como bisneto de Luís-Filipe. Na passagem do falso vento revolucionário, só a Tradição ficou de pé, proclamando a continuidade das famílias e dos povos. Também a nossa Monarquia, derivada do sofisma ignóbil de Julho, carece de repelir essas afinidades bem dispensáveis para se incorporar, pela energia admirável da sua razão de ser, na seqüência não menos admirável da nossa curva histórica. Possamos nós ajudá-la a libertar-se dos êrros que a perverteram e é quanto basta para que tenhamos bem cumprido os encargos que nos impõe o nosso nome de portugueses!

Digitized by Google

Digitized by Google

O DIREITO DE REVOLTA

Digitized by Google

Digitized by Google

O DIREITO DE REVOLTA

Há uma nota ainda a lançar à margem do livro de Paiva Couceiro. Ela é de tôda a oportunidade no momento que corre, quando o nome do grande português é olhado pela gente do regime como o nome dum traidor puro e simples. Porque se não sujeitou à nova ordem de coisas? Não tanto por isso. Mas, sobretudo, porque, congregando à sua volta um punhado de dedicações, entrou de armas na mão na terra bemdita da pátria.

Eu já uma vez o disse e parece-me que não é demais repetir que a Pátria não é apenas uma idéa com mera significação territorial. É antes de mais nada um património moral de tradições e de aspirações, ligado ao solo em que os nossos Mortos repouzam. Ser patrióta não é manter sòmente a integridade dos limites físicos em que a Pátria se emoldura. E' principalmente não atentar contra a inalterabilidade duma alma colectiva, que fundada na continuidade da história e na consciência dum povo, constitui o que em verdade se pode chamar o génio duma nacionalidade. Ninguém colocou melhor o problema de que o ilustre historiador francês Fustel de Coulanges, ao escrever na cláusula céle-

Digitized by Google

bre do seu testamento: — «O patriotismo exige que, quando se não pense como os antepassados, se respeite ao menos o que êles teem pensado». Porque o patriotismo é assim como Fustel de Coulanges o definia nas disposições da sua última vontade, é que o autor de *La Cité Antique* se mandava enterrar catòlicamente, embora não fôsse nem um crente nem um praticante. Também em Jules Soury, neurologista conhecido pelo seu materialismo impenitente, a mesma teoria reaparece, e com inesperados fundamentos fisiológicos.

«*Eu dediquei essa obra*, — diz êle, referindo-se ao seu *Systéme nerveux central*, — *à memória de meus pais, àqueles de quem eu sou, como nós todos o somos, a continuidade substâncial, o pensamento e o verbo ainda vivos, com o seu cortejo de gestos, de hábitos e de reacções hereditárias, que fazem com que a morte mantenha o que é vivo, e que os caracteres próprios, étnicos e nacionais, nascidos das variações seculares, que diferenciam do Estrangeiro o Francês de França, — não sejam metáforas, mas fenómenos tão reais como a matéria dos elementos anatómicos dos nossos centros nervosos, — os neurones, únicos elementos do nosso corpo que, do nascimento à morte do indivíduo, persistem sem proliferar e sem se renovarem jámais. E' aí que rèside o testemunho irrefragável da hereditariedade psicológica. E' aí que reside o fundamento do nosso culto dos mortos e da terra em que êles teem vivido e sofrido, — da religião da Pátria*».

Digitized by Google

Materialista como fica dito, Jules Soury confessava-se, entretanto, por paradoxal que pareça, católico-apostólico-romano. Não possuia a graça da Fé. Mas o reconhecimento da sua hereditariedade de francês obrigava-o, como homem de ciência, à aceitação respeitosa da Igreja como sendo a disciplina social que mais decisivamente contribuira para a formação histórica da França. O seu conceito de patriotismo, apoiando-se nas realidades objectivas, no instinto de *diferença*, de *meio-próprio*, que é a razão natural das pátrias, conduziu-o ao encontro da herança moral em que efectivamente descansa a noção cristã de Pátria, como de nossos pais a recebemos com o sangue, como nossas mães no-la transmitiram com o leite.

Superior aos indivíduos duma triste hora passageira, a Pátria não é, com efeito, de modo nenhum o pretexto das nossas paixões transitórias, nem a nós nos assiste o poder de a transformarmos segundo os nossos caprichos e conforme as nossas ideologias. O estrangeiro não é, portanto, unicamente aquele que nasceu de outra comunidade com outra língua e outros costumes. E' também estrangeiro o que, insurrecionando-se contra a regra que o conformou socialmente, realisa em si a tremenda palavra de Comte, ao condenar a Revolução como sendo a «rebeldia do sêr contra a especie».

Ora quando êsse estrangeiro, que é bem o estrangeiro do interior, desnacionalisado por ideais cosmopolitas, maçonisado por interesses baixos de seita,

Digitized by Google

se apodera do govêrno duma nação para lhe imprimir uma finalidade adversa aos seus sentimentos fundamentais, não haverá legítimamente, até da parte duma minoria, o *direito de revolta?*

Há. E foi o direito de revolta, defendido por teólogos e por juristas, santificado pela própria Igreja, que Henrique de Paiva Couceiro incarnou na sua bravura, ao entrar em Portugal de armas na mão.

O direito de revolta corresponde perante a sociedade ao direito individual de legítima defeza. Tem, como direito que é, características jurídicas bem distintas e bem marcadas. Em tése a revolta contra a autoridade é interdita pelos velhos tratadistas, da origem cristã, assente o princípio de que todo o poder vem de Deus.

Mas excepções se enumeram, em que, pela mesma procedência divina do poder, é necessário destituir a pessôa que o representa, pervertendo-o nos seus fins pelo escandalo e pela impiedade. Num livro ponderado *Les principes fondamentaux du droit*, o marquês de Vareilles-Sommieres, decano que foi da Faculdade de Direito na Universidade Católica de Lille, fixa bem os casos em que a revolta não é só um direito, mas imperativamente um dever. «Todavia, — esclarece êle — se o soberano exerce uma tirania criminosa, se, em logar de procurar a ordem, a justiça e todos os benefícios ordinários do poder, êle prodigaliza aos seus subditos a iniquidade, a vergonha e a ruína, se êle os impede de obedecer

Digitized by Google

às leis de Deus, se êle se apodera da infância para lhe corromper o espírito ou o coração, a revolta torna-se lícita e por vezes obrigatória».

E Vareilles-Sommiéres prosegue: — «*Nós apoiamos, no caso presente, o direito de revolta primeiro e sobretudo no direito de legítima defeza. Os inferiores não têm direito de julgar e de punir os seus superiores, mas êles têm o direito de se defenderem contra êles próprios. A legitima defeza, que em direito criminal absolve o criminoso, em direito constitucional justifica a revolta*».

Verifica-se nitidamente, pelo seu depoimento, que o eminente professor francês considera a hipótese da revolta contra o poder legítimo, contra o poder legalmente constituído, porque a legítimidade, ainda segundo êle, cessa naquele instante em que a comunidade corre o perigo de se subverter pelos desvarios e pelos êrros de quem se destina a mante-la em paz e segurança. O direito de revolta é, pois, para Vareilles-Sommiéres e para uma infinidade de escritores de que êle se socorre e inspira, «*o direito de impedir o mal*». Se o poder deriva da necessidade de nos opormos pela fôrça aos crimes que se cometem, como não havemos nós de empregar a força para nos opormos aos crimes do poder?

De resto antes de ser a doutrina de Suarez, Belarmino e Balmes, — três teólogos de reputação universal, já S. Tomás a tinha estabelecido em plena Idade-Media com todo o fulgor do seu espírito admirável. Conhece-se o texto famoso em que o

Digitized by Google

grande doutor da Igreja a formúla com uma energia que em vigor só é igual à concisão:—«*O govêrno tiranico não é justo porque êle não é dirigido para o interesse comum, mas para o interesse particular daquele que governa. Eis porque lançar a perturbação nesse govêrno não constitue sedição, excepto quando a perturbação comporta uma tal desordem que a multidão dos governados sofra com a perturbação um detrimento maior do que pròpriamente com o govêrno tiranico*».

E se mais perto, nós quizermos ouvir a voz augusta de Roma, Leão XIII nos ensina terminantemente na enciclica *Libertas præstantissimum*, de 20 de Junho de 1888, que desde que isso se faça sem violar a justiça, a Igreja não proíbe que queiramos libertar o nosso país, ou do estrangeiro, ou dum déspota. E o Pontifice não hesita em precisar as condições que autorizam a revolta, como um acto de legítima defeza. «Quando se está debaixo do golpe ou da ameaça duma subordinação que mantem a sociedade na posse duma violência injusta, ou priva a Igreja da sua liberdade legítima, é permitido procurar uma outra organização política, sob a qual seja possível agir mais livremente».

Tal é em teoria o direito de revolta. Exposto como fica, encara exclusivamente o aspecto mais grave da questão, qual é o da *legitimidade* do poder opressor. Reveste-se de menos transcendência quando a revolta pretende atingir uma tirania que não tem por si nenhum título legítimo e que é

Digitized by Google

caracterizadamente uma violação de justiça. Em torno da revolução de 1640, os juristas portugueses levantaram os direitos da nossa autonomia sôbre o direito de revolta, com a *Justa Aclamação* de Francisco Vaz de Gouveia à sua frente. Sem cair nos exageros de Mariana, era a influência do jesuita Suarez, — o *Doctor Eximius*, cujo centenário, festejado em Granada, se assinalou entre nós pela publicação da notabilíssima monografia *Suarez, Jurista*, do sr. Manuel Paulo Meréa, professor de Direito na Universidade de Coímbra. Suarez distinguia, para o caso da revolta, e até do tiranicídio, entre o tirano por usurpação *(tyrannus usurpationis)* e o *tyrannus administrationis*, que é o rei dispondo de justo título. Nessa distinção vai-se até à morte do despota. Não nos preocupam as conclusões extremas do problema. O que destacamos é a sua acção profunda no acto libertador de 1640.

Assim nós vemos renascer hoje em dia a enunciação dêsse direito na formidável pastoral do Cardeal Mercier, *Patriotisme et endurance*. Trata-se da Bélgica invadida pelo inimigo do exterior.

Porque é que Paiva Couceiro o não exercitaria, tocando a unir na sua pátria contra o estrangeiro do interior? Permanecia apática a maioria do país, como perfilhando tacitamente o atentado de que era víctima? Pois ainda assim mesmo cabia à minoria, por diminuta que ela fosse, a iniciativa do resgate. «Não é necessário que a maioria dos cidadãos intervenha; uma minoria mesmo, se ela é bastante forte,

Digitized by Google

tem o direito de defender e de salvar a pátria, — continua Vareilles-Sommiéres. O direito de legitima defeza, o direito de impedir o mal, o direito de ocupar o poder desde que esteja vago e de o desembaraçar dos primeiros obstáculos, pertence, sem que seja possivel contesta-lo com seriedade, tanto às fracções da comunidade como à própria comunidade».

A linha de conduta de Paiva Couceiro reflete a doutrina cristã e patriótica do intitulado «*direito de revolta*». Mais alta e mais prestigiosa a sua figura se nos torna, quando através de tamanha coragem moral levanta na ponta da espada a dignidade dum princípio vencido. Êle foi o braço da Pátria, lavrando o seu protesto contra a conquista interna dum bando que à falsa-fé a submetera e escravisara. Que importa que os ódios e as paixões lhe cuspinhem no nome, cada vez mais belo, cada vez mais erguido? Na deserção vergonhosa em que o Trono ruiu, e com o Trono o prestigio sagrado do Altar, Paiva Couceiro ficou de guarda, como um cavaleiro antigo, a quási oito séculos seguidos da nossa história. São êsses oito séculos seguidos da nossa história que o elevam acima da craveira reduzida dos seus contemporâneos. E porque, reunindo à sua volta um punhado de homens com quem entrou em Portugal de armas na mão, lhe escrevem o nome como se escreve o nome dum traidor, é que à margem do livro de Paiva Couceiro eu deixo esta nota, reabilitando e defendendo o direito sagrado de revolta, que a Igreja abençôa e a Pátria nos impõe.

Digitized by Google

NO DIA DE CAMÕES

Digitized by Google

Digitized by Google

NO DIA DE CAMÕES

Não há melhor oportunidade para falarmos de Camões do que hoje, aniversário da sua morte, tornado louvavelmente pela Câmara de Lisboa em dia de festa municipal. Apesar de bem vivo e bem contornado no seu poema, Camões é talvez das glórias portuguesas mais perturbadas na compreensão do seu justo significado por tôda a mitologia literária que em torno do seu nome se vem secularmente engrossando. As tintas românticas conseguiram sobrepôr-se à realidade da figura do Poeta, varão insigne de Quinhentos que refletiu no desencontrado da sua psicologia todo o desvairo magnífico da Renascença.

E' certo que das Chancelarias a pouco e pouco os documentos teem surgido, por mãos pacientes de estudiosos, esclarecendo com miudesa a aventura dramática do grande Épico. Estamos, todavia, ainda longe duma reconstituição completa da sua existência e do quadro verdadeiro em que ela se desenrolou. Os pormenores faltam, rareiam os detalhes, continuando a lenda a persistir nas camadas teimosas duma lenta e estratificada acumulação. Para prova, um facto nos basta. E é o que se refere às

Digitized by Google

descobertas dum môço alentejano, o senhor Mário Sá, cuja inteligência, notàvelmente apurada para os trabalhos históricos, se há-de afirmar num futuro bem próximo, tão depressa encontre a posse plena do seu equilíbrio.

Os Camões deixaram largas raizes no alto Alentejo, havendo ainda hoje em Aviz uma herdade de Camões, sem dúvida seu antigo solar. Há nessa herdade, sita na freguesia do Maranhão, uma torre em ruínas. Corre por ali a tradição de que nela viveu um fidalgo desterrado da côrte. Ora, ligando a reminiscência local a resultados de longas pesquisas nos arquivos, o sr. Mário Sá dispõe-se a demonstrar, num estudo que prepara, ser o fidalgo em questão o nosso Luís de Camões.

Camões realmente devia manter relações apertadas com os seus parentes do Alentejo. Em alguns deles até aparece o seu nome por inteiro — Luís Vaz de Camões. Assim sucede com um, morador em Cabeço de Vide, e ali proprietário dum pequeno ofício de governança concelhia. Diz o sr. Mário Sá que os biógrafos do poeta nos falam do seu destêrro para o Maranhão, no Brazil.

O êrro surge nesta interpretação — elucida o senhor Mário Sá. Camões foi desterrado, mas, à sua escolha, talvez para casa dos seus parentes, no Maranhão, mas do termo de Aviz. A Camões se refere dêste modo a tradição agarrada à torre em ruínas. Nada mais à flôr das coisas, efectivamente. As conclusões do senhor Mário Sá são

Digitized by Google

vigorosas e eu apresso-me, com tôda a simpatia pátria, a subscreve-las em absoluta concordância de espírito.

De fórma que, por um traço, tão diminuto como o que aí fica, se avalia bem o que são as biografias escritas do poeta. Quanto a mim, na sua extraordinária intuição, quem se pronunciou sôbre êle com veracidade foi Antero em carta de 10 de Janeiro de 1891, dirigida a Máximo Formont: — «Eu creio que há ainda uma boa parte de lenda e ramantismo na idea que se faz da vida de Camões, porque, bem julgado, Camões, foi mais um homem feliz do que pròpriamente um desgraçado. A felicidade burguesa e tranqüila não lhe agradava; êle teve a vida de aventura e de fortes emoções que mais quadrava ao seu génio e que todo o verdadeiro poeta, estou certo disso, preferiria sempre não importa a que felicidade calma e monotona».

Não nos falta agora nenhum lascarim das vielas do pensamento, gritando com declamações postiças, que nós insultamos a memória do Epico. Procuramos unicamente ressuscitar em todo o seu sentido a existência que êle glorificou para que melhor o amemos, amando-o no entendimento humano da sua obra. De resto, varão da Renascença, tomado de mais a mais pela loucura oceânica da Conquista e da Navegação, Camões levaria no Industão os dias acidentados dos nossos fidalgos da carreira da India. Repartido entre os carinhos de «Barbara-Escrava» — essa da «*pretidão de amôr*», e a balbur-

Digitized by Google

dia, por vezes sangrenta, dos prazeres orientais, o poeta furtou-se a tempo das influências torpes do meio para ir, no socêgo de uma boa situação em Macau, compor serenamente o seu poema. De volta ao Reino,não vejamos na pobreza com que regressa, senão as conseqüências do seu perdularismo de descuidado e de sonhador. Camões é uma figura representativa da sua época. Espelhou-lhe as virtudes e os defeitos. Não esqueçamos, por isso que a Renascença, descobridora do individualismo, encontraria nele o individualista máximo.

Não se toque mais na sua miséria, na sua fome, na sua morte infeliz! Pensionado do Paço e com amigos valiosos tanto no eruditismo da côrte como nos conventos, se Camões abalou para a cova num lençol emprestado não seria porque, morto de peste, assim se enterravam os pestíferos, afastando solicitudes afectuosas com receio no contágio? Eis uma hipótese que é necessário meditar, rompendo com as sensaborias melodramáticas vulgarmente desfiadas à roda do nome de Camões. Tão indígnas são elas, como o culto maçónico que a República pretendeu estabelecer em honra do Epico não lhe avultando a intenção íntima do seu poema e fingindo ignorar que Camões encarnara na sua musa cristianíssima a voz severa da Contra-Reforma, — da doutrina definida e assente no concílio de Trento. O resultado bem cedo se recolheu. Camões, popularisado em estatuetas pintalgadas de verde e vermelho, veiu a divulgar-se de maneira tal que eu encon-

Digitized by Google

trei-o uma vez, de loiros na cabeça, livro debaixo do braço e espada à cinta, lá para as bandas de Algés, caminhando por sôbre lama ao som dos cavaquinhos, no alegre convivio duma cégada.

Mas afastemos da lembrança o cómico de semelhante sacrilégio e pensemos um pouco na significação exacta dos *Lusíadas*. Pensar na significação dos *Lusíadas* é pensar na significação da Renascença. Logo no título o poema de Camões invoca o humanismo, invoca mestre André de Rezende, que criara o vocábulo, ao filiar-nos a origem em Lisias, filho de Báco, todo embebido na fascinação da antigüidade clássica. As inspirações humanistas traduzem-se em Camões não só na compreensão larga da Epopeia, mas ainda mesmo na linguagem. Faria e Sousa ofereceu-nos uma lista de «palavras raras», quási bilingues, que Camões, repassado de classicismo, introduzira na nossa expressão literária, tais como «*obsequentes*», «*amaro*», «*dino*», «*plumbeo*», «*lacteo*», etc. E' esta uma das consequências desastrosas da Renascença. A sintaxe latina impõe-se-nos despòticamente e a frescura da língua nunca mais se humedece da gracilidade singéla das Crónicas e dos Cancioneiros do passado.

E' êsse o período em que nos desviamos do rumo natural da nacionalidade. Exactamente porque nos desorbitamos sem remédio nem apêlo, atirando comnosco para regiões fabulosas, é que nós vivemos dentro da nossa carne e com a nossa

Digitized by Google

alma a utopia doida da Renascença, — a utopia do *Uomo universale*, visto que chegaríamos lá aonde ninguem ainda chegára, subindo mais alto em fama que a própria fama dos antigos:

«Cessem do sábio grego e do troiano»
.....
«Calem-se de Alexandre e de Trajano...»

A Itália, lareira do Renascimento—e, eu escrevo «Renascimento», servindo-me do termo consagrado, porque a Renascença não foi de forma nenhuma um «renascimento» — a Itália, lareira do Renascimento literário, dizia, debalde o sonhou, êsse pregão eterno da nova idade do mundo. Com Ariosto e com Tasso, se o possuiu, possuiu-o nos domínios exclusivos da ficção poética. Maiores do que nenhum outro povo, os *Lusíadas* não são mais que a exaltação heroica dos nossos feitos — a tuba anunciadora do triunfo que nos imortalízaria para sempre. Da plena luz da realidade, o Poeta transpunha-nos para os domínios da «oitava rima», donos em vida ainda dos favores da fama, aclamados soberanamente nas estrofes bem fundidas do Poeta, que assim entrelaçava a sua glória com a nossa glória.

Não careciamos nós de recorrer às façanhas fantásticas de Orlando furioso nem à piedade militante de Godofredo de Bulhão. O Poeta vibrava êle mesmo com o ciclo histórico que o seu poema exaltava. E' que nós, pela dilatação da Fé e do Império,

Digitized by Google

obtinhamos a coincidência da acção da nacionalidade com o ideal universalista da Renascença.

Achavamo-nos dentro da aspiração da época, realizando comnosco essa aspiração. Era já o comêço da decaída. Portugal, crucificado, tinha nos *Lusíadas* uma lápida funerária que lhe guardaria a memória na memória dos séculos. Se os *Lusíadas* não representam a grandeza da pátria tradicional, — da pátria dos concelhos e das Côrtes-Gerais, tão vivas nas tábuas de Nuno-Gonçalves, êles representam, contudo, a grandeza do nosso sacrifício pela Civilisação. Escreveu Renan duma vez que o patriotismo é o contrário da influência moral e filosófica. E logo acrescentava: — «A Grécia, a Judeia têm pago com a sua existência nacional o seu destino excepcional e a honra incomparável de haverem constituido ensinamentos para tôda a humanidade.» Não é outro o nosso caso. Os *Lusíadas* são o lado universal da alma portuguesa. Porque êsse lado se excedeu, e se excedeu até à loucura, 1580 já nos espreitava de perto como um epílogo de tragédia.

Olhando os *Lusíadas* por êste aspecto crítico, Camões manifesta-se-nos um dos doutores do nosso imperialismo.

Baseava-se o nosso imperialismo na ideia de Cristandade. E' atravez da ideia de Cristandade, — o mesmo que latinismo ou unidade moral e cultural da civilisação europeia, — que nós carecemos de encarar a jornada de Alcacer, inspirada na dignidade romana do Ocidente perante o espraiar ameaçador

Digitized by Google

do Turco, já senhor de Ródes e batendo, por outro lado, às portas de Viena. Camões, interprete dos sentimentos contemporâneos, é que mais nos incita à expedição infeliz com motivo na árvore da Fé abalada. Logo o clama na estrofe IV do I canto, apostrofando D. Sebastião:

«E vós ó bem nascida segurança,
Da Luzitana antigua liberdade
E não menos certíssima esperança
De augmento da pequena christandade.
Vós, ó novo temor da maura lança,
Maravilha fatal da nossa idade,
Dada ao mundo por Deus que todo o mande,
Para do mundo a Deus dar parte grande».

Alude em seguida Camões aos alemães «*soberbo gado*», «*do sucessor de Pedro rebellado*», que «*novo pastor e nova seita inventa*», increpa o inglês que «nova maneira faz da cristandade» e que

«Para os de Christo tem a espada nua.
Não por tomar a terra que era sua».

E prosegue, invectivando a França:

«Pois de ti Gallo indino, que direi?»

e quantos mais, «*miseros christãos*» não se esforcem para que

«... torne lá ás silvestres covas
Dos Caspios montes e da Scythia fria
A Turca geração que multiplica
Na policia da nossa Europa rica».

Digitized by Google

Ao menos,

> «Não faltarão christãos atrevimentos
> Nesta pequena casa Luzitana».

Assim Camões é com Diogo Teive, Diogo Bernardes e António Ferreira um dos incitadores contra a infidelidade mauritana. O desastre veiu. Mas dos germens que o originaram é que sai a vibração excepcional dos *Lusíadas*. Se os *Lusíadas* não são por isso o hino da nacionalidade enraizado na Tradição e na Terra, ao menos pregoam em vozes imorredoiras o sacrifício de Portugal pela Latinidade. O pelicano simbólico de D. João II reveste-se duma intenção mais ampla e mais dolorosa: — não é mais o rei, «pastor não mercenário», imolando-se pelo bem do seu rebanho, mas o Portugal-Maior crucificando-se numa cruzada admirável pela Civilização.

Sem nós, o Turco, atacado na Ásia pelas costas, avançaria decerto pela Europa, esfacelada nas guerras religiosas. Nós, por outros meios, evangelizando, missionando, servindo enfim o ideal da Cristandade, trouxemos à mesma comunhão civilizadora, impondo-lhe o nosso primado, os mais divergentes e impossíveis povos. E' formidável o papel de Portugal no desenvolvimento do mundo! O pincel de Miguel-Angelo o fixou para sempre no seu *Juizo-Final*. Quem em Roma visita a Capela-Sixtina, contemplará, ao lado dos Arcanjos soprando as trombetas

Digitized by Google

do Apocalipse e separando os eleitos da multidão dos danados, um mancebo musculoso, com as formas soberbas duma soberba criação do «Gran-Michael», que eleva para o ceu, suspensos dum rosário, um indio e um moiro. E' a alegoria do esfôrço redentor de Portugal. Paga-nos bem do esquecimento em que o sepultaram depois.

Tal é a claridade a que o poema de Camões necessita de ser encarado. Curvemo-nos diante do génio que soube incorporar na aspiração cosmopolita da Renascença a inexcedivel contribuição com que nós desbravamos o caminho à nova idade do mundo. Camões é a alma de Portugal ampliada na alma da Civilisação. Os *Lusíadas* são grandes, mas a sua grandeza é já filha da desnacionalisação de Portugal. E' que o patriotismo é o contrário da influência moral e filosófica,—repitamos com Renan. Eis porque à figura de Camões devemos aliar o culto de outra figura: — a de Viriato. A raça e a sua vocação, a Pátria e a sua finalidade, no expoente máximo dos seus herois, fôrça nativa, e dos seus poetas, significação universalista, terão dado dêste modo à nacionalidade o grau que lhes falta de consciência colectiva.

Digitized by Google

A FESTA DO TRABALHO

Digitized by Google

Digitized by Google

A FESTA DO TRABALHO

A festa do Corpo-de-Deus é a festa do Sacramento, é a festa «do Cristo-Mediador presente na hóstia para dar Deus ao homem e o homem a Deus». Instituída por Urbano IV, depois das súplicas de S. Tomás e depois das visões de Santa Juliana, ela entrou na tradição portuguesa, tornando-se uma festa nacional, com a assistência dos maiores previlégios e do mais raro luzimento. Ninguém se esqueceu ainda de S. Jorge no aparato do seu séquito militar, com o seu estado brilhante de cavalos, arrastando xaireis preciosos. Atapetavam-se as ruas de espadana e junco. E enquanto das janelas desciam as colgaduras familiares, a procissão ondeava numa fita refulgente de armas reluzindo entre o matiz movimentado dos mais ricos brocados.

E' uma data que a nossa saüdade evoca sempre comovidamente. E se eu olho para trás, neste momento, lá vejo, na torreada vila em que nasci, o cortejo seguindo vagaroso e solene com a «Senhora Câmara», acompanhando-o de pendão desfraldado, e o sino do concelho tocando açodado o seu repique glorioso.

Ora, na festa de Corpo-de-Deus um dos deta-

Digitized by Google

lhes que mais a nobilitava era a participação das *Corporações de artes-e-ofícios*, com as suas bandeiras vistosas, ostentando a imagem dos seus santos patronos.

No *Monge de Cister* deu-nos Alexandre Herculano um capítulo com a pintura nem sempre animada duma procisão de *Corpo-de-Deus* em Lisboa no século XIV. O leitor que a rememorar fará por si a idea do que havia de típico e de original nos nossos costumes religiosos e como a Idade-Média, com as suas figurações teatrais e os seus símbolos falantes, tomava expressão vigorosa no brio com que cada um dos nossos grémios profissionais timbrava sempre em se apresentar na procissão. Desde o gigante Golias ao dragão infernal, passando pelo Rei David e pelas dansas mouriscas, os *mesteres* lisboetas associavam aos canticos solenes da Igreja a alegria rumorosa do povo abrindo ala, entre reverente e galhofeiro, à margem do cortejo imponente.

A intervenção das associações mecânicas na festa do *Corpo de Deus* traduz-se assim como uma santificação do trabalho remunerado e humilde. E' bom que o recordemos numa hora em que, pela industrialização crescente da sociedade, a sorte do proletário se agrava, empurrado pelas nossas próprias mãos para a loucura final dum sovietismo talvez bem pior que o da Russia. Com um acento trágico de profeta, já no prefácio da sua «*História da República Romana*» Oliveira Martins o palpitava, anciadamente.

Digitized by Google

«Vinte séculos antes do nosso tempo, — escreve êle, — a situação era identica: via-se uma sociedade dotada de instituïções democráticas e representativas sem poder encontrar uma fórmula de ordem económica. Sabemos que pelo facto de não a achar, a república romana se perdeu, dando de si o tipo hibrido do Império: não haverá acaso outra solução a esperar no tempo presente?»

Aqui se desenham fortemente as razões de natureza prática que trouxeram Oliveira Martins aos limiares da monarquia orgânica. As suas apreensões encontrariam mais tarde definição acabada naquelas palavras de Michel Darguenat, antigo socialista revolucionário, ao declarar a Georges Valois que o sindicalismo só pode concluir na Anarquia ou na Monarquia. A experiência da Russia, com a sua tentativa de remodelação social, elucidá-nos claramente que nada se constrói fóra dos moldes tradicionais da sociedade. Falido num crepúsculo de orgia e de sangue êsse apêlo a um mundo melhor e mais remoçado, nós reconhecemos também que, tendo a democracia aberto a questão do trabalho, de dia para dia a compromete e carrega com os seus desvarios já sem perdão.

Quem diz «democracia» — entende-se, — diz, dum lado, «capitalismo», diz, do outro, «parlamentarismo». Nós chegamos exactamente a um ponto da nossa curva histórica em que ser-se tradicionalista é ser-se simultaneamente radical. O nosso radicalismo, porém, é de índole renovadora; e em vez

Digitized by Google

de recorrer aos meios violentos de expropriação e de guerra, socorre-se dos claros ditames da Igreja e da lição herdada do nosso passado católico e monarquico. De modo nenhum toleramos a mais pequena cumplicidade na febre de especulação que ameaça devorar-nos, roubando-nos todos os estímulos e compensações morais, só pelo desejo insofrido dum ganho que não é honesto, dum ganho que é preciso denunciar como inimigo do mundo, do trabalho e da sociedade.

Já os espíritos menos suspeitos se começam a alarmar com esta «americanização» da vida, que outra coisa não é senão a sua «paganização» completa.

E' um testemunho impressionante o que Guilherme Ferrero nos oferece. Guilherme Ferrero não é de maneira alguma um dos nossos. No entanto, temperamento educado de historiador, exactamente o seu conhecimento da história de Roma, o leva a conclusões quási análogas às de Oliveira Martins. A história de Roma ainda é o grande exemplo para se meditar. O socialismo não é de hoje, como não é de hoje o imperialismo, nascido de motivos económicos. Roma conheceu-os. Mas a noção que possuia do trabalho empurrou-a tresloucadamente para o suícidio mais degradante. «Todos os que vivem dum trabalho mercenário — declamava Cicero — exercem um mister degradante; numa oficina não pode nunca nascer um sentimento nobre». Por seu lado, Aristoteles ensinava que o verdadeiro

Digitized by Google

privilégio do homem livre, não é a liberdade, mas a ociosidade. A ociosidade implicava o aproveitamento do trabalho de outro. Daí a escravatura, — instituïção que Aristoteles reputa de justa e necessária.

Pelo predomínio desaforado da plutocracia nós assistimos ao desenvolvimento duma como que nova escravidão. Não é a escravidão do homem ao homem, mas a escravidão do homem à máquina. Eis a característica e ao mesmo tempo o cancro mortal do período trágico que atravessamos. Abandonado ao pior individualismo económico, o productor é esmagado por uma concorrência a que não resiste e que lhe rouba por inteiro a dignidade do trabalho.

O trabalho volta a ser um fardo sem grandeza nem outro sentido que não seja o duma grilheta de que é urgente libertar-nos. A libertação vem, mas vem em ondas de sangue e vinho, como na Russia-Nova, na santa Russia redimida. É êste o crime da democracia. Já com a escravatura o fôra na sociedade antiga. Baseada no mesmo critério pagão da existência, põe na satisfação dos nossos apetites o fim único e imediato da vida. O resultado apalpa-se nìtidamente. Há rúidos de festa, — retinem as taças, soluçam os violinos. Projectando no escuro a ameaça misteriosa daquele festim da Biblia, a multidão apressa-se a exigir a sua parte no banquete. Teremos nós de subir á guilhotina, incapazes de defender ao menos a beleza da civilisação de que somos herdeiros ?

Digitized by Google

Na presença dum futuro assim carregado, é que Guilherme Ferrero preconisa o regresso às regras económicas da Idade-Média, com o seu interprete em S. Tomás. De acôrdo, inteiramente de acôrdo. Mas para que o regresso se verifique, é imperioso que nos acolhamos também à sombra das instituïções que lhe darão estabilidade. Poderemos nós com a restrição do luxo, a condenação da usura, a venda das coisas pelo seu justo preço, a ressurreição da enfiteuse, melhorarmos um momento a gravidade da crise? Se essas medidas, porém, não corresponderem ao estado-social definido, só por elas a sua acção há-de-ser exigua, se não fôr destinada ao mais absoluto dos insucessos. Nós caminhamos sôbre um incendio latente. Impõe-se-nos uma *remodelação total* da sociedade. E o dilema é êste, sem equívocos e ilusionismos: — Anarquia ou Monarquia.

Realmente, só a Monarquia, pela virtude do seu princípio cristão e associativo, esconjurará a ira dos deserdados e dos cubiçosos, avolumada no horisonte. Importa para isso destruir, até aos fundamentos, a obra da Revolução. Abolindo o sistema corporativo do trabalho e entregando-o depois ao materialismo financeiro dos burgueses de *Julho*, a democracia atirou-nos para a guerra actual, que é ainda ela o máximo negócio. Oiçamos a voz da Igreja, procurando a defesa dos pobres, a proteção dos proletários. E' Leão XIII quem nos fala na sua imortal enciclica *Rerum novarum*:—«O século último destruiu, sem as substituir, as corporações anti-

Digitized by Google

gas que eram para os operários uma proteção. Os princípios e os sentimentos religiosos desaparecem das leis e das instituïções públicas, e dêste modo, pouco a pouco, os trabalhadores isolados e sem defeza viram-se com o tempo entregues à mercê de patrões deshumanos e à cupidez duma concorrência desenfreada.»

E' na restauração do regime corporativo que reside a equação do problema. Só na *corporação*, no *sindicato* e na *associação de classe*, como quizerem, a garantia do trabalho se obterá no equilíbrio devido aos direitos dos patrões e dos operários. Solução francamente tradicionalista, nós conferimos por seu intermédio ao productor a dignidade perdida da sua profissão. Foi assim que a Igreja, santificando o trabalho, desembaraçou a humanidade dos preconceitos transmitidos pela filosofia pagã. Nas confrarias da Idade-Média nós achamos o tipo perfeito dos grémios profissionais de àmanhã. S. José carpinteiro, Jesus aprendendo o ofício na casinha modesta de Nazareth, os patronos que os *mesteres* iam pedir ao agiológio, demonstavam-nos a essência cristã da organização moral e social do trabalho.

A essa organização nós fomos buscar os fundamentos de uma outra sociedade transformada segundo a razão eterna dos grandes princípios tradicionais. Sem sermos socialistas, nós admitimos que dentro do município e da associação um certo

Digitized by Google

socialismo é possível pela unidade dos interêsses e pela fraternidade dos vínculos profissionais. Nem de outra fórma, senão com esta base técnica, a *representação* política traduzirá uma verdade e uma função. Vítima duma culpa de nascença, a democracia está orgânicamente impossibilitada para o conseguir. Quando Fustel de Coulanges apontava à Realeza uma feição *democrática*, fazia-o, como historiador, aludindo às suas qualidades de coordenação e de equilíbrio, pelas quais a gente rumorosa das Comunas medievicas entrou no jogo livre das nacionalidades. Já em Roma o Império, embora de alicerces falsos, pretendera acudir á mesma necessidade. As tendências constructivas do sindicalismo moderno comprovam-nos como Fustel via claro, ao reconhecer na Monarquia a única fôrça capaz de realizar e garantir a paz social.

Também o nosso passado assim no-lo deixa entrever. A *Casa dos Vinte e Quatro* ficou célebre entre nós, com o seu Juiz-do-Povo, espécie de tribuno que falava ao Rei directamente e era recebido em palácio com brandões acesos e honras de príncipe.

A história do município de Lisboa anda cheia do prestígio e da intervenção dos representantes dos ofícios. Por isso o senhor de Aubeville dizia para França no século XVII: — «*Et par malheur pour cet Etat, la voix du peuple est ici fort écoutée*». Lembrava-se certamente de Saint-Romain, seu

Digitized by Google

antecessor na embaixada, a quem o Juiz-do-Povo com quatro dos *mesteres* fôra prevenir de «*que se persistisse nas suas intrigas, não estava seguro de qualquer violência*».

Com o advento da liberdade tudo se extinguiu, veiu o cosmopolitismo, veiu a mentira, veiu a desordem. Nunca mais as corporações desfraldaram as suas bandeiras em dia de Corpo de Deus.

A festa do trabalho, secularisada, voltou com o sentido revolucionário do 1.º de Maio. A solidariedade humana deixava de ser venerada em Deus feito Homem, remindo-nos pelo sacrifício e unindo-nos pelo amôr, para se obter pela impiedade sem nome do homem imaginando-se Deus. Os acontecimentos não tardaram a surgir, grossos de consequências. Não sei se é tempo ainda de ser utilisado, mas o remédio é só um, — é êste que preconisamos. O regime corporativo, universalmente aplicado, libertará a humanidade, afirma o Padre De Pascal, — mas a sua restauração não é possível se não repudiarmos os êrros doutrinários que justificam o seu restabelecimento e se não repelirmos as injustiças sem número dum estado social que se decora com o título de *civilização*, quando não é, em resumo, mais do que um regresso à barbaria cultivada do velho paganismo.

Assim seja. E que de novo, em honra do Sacramento, símbolo da humanidade resgatada e congraçada, os pendões dos sindicatos se desfraldem, entre músicas guerreiras, com S. Jorge montando

Digitized by Google

fero o seu cavalo de Defensor do Reino! A festa do trabalho terá retomado o seu significado verdadeiro e nós repetiremos, com o filósofo gostosamente que «*o recompensamento do ganho deve ser dado aquele que he mesteiroso e o recompensamento de honra áquele que he muito nobre e excelente*».

Digitized by Google

EXÉRCITO E TRADIÇÃO

Digitized by Google

Digitized by Google

EXÉRCITO E TRADIÇÃO

E' pobre a nossa história militar de monografias que, dentro do puro ponto de vista da especialidade, nos ajudem a compreender o esfôrço dos nossos Reis em manter integra a terra sagrada da Pátria. As nossas batalhas, — nas causas determinantes da sua acção decisiva e nos golpes técnicos de que dependeu o seu desfecho, — não encontraram ainda entre nós o espírito que, fóra da mera narrativa dos factos, nos ensinasse a vê-los como a afirmação, não só do valor natural da raça, mas do pensamento organizador que a êle presidiu e o soube levar à victória. Quási nula em tudo o que possa contribuir para a restauração da consciência colectiva, a actividade mental entre nós não vai além, nos domínios a que me estou referindo, de meia duzia de honrosas excepções, entre as quáis me é agradavel fazer sobresaír, nos mortos, o coronel do Estado-Maior, Alfredo Pereira Taveira, com a sua *Defesa de Portugal (Sumário histórico)* e, quanto aos vivos, Christovam Aires com a *História orgânica e política do exército portuguêz,* em publicação.

Compreende-se assim o alvoroçado interêsse com

UNIVERSITY OF MICHIGAN LIBRARIES

Digitized by Google

que fechei a leitura do volume de Saturio Pires — *Os caçadores do exército de Dom Miguel.* Temperamento dotado duma singular vocação profissional, que as inconstâncias acidentais do nosso tempo inutilizaram para uma carreira que seria sem dúvida brilhantíssima, o ex-tenente Saturio Pires alia ao seu admiravel sangue de soldado a cultura necessária ao oficial moderno, a quem não devem ser estranhos de maneira alguma os mais variados problemas que agitam e preocupam o perturbado pensamento da nossa época. Mais do que nunca, a missão social do exército se define e avoluma aos nossos olhos, quando, no crescer irrequieto de tantos imperalismos, é preciso guardar intacta a honra nacional e assegurar ao país com firmeza o desenvolvimento normal das suas melhores energias. Ao lado da expansão e da segurança externa, ao exército cumpre defender a sociedade constituïda em face das forças de destruïção intestina que por tôda a parte se anunciam e fremem neste transformar dum mundo e duma civilisação. A hora que avança, — hora de incerteza e de esperanças, marcará a hora duma nova floração de nacionalismos, com o crepúsculo já mais que desdobrado das utopias desacreditadas da Revolução. Contra os bárbaros de dentro e de fora, é o exército a condição primeira dos povos que desejam remoçar-se e fortificar-se pelo regresso às suas instituïções tradicionais.

A educação do oficial carrega-se por consequência de responsabilidades gravíssimas, a que só cor-

Digitized by Google

responderá convenientemente uma preparação moral e mental que o torne, na realidade, um valor de destaque, apto para *executar* e também para *restaurar*.

Não é outro o caso de Saturio Pires. Logo na sua retirada para a Galiza nos mostrou como possuia a obrigação militar no mesmo elevado conceito que o general Donap nos apresenta no seu *Commandement et obéissance*, ao distinguir entre os govêrnos baseados na legitimadade e na ordem, e os govêrnos que são ùnicamente govêrnos por se encontrarem no logar do govêrno.

Num período em que a burocratização do exército conseguira apagar por completo entre nós o sentimento mais rudimentar do que seja o prestígio e o brio duma classe, o tenente Saturio Pires, rompendo com os preconceitos dominantes, afirmava soberanamente o protesto da sua farda envergada, não para compartilhar do fruto das condescendências vis, mas sim para acompanhar e servir o Rei, — encarnação secular da Pátria através da continuidade da sua dinastia. Certamente que, a juntar-se aos exemplos recebidos duma velha família de militares, não influíria pouco para êsse seu resoluto passo a formação própria de Saturio Pires. A sua inteligência ressentia-se já da forte corrente anti-democrática que entrára a ganhar raizes nas gerações mais nobres. Soldado de herança, soldado na sua carne e na sua alma, Saturio Pires achava evidente, como uma verdade revelada que se pra-

Digitized by Google

tica e não se discute, o divórcio absoluto da hierarquia e da disciplina com os igualitarismos absurdos da superstição liberalista, por muito que, em grandes desperdicios de saliva, a oratória dos tribunos os reclamasse, em tardes de comício, de promessas e de risos idílicos. Definindo-se e documentando-se, o gôsto da história acabaria de concretizar em Saturio Pires aquilo que era estruturalmente a razão de ser da sua individualidade. Se de provas carecessemos, tinhamo-las nós com abundancia no seu volume, agora com tanto sucesso lançado à rua.

Pertencem os *Caçadores no exército de D. Miguel* a uma série de estudos que, debaixo do título «*Um século de glória*», Saturio Pires se propõe consagrar aos caçadores portugueses, eliminados dos quadros do nosso exército por não terem a justificá-los senão a tradição,—nas expressões incríveis do coronel Pereira Bastos, que os extinguiu. Não nos é indiferente a nós, integralistas, o valioso trabalho de reconstituição histórica em que o entusiasmo de Saturio Pires se empenha ardorosamente. Deformado pela calunia sectária, a interpretação do reinado de el-rei D. Miguel recolhe das investigações demoradas de Saturio Pires uma reparadora claridade. Contra o bando de estrangeiros e de desnacionalizados, que impuzeram ao país submetido os pomos exóticos do Constitucionalismo,—bando êsse em que os sinceros se contavam por engano, Saturio Pires desenha-nos bem a nação

Digitized by Google

levantada em peso, não tanto por um impulso de lealdade romântica, mas sobretudo pelo instinto excitado do perigo que se aproximava e que não tardaria a desorganiza-la de todo. Venceu-a a traição maçónica por intermédio da *Quadrupla Aliança*. Mas o príncipe que na sua mocidade esplendorosa parecia personalizar as virtudes e os defeitos do Portugal de sempre, foi o último Rei dos portugueses, por vontade soberana do seu povo, tão paradoxal que isso se nos afigure.

D. Miguel possuía um exército — e um exército iniciado e adextrado nas campanhas rijas da Guerra Peninsular. Atrás do exército, estava o país, que não se descuidou em correr às armas, constituindo entre sacrifícios e gritos de dedicação os *Batalhões Voluntários Realistas*, de que foi comandante o duque de Cadaval. No capítulo terceiro da sua monografia, ao ocupar-se da reorganisação militar de 1829 e da imediata mobilisação de 1831, só no esbôço que nos traça dos coroneis a quem se entregou o comando dos regimentos «*Beira-Alta*», «*Minho*» e «*Beira-Baixa*», Saturio Pires nos deixa entrever, pela sua folha de serviços, de que tempera e de que mérito eram os oficiais de D. Miguel, promovidos e condecorados os mais deles debaixo da metralha aspera da epopeia napoleonica.

Uma observação se nos suscita, aqui, de vivo interêsse para as reivindicações regionalistas do nosso tradicionalismo. E' o critério nacional das províncias, ressuscitado por D. Miguel na reconsti-

Digitized by Google

tuïção do exército. «Quer dizer, — elúcida Saturio Pires — os corpos passam a usar o nome da localidade ou província, onde têm guarnição. Por exemplo, o 19 de infantaria volta a ser o «Regimento de Cascais», como a cavalaria retoma o nome de Cavalaria ou «Dragões de Chaves», como artilharia n.º 1 o de «Regimento de Artelharia da Côrte». E Saturio Pires continúa, perfilhando com o reforço da sua competência o plano seguido por D. Miguel, que nós nos apressamos também a sublinhar e a aplaudir: — «Naquelas cidades, onde mais de um regimento ficasse existindo, então se indicaria o seu número de ordem. Assim a capital tem os seus 1.º, 2.º, 3.º e 4.º «Regimentos de Infantaria de Lisboa»... Talvez seja uma fraqueza nossa e um errado ponto de vista em que nos colocamos, mas, se fraqueza é, nós desde já a confessamos... Tem muito de simpático para nós esta designação nominal a que vimos aludindo! O simples *número* dum regimento nada significa e é tudo quanto há de mais abstracto e inexpressivo para a alma simplista do soldado».

A recente criação no nosso C. E. P. da «*Brigada do Minho*» ensina-nos por si só como Saturio Pires vê excelentemente o problema. Criação — não é exacto. Antes reconhecimento. Porque, fóra de tôdas as prescrições legais, o grupo dos regimentos minhotos na nossa frente de batalha cedo se caracterizou pelo seu regionalismo espontâneo de maneira a merecer que o comando superior lho san-

Digitized by Google

cionasse, concedendo-lhe como prémio de honra a designação da sua província.

Desejariamos generalizada essa resolução das estações competentes; e com o antigo «*govêrno-das-armas*» das províncias, ressurgida a própria distinção de côres no fardamento dos soldados. Também D. Miguel a ordenou, restaurando assim, por amôr à tradição um obliterado costume das nossas coisas militares. De forma que, no exército miguelista, os caçadores do *Alentejo* passaram a usar gola preta e canhão azul claro; gola e conhões azul-claros os da *Beira-Alta;* gola azul clara e canhão negro os da *Beira-Baixa;* finalmente, canhão amarelo e gola preta os do *Minho.*

A hierarquia e a disciplina não excluem no exército o respeito das fórmulas características dum povo, que são até uma das suas manifestações mais festejadas e com maior agarra na aceitação colectiva. Quando às diversas unidades se não atribua a indicação da localidade apontada para seu aquartelamento, liguem-nas, pelo menos, à lembrança duma batalha ou à invocação dum nome glorioso. Em vez de os despersonalizarmos na secura hirta duma escala numérica, porque é que não temos um regimento de cavalaria «*Mousinho de Albuquerque*» ou um regimento de «*Caçadores do Bussaco*»? Mas Saturio Pires tocou como mestre no assunto; e eu, bordejando-o à flôr das minhas impressões, estou talvez a incorrer nas penas severas daquela resposta célebre de Apeles. Limito-me, pois, a

Digitized by Google

acentuar a importância carinhosa com que precisamos de o encarar na nossa cruzada de renacionalizarmos a Pátria. E não sei de mais bela contribuição para o esfôrço comum, se Saturio Pires se dispuzer a auxiliar-nos com inteiro desenvolvimento das suas idéas a semelhante respeito.

Não me é permitido analizar demoradamente a monografia de Saturio Pires. Aponta êle com a sua visão apurada de crítico os êrros graves que presidiram à organização militar das campanhas de D. Miguel,— defeitos que as deserções e os conluios secretos se encarregavam a cada hora de salientar e engrossar ainda mais. Campanha infeliz, a sua infelicidade só se explica pela lenta e persistente desmoralização das tropas, em que o elemento maçónico desempenhou papel primacial. A base miliciana do exército contribuia bastante para isso. Apenas a cavalaria, bem montada e com soldados envelhecidos ao serviço, se não esquecera do seu aprumo e da primitiva correção. «Bourmont considerava-a uma das primeiras das Europa, — comenta Saturio Pires. Até nos assaltos contra os entrincheiramentos do Porto ela brilhou, carregando com alma e chegando a apoderar-se de reductos pela gola, como os couraceiros de Caulaincourt na Moscowa em 1812».

Porque falamos em Bourmont, um reparo curioso nos ocorre. E é que nos momentos arriscados da vida nacional, sempre a organização do exército se confiou a comandantes estrangeiros. E' Schom-

Digitized by Google

berg na guerra da Aclamação, é Lippe com Pombal, são Waldech e Von Goltz, Wellington e Beresford com D. João VI. Indubitàvelmente que as campanhas da Aclamação se prepararam tôdas pelo regresso inteligente de D. João IV à sábia organização militar de D. Sebastião. Com D. Sancho Manuel e o marquês de Marialva, ninguém desconhece que possuíamos nessa altura um apreciavel viveiro de generais ilustres. Mas não é menos verdadeiro o facto que observamos. Representará êle uma incapacidade incurável da nossa gente, por outro lado tão activa e tão resistente nos trabalhos da guerra?

Cremos bem que não. As nossas qualidades militares acompanham desde sempre o arreigado espírito municipalista que ilumina a formação e a consolidação da pátria portuguesa. Das camadas obscuras dos concelhos que iam com o Rei ao *fossado* anual saíu a nossa formidável infantaria, já embrionàriamente assinalada nas Navas de Tolosa e entrando na luz plena da história com a batalha dos Atoleiros, em que a peonagem do Condestavel atirou para o novêlo confuso da derrota os ginetes espumantes da fidalguia de Castela.

Quando, porém, as necessidades técnicas da guerra pediram mais que o valor individual do soldado e os exércitos começavam a exigir a duração como condição fundamental da sua existência, o nosso feitio, avesso por natureza á permanência e à continuidade nas fileiras, não se acasalou com a

Digitized by Google

nova ordem de coisas, de todo em todo hostil ao temperamento, bem mais agrário do que urbano, da nossa raça.

O exército passou assim a considerar-se antes como um *emprêgo*, espécie de carreira destinada aos filhos segundos da pequena nobreza, ou arrumo sabido de quantos mercenários procuravam o patrocínio do Estado português. Daí as reflexões correntes do general Foy ácerca da entrada de Filipe V com o marechal de Berwick, em 1704, pela nossa Beira. «As tropas de linha pareciam massas de povo, porque não tinham o conjunto que dá uma boa organização e os camponeses é que pareciam soldados tanto era o ardor marcial que mostravam! As praças onde havia guarnições rendiam-se logo quási tôdas à primeira intimativa, e os governadores de algumas até pediam desculpa de haverem disparado a artilharia, pois não sabiam da presença do rei de Espanha, por quem não deixariam nunca de guardar respeito. São as próprias expressões, recolhidas nas memórias de Berwick, — prossegue Foy, — em que o marechal testemunhá a sua surpreza pela facilidade com que se rendiam povoações em circunstâncias de resistir, emquanto que as aldeias, as vilas e todos os logares abertos por onde o exército passou se defenderam à lança, não temendo com esta honrosa atitude atrair sôbre si o saque e o incêndio».

Já se percebe agora a vinda a Portugal de cabos de guerra estrangeiros, sempre que o perigo nos

Digitized by Google

bateu à porta. Trata-se dum êrro de direcção, em que a índole do português colaborava gostosamente. A tranqüilidade relativa do nosso império ultramarino tirara-nos a única escola em que se podiam desenvolver e selecionar vocações.

As lutas contra os holandezes no Brasil deram-nos ainda Matias de Albuquerque. Depois dêle mais ninguém,—não aludindo, claro, às reputações conquistadas nos plainos do Alentejo durante os vinte e tantos anos em que se arrastaram as campanhas da Aclamação. Passado entretanto o perigo, voltava-se à apatia cómoda da situação anterior. A burocratisação do exército nos tempos do Constitucionalismo trazia assim as suas raizes de atraz. Provinha da nossa negação natural para o serviço militar sistematisado. Mas como, apezar de tudo, as virtudes da raça excediam as dos povos melhores de todos, é fácil de se comprovar pela rapidez com que entre nós o exército se improvisava e recompunha. Temos uma demonstração eloqüente no arranco leonino com que sustivemos o pêso da Guerra Peninsular.

Não me sendo lícito discorrer do livro de Saturio Pires dentro da especialidade do seu autor, é o tradicionalista que a mim me interessa nos dobrados merecimentos da sua espada e da sua pena. Saturio Pires, utilizando um notável sentido histórico, descobre-nos com êle um filão inédito da sua inteligência. Não é só o técnico que se nos revela na posse seguríssima dos seus processos e métodos científicos. E' também o crítico abraçando no golpe

Digitized by Google

fundo da sua visão os mais detalhados acontecimentos para os sujeitar em seguida à lei geral que nos governa e conjuga.

Num exército em acção não considera apenas Saturio Pires a mole pezada dos homens, arqueando-se e desdobrando-se conforme as regras estabelecidas na orgânica. As causas sociais, — êsse miudo mas poderoso agitar de fôrças ocultas a que Bismarck chamava os «imponderáveis», representam para Saturio Pires, na destrinça límpida da sua afirmação, um agente de primacial e incontestável valor. Não separa assim Saturio Pires a idéa de exército da idéa de tradição, como fica dito. E' o bastante para que a noção de Estado se lhe apresente, não na indiferença da fórma de govêrno, mas encarnada naquele regime para quem o equilíbrio interno e o respeito externo sejam a essência própria da sua conservação. Do conceito profissional, concebido e admitido nos seus fundamentos exactos, eis como Saturio Pires, não subordinando o exército à política, chega a uma concepção política que liberte o oficial da ingerência das clientelas e o integre, como órgão que é da colectividade, dentro da sua órbita restricta, mas autónoma.

Como biografia moral, sempre que o subjectivísmo possa transparecer na narração impassível do historiador, o livro de Saturio Pires é das mais francas e das mais saborosas revelações que conheço. A sua dedicatória, «*a dois artilheiros*», — o pai do autor e o seu Comandante da Galiza, significam

Digitized by Google

bem o tradicionalista, envolvendo no mesmo amôr respeitoso a autoridade do sangue e a paternidade do comando. No tempo da Cavalaria, quando a imposição da espada era recebida como um sacramento, as duas linhagens não se distinguiam uma da outra. Entrelaça-as Saturio Pires na sua pena de soldado, para quem a fidelidade e a obediência ocupam logar entre as virtudes teologais. E' vê-lo no seu culto pelos Mortos, interpretando mais dum episódio pela presença invisível em nós de quantos nos antecederam e conformaram na sucessão indefinida das gerações. «*Podem dizer-te que morri. Ninguem te dirá que fugi!*» E na despedida singela do capitão Manuel Inacio de Paiva Cabral Couceiro a sua esposa, ambos avós do Comandante da Galiza, Saturio Pires, registando tão nobres palavras, acrescenta num período em que todo êle se debruça, como num espelho interior: — «Na sua estoica simplicidade, Plutarco não hesitaria em atribuí-las ao neto!»

O capitão Manuel Inacio de Paiva Couceiro batia-se por D. Miguel e morreu, durante uma carga de baioneta, à frente dos seus soldados, nas linhas do Porto, junto do Monte das Antas. Singular destino duma família em que avô e neto, cada um do seu modo, seriam vítimas da loucura revolucionária que vai em cem anos tomou conta do país! E' o destino de todos nós, acordados por Deus para uma missão de resgate em que se ressuscita o ódio sagrado dos antepassados contra o

Digitized by Google

sofisma nefasto que dividiu Portugal em dois. O nosso tradicionalismo político e social, de harmonia com as luzes da cultura moderna, não é senão a consciência dessa voz hereditária que, em face dos males da Pátria, lhes denúncia a orígem e não quere pactuar mais com ela.

A revolução só se vencerá pela destruição sistemática de tudo o que constituiu a sua obra. Vencida nas inteligências, subsiste ainda nos factos. Importa para isso despertar no exército a dignidade da sua função restauradora. Não há espírito militar sem instituïções que paternalmente o desenvolvam e acobertem. E exército à mercê dos partidos é massa inerte atirada ao acaso para as encruzilhadas do primeiro enxovalho.

A incompatibilidade do exército com a democracia está não só estabelecida, mas até demonstrada. Resta concluir-se. Ninguem melhor para o conseguir do que Saturio Pires. O seu livro, agora publicado, é já nesse sentido, pela razão descarnada dos acontecimentos, a mais alta e a mais convencedora de tôdas as lições. Que não abdique Saturio Pires do propósito que tão largamente se impôs e que novas páginas de boa e verdadeira história, como as dos *Caçadores no exército de Dom Miguel*, nos venham acudir com a sua fé inflamada neste doloroso eclipse da nacionalidade, em que só o apêlo às energias ancestrais da raça nos poderá salvar duma morte afrontosa, sem penitência nem absolvição!

Digitized by Google

A EPOPEIA FRANCISCANA

Digitized by Google

Digitized by Google

A EPOPEIA FRANCISCANA

Assombro da consciência mística do século XIII, Santo António foi um dos maiores luzeiros da cristandade medieval. A sua eloqüência encheu de espanto e de enternecimento os grandes auditórios religiosos. Desde a Igreja, na pessoa dos seus pontífices e dos seus cardeais, ao povo que em vida o canonizou, o novo santo, — o nosso santo, o santo português por excelência, viu-se por todos chamado «Vaso do Espírito-Santo», «Arca da Sagrada-Escritura». Teólogo ilustre, mestre eminente, prègador escutado, em Santo António floresce o génio latino na sua admirável luminosidade. E nesta hora triste, no eclipse lento que passa sôbre nós, não nos esqueçamos que é êle quem liberta Pádua das furias assoladoras de Ezelino, legado de Frederico II — do terrível Frederico II. Milagre dos máximos na agiografia do santo, tem para nós, na hesitação crepuscular do actual momento, a alta e consoladora significação dum símbolo.

A figura excepcional de António não se compreende sem que a emolduremos na aureola doce do seu franciscanismo. Quem não há aí que no renascimento espiritualista do nosso tempo se não

UNIVERSITY OF MICHIGAN LIBRARIES

Digitized by Google

tenha embalado com a lição enternecedora do divino *Poverello*, — do esposo da Senhora Pobreza. O que a cristandade dividida lhe deveu sôbre o coração retalhado da Itália a história no-lo conta florindo maravilhas, ao contacto da sua palavra de prodigio. *Nos sumus joculatores Domini*, — ensinava o pobresinho de Assis, feliz jogral de Jesus, que na alegria e na simplicidade achava de novo para a dureza do homem a lei libertadora do amôr. No seu magnífico estudo, — *L'Italie mystique*, Emile Gebhart mostra-nos bem o que foi essa cavalaria da alma rejuvenescida, — essa extraordinária epopeia franciscana.

Quando a unidade da Igreja parecia perigar, o franciscanismo renova-lhe a pureza da doutrina e, dentro da hierarquia e da obediência, insufla-lhe na estrutura pervertida germens de vida resgatadora. «A aparição de S. Francisco de Assis é talvez o facto mais maravilhoso da história do catolicismo na idade média, — escreve Arvède Barine. Ninguem, nem antes nem depois, se aproximou tanto do ideal do cristianismo primitivo. Se alguma coisa pode recordar a sublimidade e a simplicidade das horas benditas em que João e Simão Pedro seguiam os passos do Mestre sôbre as margens do lago de Genezareth, é a candura e a alegria com que os primeiros frades menores, à imitação de S. Francisco, celebram as suas bôdas místicas com a Pobreza».

Este estado de exaltação interior cedo se tra-

Digitized by Google

duziu na Poesia e na Arte. A regra seráfica não permitia a tristeza. Na aceitação agradecida da existência, tirava da natureza um cantico permanente ao Senhor. «Precursor e inspirador no seu país da Renascença das Artes e das Letras», — chama Georges Lefenestre ao *Poverello* no seu trabalho recente *Vie et legende de Saint François d'Assisse*. Poeta, o Santo, dele ficou sobretudo o *Canticum fratris Solis*, — hino de inexcedível arrebatamento, onde reaparece, transfigurada, a chama antiga dos três mancebos em Babilónia, entoando graças ao Senhor, dentro do forno que baldadamente ardia.

Cada criatura era para S. Francisco a palavra viva de Deus. Na sua boca iluminada de jogral de Jesus, tôda a harmonia oculta do universo perpassa no mesmo acento exaltado e comovido, louvado o nome poderoso de Deus na obra infinita da sua criação, — até na piedade da Morte, nossa irmã corporal.

Taine na sua *Voyage en Italie* legou-nos sôbre S. Francisco um testemunho impressionante. «O décimo terceiro século é o termo e a flôr do cristianismo medieval... — diz o filósofo na sua secura de analista. Um sentimento que anteriormente não tinha sido senão esboçado, o amor, desabrocha então com uma fôrça extraordinária, com S. Francisco por arauto. Êle chamava seus irmãos à água, ao fogo, à lua, ao sol; êle prègava às aves e resgatava por meio da sua capa os cordeirinhos que

Digitized by Google

levavam ao mercado. Conta-se que as lebres e os faisões se refugiavam nas pregas do seu hábito. Seu coração trasbordava sôbre tôdas as criaturas. Os seus primeiros discipulos viveram como êle numa espécie de embriaguês, «de modo que em algumas ocasiões, durante vinte dias e por vezes trinta, se quedavam só nos cimos dos montes elevados, contemplando as coisas celestes».

E Taine ressalta a importância social dêste movimento de ardorosa religiosidade: — «Não era apenas nos claustros que semelhantes arrebatamentos se encontravam. Em Florença, confrarias de mil pessoas vestidas de branco percorrem as ruas com trombetas debaixo da direcção dum chefe que se intitula o Senhor do amor. A língua nova que nasce, a poesia e o pensamento que despertam, não se ocupam senão a descrever o amor e a enaltece-lo. Acabo de reler a *Vita Nuova* e alguns cantos do *Paraizo;* o sentimento é tão intenso que faz medo: esses homens habitam na região ardente em que a razão se funde».

O sopro divino que animou o Pobresinho de Assis aqueceu também tôda a literatura mística com que a sua lenda se borda, desde os *Fioretti* ao *Speculum perfectionis*, em que a figura branda do Serafim do Alverne se contorna ainda de maior brandura. Dante e Giotto recebem o influxo formidável dessa claridade purificadora. A singeleza regressa aos corações. «*Eu vou tirar-te o teu coração de pedra e dar-te, em seu logar, um coração*

Digitized by Google

bem vivo», — recorda fr. Francisco ao irmão Rufino. E' o traço de fraternidade íntima ligando criaturas e coisas que distingue a passagem pelo mundo do Esposo da Senhora Pobreza. A Ordem-Terceira, trazendo os homens à comunidade da mesma regra, irmana reis e mesteirais debaixo do cordão de S. Francisco. Assim se consegue a pacificação da Itália, tão encantadoramente simbolizada no episódio do lobo de Gubbio. Segundo Johannes Joergensen, êle não parece ser outra coisa senão a transformação legendária da narrativa duma paz concluída, por intermédio do santo, entre a pequena república italiana de Gubbio e um dêsses ferozes fidalgos-bandidos, semelhantes a feras bravias, que eram numerosos nessa época nas fortalezas das montanhas de Itália e que, como o cavaleiro Werner d'Urslingen, poderiam usar sôbre o peito um escudo ornado da inscrição seguinte: — «Inimigo de Deus, da compaixão e da caridade».

Vê-se por aqui o que seria a epopeia franciscana. Não se perdeu no perfume dos séculos a sua acção salutar. Do túmulo de Assis S. Francisco preside à revoada espiritualista do nosso tempo. Já Renan se comovera deante da sua excelsa figura, pondo uma pausa no cepticismo dissolvente que o autor da *Vie de Jesus* cultivava com sabor e guloseima. E' depois o protestante Sabatier. Cria-se quási um renascimento intelectual do franciscanismo, porque, novamente, a alma, raquitisada pela tristeza contemporânea, procura resgatar-se na

Digitized by Google

cavalaria ardente do Espírito. Os *Fioretti* voltam a ler-se, traduzem-se e multiplicam-se em edições amadas e sentidas. Também já Portugal aponta a sua. E' dêste ano,—*Florinhas do glorioso S. Francisco de Assis*, e devemo-la aos cuidados sapientes do Rev. A. Tomás Gonçalves. Dos *Fioretti* afirmava Taine ser uma das obras primas do cristianismo místico.

E a aureola do *Poverello* aviva-se cada vez mais, com mais vigor. E' a condessa de Pardo Bazan, é Arvede Barine, é Lafenestre, é Bailly, é Johannes Joergensen, de cuja pena saiu o melhor estudo sôbre S. Francisco de Assis.

Romancista dos mais ilustres da Dinamarca, Joergensen é um convertido. A sua sensibilidade nórdica, amordaçada nos êrros negativistas duma falsa formação filosófica, despertou para a fé no enlêvo e no carinho de S. Francisco. No livro que Wyzewa verteu para francês com o título de *Livre de la route*, Joergensen traçou o drama comovente da sua conversão. Foi no dia da Indulgência, em Santa Maria dos Anjos. «Um silêncio imponente e como que esmagador reinava nesse espaço atulhado de povo. Tinha-se a impressão de se estar só, debaixo dum ceu infinito. Involuntàriamente o incrédulo Giovanni dobrou o joelho, quando lhe chegou a vez de passar diante do altar. Ele sentiu a proximidade duma fôrça solene e de bom grado teria continuado sob as azas protectoras não sabia de que poder misturado de perdão».

Digitized by Google

Penetrado dêsse sentido de libertação interior, compôs entre nós Afonso Lopes Vieira o seu poema teatralizado *Rosas Bravas*. Já antes, um outro ilustre poeta nosso se debruçara sôbre S. Francisco de Assis, ávido de paz, de quietação, de alegria. Foi Antero. Em carta a Tommazzo Canizarro, de 24 de Junho de 1886, escrevia Antero: — «E, antes de me despedir, vou pedir-lhe uma informação, e é se existe alguma edição acessível das Poesias italianas de S. Francisco de Assis, de que só conheço uma por v. publicada: mas o que sôbre essas Poesias dizem o Taine na sua «Voyage en Itália» e o Ozanam no seu estudo «sur les Poëtes franciscains» estimula-me muito a lê-las no original». Dois anos depois, satisfeito o seu apetite, assim se exprimia Antero: — «Poucas fisionomias há para mim tão interessantes, quer histórica, quer psicològicamente, como a de Francisco de Assis».

«Considero-o como o primeiro dos precursores do espírito moderno, digo, o espírito moderno, como representado por Bruno, Schelling e Hartmann, do panteísmo espiritualista, — continua Antero. Neste ponto de vista haveria um paradoxo (no fundo nada paradoxal) a desenvolver! Que S. Francisco não fôra cristão: e a fazer sobresair o contraste entre a sua concepção do mundo e da vida, tôda ela dum optimismo poético e panteista, e a trágica e sombria concepção pessimista da Igreja, de um mundo radicalmente mau e condenado por Deus. E' claro que S. Francisco se julgava cristão: mas estou-me

Digitized by Google

referindo não ao que êle julgava ser, mas ao que efectivamente, embora inconscientemente, era e representava na evolução do sentimento humano na Idade-Média».

As observações de Antero, filhas dum vício de inteligencia, foram mais tarde as observações de muito pensador que no naturalismo franciscano nada mais contemplaram senão uma forma mística de panteísmo. Responde-lhes Johannes Joergensen: — «Nada mais falso que reputar o santo como um panteista: nunca S. Francisco confundio com a natureza nem a Deus nem a si mesmo; e foi-lhe sempre estranha a alternativa de embriaguês orgica e de desespero pessimista, tal como o panteismo a produz. Nunca êle desejou, como mais tarde Shelley, fazer um todo apenas com a natureza, e muito menos com o Werther de Goethe ou com Turgueneff, teria a impressão de se abandonar, tremendo, à fatalidade cega das coisas, de ser vítima do «monstro eternamente avido» que é a natureza. A sua atitude, em face da natureza, foi sempre, pura e simplesmente, a do primeiro artigo do *Credo* da Igreja: — «a crença num pai que ao mesmo tempo é um criador».

Na sua essência, eis o franciscanismo, — admirável par de azas que salva a sociedade medieval e promete um repouso à nossa, tão desconjuntada também. Lembra-lo nos marcos imortais da sua epopeia é lembrar Santo António, flôr da nossa raça, seu interprete no céu e na terra. Ao glorioso

Digitized by Google

frade português, teólogo consumado, cuja língua até na morte resistiu à corrupção, chamava S. Francisco com desvanecimento «o seu bispo». Enérgico, cheio de zelo e apostolismo, Santo António é bem o S. Paulo da religião franciscana. Depois da morte do *Poverello*, salva a ordem da anarquia e do relaxamento, em que a apostasia de Elias de Cortona a ia lançando. Que na catástrofe em que nos sumimos sem esperança de remédio, António seja o nosso patrono mais uma vez! Decorem as mulheres de Portugal a oração que lhe consagra Afonso Lopes Vieira e talvez que o auxílio poderoso do grande santo anuncie por sôbre nós a manhã suspirada da ressurreição!

Digitized by Google

Digitized by Google

A SOBERANIA DA FOME

Digitized by Google

Digitized by Google

A SOBERANIA DA FOME

Renan observou duma vez que a fatalidade da república estava em provocar a anarquia e em ter que a reprimir duramente. Os ultimos acontecimentos são no seu significado social a mais viva demonstração dessas palavras memorandas. Em que é que consiste a ideologia, o modo de ser sentimental, do regime republicano? Consiste na soberania do povo, no reconhecimento do seu direito absoluto. Pois bem. Ninguém se esqueceu ainda da fórma como a propaganda democrática foi encaminhada antes de 5 de Outubro, com uma passividade que chegava a parecer cumplicidade da parte dos govêrnos da monarquia constitucional.

Desmoralisada pela retórica aparatosa dos tribunos que lhe prometiam o paraíso na terra, a multidão achou-se um dia senhora da sua fôrça, incitada pelos apêlos constantes que lhe dirigiam os ambiciosos do poder. Em 14 de Maio levaram-na à rebelião com passagem gratuita pelo crime. O resultado recolhe-se agora, num momento supremo de crise, vendo-se os agitadores da vespera face a face com os frutos legítimos da sua sementeira. Por isso o velho Renan observava com carradas de razão que

Digitized by Google

a fatalidade da república está em provocar a anarquia e em ter que a reprimir duramente.

As cenas desgraçadas que ensanguentaram as ruas de Lisboa denunciaram-nos um estado de espírito coletivo que, se desabrochou debaixo da pressão violenta de várias circunstâncias, já de há muito ganhara raizes bem fundas na alma popular. Que idea pode, em consciência, fazer do sacrifício e da resignação que as grandes horas exigem das grandes nações um povo como o nosso, a quem incutiram a noção mais grosseira de liberdade e para quem o ateismo oficial dos governantes é um convite ao franco desenvolvimento de todos os seus apetites? Pensem um pouco os ídolos de ante-ontem na sorte que os espera. Não seremos só nós, os da extrema-direita, a subir os degraus da guilhotina, se a fome atirar para os desvarios da Comuna os legionários da miséria e do desespêro. Lá descobriremos ao nosso lado os novos barões da finança, espécie de Trimalciões ridículos, que nem ao menos morrerão com a nossa compostura!

A moral sem Deus cria lògicamente êste conceito simplista da existência: vivamos a vida! No endurecimento das consciências o oiro predomina com a secura do seu despotismo sem caridade. A guerra civil de aqui deriva, como a água da fonte, no ódio permanente dos que *nada teem* por aqueles que *teem*. «E' necessário viver! — escrevia em 1912, minutos antes de o matarem, o terrível Bonnot. Eu tenho o direito de viver. E já que a vossa socie-

Digitized by Google

dade imbecil e criminosa mo pretende impedir, tanto pior para ela, tanto pior para vós!» Concordemos que o bandido tirava no seu testamento as verdadeiras conclusões do individualismo sem limites que é a essência pura e insofismável da mentira egualitária. Donde os conflitos freqüentes da democracia-forma de Estado com a democracia-estado de opinião. Já o socialista Kaustsky se apercebia do facto, quando há anos declarava que só à sua conta a república francesa fizera verter mais sangue proletário que as monarquias da Europa tôdas juntas.

Algumas reflexões nos merecem ainda os sucessos dêstes dias trágicos encarados pelo nosso ponto de vista doutrinário. As dificuldades que as classes pobres conhecem, embora seja alta a tabela dos salários para certas profissões e industrias, reflectem em si um mal já antigo, — o mal congénito do liberalismo economico. Tais são as virtudes da afamada «livre-concorrência», que deixa o humilde, desprotegido na sua insignificante resistência ao custo da vida, enquanto favorece o desenvolvimento dos monopólios onipotentes, a cuja voracidade nada farta no alastramento crescente das suas bastas tentaculares. Entre outros defeitos graves, porque representam defeitos de constituição, as democracias manifestam-se sempre de natureza intimamente plutocrática. O regresso de muitos sindicalistas ao govêrno tradicional dos reis revela essa falha de nascença dos supostos sistemas avançados. Georges

Digitized by Google

Sorel define, assim, as democracias como «*le pays de Cocagne, rêvé par des financiers sans scrupules*». E eu podia demonstrar que o proletário moderno é filho da Revolução Francesa e que ao longo da história, tanto na antiguidade romana como na própria idade contemporânea, sòmente as monarquias se nos apresentam aptas a resolver com duração os problemas difíceis da economia do pobre.

Na injustiça que se faz à obra do passado, também a luta da fome, que Lisboa espantada acaba de presenciar, me recorda como se acudia em outros tempos, e duma maneira eficaz, às coisas complexas da alimentação pública. Os pelourinhos, símbolos da jurisdição municipal, evocam-nos as penas que os magistrados concelhios aplicavam aos que, contra a ordenação régia ou contra a postura da terra, falseavam o preço e a qualidade do pão e da carne. Amarravam-nos à *picota* em exposição afrontosa. Aos *almotacés* pertencia a polícia dos mercados e das tendas, — eleitos entre homens-bons e com alçada sôbre o inquilinato, os salários e os víveres. Era uma instituição destinada ao bem-comum, que subsistiu vantajosamente através dos séculos para morrer com o advento da Liberdade no aportar glorioso dos Imortais-Princípios às areias infortunadas de Portugal.

Bastante haveria que contar igualmente da acção directa dos nossos reis nas fomes bíblicas que ameaçaram por vezes devastar-lhes o reino. Do caluniado D. João V sei eu, por exemplo, que na esterilidade

Digitized by Google

de 1745, em que nem para a semente se tirou da colheita, mandou distribuir pelos lavradores do Alemtejo sete mil moios de trigo. Já na epidemia que assolara Lisboa em 1723 o soberano dispendera grossas somas em roupas e em subsistências para a pobreza da capital. O tesoiro dos reis foi sempre a caixa económica dos pobres. Hoje o tesoiro do Estado é o tesoiro que nós conhecemos. Mas, enfim, desaparecem as roupetas e as corôas, inimigas do progresso e da ventura da sociedade. A fraternidade é que reina, embora empoçada em sangue, embora seguida dum cortejo sinistro de mortes e de prisões.

A fraternidade! A fraternidade! Já lá dizia há cem anos o príncipe de Metternich que, com tal descrédito da palavra, se tivesse um irmão lhe chamaria primo!

Digitized by Google

Digitized by Google

ENTÃO PORQUE FUGIU?

Digitized by Google

UNIVERSITY OF MICHIGAN LIBRARIES

Digitized by Google

ENTÃO PORQUE FUGIU?

Foi assim que, em áparte. outro dia na Câmara alguem me interrompeu quando eu afirmava que el-rei D. João VI desconhecia o avanço das tropas de Junot. Vejo agora pelo relato dos jornais que me atribuem a peregrina opinião de que o Príncipe-Regente embarcara para o Rio, ignorando por completo a entrada dos franceses. E' o defeito orgânico das assembléas, — o seu vício estrutural. Recordo-me bem que eu citei até o *Diário de Junot*, dado à estampa pelo ilustre escritor senhor Christovam Aires, exactamente para demonstrar que só ao chegar o general de Napoleão a Abrantes é que em Lisboa a Família-Real soube da aproximação do inimigo. Ordena-se então a retirada, não como uma fuga, mas com o sobressalto natural de quem calculava bem o destino odioso que o aguardava.

A cada hora eu verifico mais os resultados funestos da perversão da nossa história. Ao sentir bem nítida a ingratidão inconsciente com que se caluniava um dos reis a quem Portugal deve mais, porque lhe deve a sua independência, pelo meu espírito deslisaram, encorpadas um momento, as palavras memorandas de Fustel de Coulanges.

Digitized by Google

«O nosso patriotismo não consiste as mais das vezes senão em odiar os nossos reis, em aborrecer a nossa aristocracia, em difamar as nossas instituïções, — escreve o grande mestre da *La Citè Antique* no seu admirável trecho *De la manière d'ècrire l'histoire en France et en Allemagne.* O verdadeiro patriotismo é o amor do passado. E' o respeito pelas gerações que nos precederam. Os nossos historiadores não nos ensinam senão a amaldiçoa-las e só nos recomendam que não nos pareçamos com elas. Quebram assim a tradição francesa e imaginam que fica ainda um patriotismo francês!»

Quebrada a nossa tradição, quais as razões do nosso patriotismo? Razões frágeis de ocasião, sem continuidade nem raizes. A nossa história, moldada no critério individualista, é a responsável do longo eclipse da consciência nacional em que parecemos sepultos. Sem a compreensão do passado, como viver a vida superior duma finalidade colectiva, que é a condição indispensável para que a existência dum povo seja duradoira e fecunda?

Com Fustel de Coulanges no pensamento, eis-me de novo encarando o caso de D. João VI. Nascido numa época de transição, êle sofreu as conseqüências da crise que o país atravessou. No entanto, que esplendorosa a sua acção política, se olharmos, quando mais não seja, às profundas reformas económicas com que a sua regência se iniciou. Era a obra da gente da Acàdemia. Era a obra dum florescimento científico, em que bem cedo se espa-

Digitized by Google

lharam os resultados magníficos das «bolsas de estudo», instituídas por D. Maria I, a exemplo dum outro rei, também tão difamado, D. João III. Ás medidas do crédito público sucederam-se as de instrução, com uma tentativa larga de fomento rural. Tão longa e tão sensatamente se examinavam os diversos problêmas do interêsse comum da nação que, ainda não há muito, um ministro da república, o engenheiro Ferreira da Silva, assegurava que os únicos princípios eficazes a aplicar numa remodelação do nosso regime hidraulico seriam os príncipios em que se inspirou um alvará, assinado pelo Príncipe-Regente em data de 27 de Novembro de 1804, — salvo o êrro.

Mas a sugestão de Michelet poude mais que as lições serenas da verdade. A pena romântica de Oliveira Martins serviu com vigor o vento revolucianário em que a nossa história se prostituiu. E de D. João VI não ficou mais de que uma caricatura entre trágica e cómica, em que o mêdo mandava tudo, com os frangos assados engordurando-lhe os bolsos da casaca bordada. Bastava, porém, um episódio só do seu reinado, para que a figura do monarca irradiasse a beleza moral do seu grande coração. Refiro-me à generosidade de ânimo com que recebeu e perdoou ao Marquês de Loulé.

Na impossibilidade de se destruir a luz que o trabalho de Oliveira Lima derramou sôbre as feições apagadas do monarca, acusa-se agora o seu autor do germanófilo e inimigo dos portugueses.

Digitized by Google

Se-lo-á. No entanto, êsse estranho processo de crítica não se aplica a um estudo publicado há dez anos e que Oliveira Lima, aluno do nosso Curso Superior de Letras, dedica à memória de seu Pai e conjuntamente à lembrança dos seus mestres portugueses, — Jaime Moniz, Consiglieri Pedroso, Pinheiro Chagas, Vasconcelos de Abreu, Teofilo Braga, Adolfo Coelho e Sousa Lobo. Pois oiçamos Oliveira Lima, historiografo eminente, esboçar sôbre documentos o retrato psicológico de El-Rei D. João VI.

«Quem sabe proceder para com dependentes com tamanha indulgência e, sendo soberano, se mostra capaz de tanto espírito nas relações com personagens da sua côrte, — observa Oliveira Lima, — não é certamente um ente vulgar, e de facto Dom João compensava pela agudeza mental, bom senso e fácil assimilação o que lhe escasseava pròpriamente em conhecimentos que ninguém se ocupara em incutir-lhe. Os estrangeiros sempre lhe fizeram justiça. Beckford, o inteligentíssimo e mordaz Beckford, estampou a seu respeito conceitos lisongeiros, que se sentem dictados pela sinceridade, e Luccok até o defende da increpação de apatia, dotando-o de muito mais sensibilidade e energia de caracter do que lhe andam geralmente atribuidas pela tradição ou pela paixão política».

E Oliveira Lima continua, depois de ter produzido o depoimento de Luccok: — «Não conheço despacho algum, ostensivo, reservado ou confidêncial,

Digitized by Google

de embaixador, ministro ou encarregado de negócios estrangeiros para o seu govêrno que se refira com menos respeito ou com menos elogio a Dom João VI. E é curioso verificar que nenhum mesmo tenta faze-lo, de leve que seja, ridículo, quando os Portugueses dêle quizeram legar um tipo burlesco. Não era apenas a deferência inata para com a realeza que assim tornava cortezã a pena fàcilmente satírica dos diplomatas: era também, e principalmente, a circunstância de, em justiça, nada encontrarem no soberano de grotesco e sim muito de atraente e não pouco que encarecer».

É êste o verdadeiro D. João VI. Mas então porque fugiu? E o áparte de há dias na Câmara sôa-me ainda como a pregunta impertinente da ignorância tornada soberana. Porque fugiu? Abra-se, por exemplo, a esplendida conferência do distinto oficial da nossa armada, senhor Almeida de Eça — *Causas políticas das invasões,* — pronunciada em 27 de Novembro de 1900 na Liga Naval. «Resistir? Como? O exército, desorganizado, tinha sido mandado retirar para a beira-mar; era impossível retroceder ràpidamente para a fronteira. Eram poucos milhares os soldados de Junot, e cançados, e esfomeados e rotos? Eram; mas tinham a auxilia-los o exército hespanhol que ao mesmo tempo invadiu Portugal pelo Norte, tinham na retaguarda o resto do exército da Gironda, de que êles eram apenas uma parte, dêsse exército onde se reuniam as maiores glórias da França militar, e tinham ainda o pres-

Digitized by Google

tígio dessas glórias; e o nome do seu chefe aureolado em cem batalhas, prestígio tamanho que foram necessárias as mais crueis violências e as mais torpes abominações do general e dos seus sequazes para que êle se desvanecesse na alma crédula e candida dêste bom povo português».

E o senhor Almeida de Eça acrescenta: — «Resistir? para quê? para que se satisfizesse o mais ardente desejo de Napoleão: aprisionar o Regente e a sua família, apresar a esquadra portuguesa. Poderia esta ao menos ter ficado no porto? Não: uma esquadra engarrafada é uma esquadra perdida, vós o sabeis... Teria ela que ficar para atacar os soldados de Junot? Teria ao mesmo tempo de arrazar a capital». As considerações do senhor Almeida de Eça marcam deveras e são as que uma inteligência aberta à indicação dos factos naturalmente perfilha. A nossa esquadra representava nesse tempo alguma coisa de importante. Mais um benefício, e que incalculável, do sacrifício de D. João VI!

O decreto de 25 de abril de 1795 criara o Conselho do Almirantado. Dêsse Conselho, pelo esfôrço de Martinho de Melo e Castro e de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, saiu a esquadra que bem depressa se provou nos seus cruzeiros pela Mancha e pelo Mediterrâneo. A França perdera a sua frota em Aboukir e Trafalgar. Napoleão procurava um desembarque nas costas de Inglaterra. A nossa esquadra sorria-lhe de longe, como único meio de o conseguir. Na sua correspondência para Junot, o Impe-

Digitized by Google

rador diz: — «*Je vous ai fait connaître qu'en vous autorisant à entrer comme auxiliaire, c'était pour que vous poussiez vous rendre maître de la flôte...*»

Os disignios apalpam-se bem transparentes. Para que de Portugal nada ficasse, o tratado de Fontainebleau retalhara-nos infamemente. Junot corria a dar-lhe cumprimento. «*Vous ferez connaître au prince-régent qu'il se doit rendre en France*», — esclarece ainda Napoleão a Junot. «*Vous tacherez qu'il y consente de bon gré. Vous ordonnerez des officiers dont la commission apparente sera de l'escorter, mais bien réellement pour le garder*». De modo que, em face de isto, é nossa obrigação concluir com o senhor Almeida de Eça.

«Não, — declara êle — não posso deixar de verificar que a retirada para o Brasil foi a salvação de Portugal. Salvando-se a dinastia tornou-se *possível* a salvação do reino. *Se a dinastia houvesse sido aniquilada* (o sublinhado é nosso), não ficaria razão política para que mais tarde a independência pudesse restaurar-se. Conheço bem que esta não é a opinião, direi melhor, o *sentimento* geral; mas a essa conclusão me levou o estudo das circunstâncias que haviam preparado as invasões e daquelas que realizaram a repulsa».

«Então porque fugiu?» Não fugiu, — retirou-se. O partido da guerra era o *partido inglês*, — o partido de D. Rodrigo de Sousa Coutinho e de D. João de Almeida. Caíra diante das imposições de Lannes,

Digitized by Google

a quem os clubs secretos estendiam a mão em Lisboa.

O seu primeiro avanço foi a demissão de Pina Manique. A conjura da Maçonaria a favor de Bonaparte começa então a desenvolver-se à vontade. Sobe ao poder o *partido-francês*, — o partido da neutralidade a pêso de oiro. Despeja-se nas arcas do Consulado e do Império o nosso tesoiro, — o pobre tesoiro nacional. Já se começava a encarar a hipótese da partida para o Rio. Pombal não recuara em a aceitar quando do «Pacto de Família». Napoleão receia-a, como Luís XV a receiara. Na América, a dinastia dos Braganças constituíria um formidável império ultramarino. O Conselho de Estado em Lisboa discute o problema aos tantos de Agosto de 1807. Logo em Outubro imprime-se em Londres um folheto,—«*Réflexions sur la conduite du Prince Régent du Portugal*». «*Le Prince du Brésil examine d'un coup d'oeil d'où vient à Buonaparte l'audace de lui faire des propositions qu'un Roi ne doit jamais entendre. Il aperçoit que la position du Portugal est la base de l'insolence de son ennemi, il connoit á la fois le danger et les ressources, et c'est en Brésil qu'il va confier son honneur, sa sûreté, sa gloire, et celle du nom Portugais*».

Traduzindo esta doutrina, assina-se com o gabinete de Londres o acôrdo de Novembro seguinte, em que se estabelece a saída para o Rio. António de Araujo, maçon, ilude-o, entretanto, pretextando um novo entendimento com Napoleão e conduzindo D.

Digitized by Google

João VI à rutura com a Inglaterra. O desenho da traição apanha-se todo em cartas do Conde da Ega, insertas no *El-Rei Junot* de Raul Brandão. Os nossos ministros lá fora trabalham com o inimigo. «Achavam-se ainda por Embaixadores de S. A. R o Conde da Ega em Madrid, e D. Lourenço de Lima em Paris; e não sei se cumpriram os seus deveres. O público os acusa altamente...» (José Acursio das Neves). Acusava-os — e com fundamento.

Seguro das promessas de Napoleão, o Príncipe-Regente abandona, pelo menos momentaneamente, a idéa da ída para a América. E' a oportunidade escolhida para o surpreender na rede. Junot avança, — e, sob o pretexto de que os ingleses podiam tentar um desembarque, a pouca tropa que tinhamos na fronteira é mandada guarnecer a costa. O invasor assim entrará sem ser incomodado. As marchas forçadas do exército francês significam bem o propósito que trazia Junot. Socegado, D. João VI nada receia. «O golpe o tinha apanhado tão desprevenido, que dois ou três dias antes tinha proferido com tôda a satisfação, que com as providências que havia dado, estava enfim tranqüilo de parte dos franceses. As disposições estavam feitas na verdade, havia muito tempo; mas não passavam de mera precaução, para um perigo que se julgava muito remoto». Eis como se exprime um contemporâneo, — José Acursio das Neves. O próprio Junot o confirma no seu *Diario:* — «*J'entrai en Portugal, sur ces entrefaites, et j'etais déjá prés*

Digitized by Google

d'Abrantes, qu'on ignorait encore à Lisbonne, la marche de notre armée».

Por outro lado, um inglês, Thomas O'Neill, informa-nos que alguns conspiradores de tendências francesas interceptaram as noticias vindas da fronteira para o palácio de Mafra, afim de surpreender sem remédio o Príncipe-Regente. Avisado, o futuro D. João VI salva-se e com a sua dinastia salva-nos a nós. O conluio com Antonio de Azevedo é manifesto no «Diário de Junot». Prevenido o general de que a Família Real embarcara, com falsas promessas manda Herman a Lisboa. «*Mr. Herman*», — regista Junot, — «*ne pût voir ni le Prince, ni Mr. d'Araujo; celui-ci seulement lui fit dire que tout était perdu.*» Tal o motivo porque na Câmara dos Lords em 21 de Janeiro de 1808 o secretário de Estado George Carving declarava: — «Há certamente razão de crêr que houve traição em alguma parte do govêrno português, e a esta parte se deve atribuir a victória que por vezes alcançou a influência francesa. A' mesma se deve imputar o segrêdo guardado sôbre o adiantamento das tropas francesas ao mesmo tempo que se recebiam seguranças de que elas não passariam das fronteiras».

«Então porque fugiu?» — Sem exército, traído, como sem exército e traído se viu depois um seu régio descendente, D. João VI não fugiu. Evitou na sua retirada prudente que se efectivasse o tratado de Fontainebleau. Preso em Lisboa, antecipar-se-iam as cenas de Baiona e um soberano estran-

Digitized by Google

geiro, a pedido da Maçonaria, usurparia o cetro de Afonso Henriques. Imediatamente a Inglaterra se apossava do nosso domínio colonial.

«Se o Primeiro Consul invadir os Estados de Portugal na Europa — comunicara a Napoleão o embaixador Lord Hawkesbury, — a Inglaterra invadirá os Estados ultramarinos de Portugal». Lida a sentença, ainda por aí D. João VI nos salvou. Sem o Império Brasileiro nós não teriamos pesado na paz geral em Viena. A Espanha absorveria êste «pobre canapé da Europa»! Foi o imperialismo inteligente de D. João VI na América que conservou a autonomia de Portugal. Curvemo-nos diante do caluniado Rei. A Pátria que lhe agradeça o seu poderoso esfôrço de restaurador, enquanto a mediocracia reinante se entretem a preguntar, gracejando, na sua inconsciência tagarela: — Mas então porque é que fugiu?

Digitized by Google

Digitized by Google

DE QUEM É A VICTORIA?

Digitized by Google

Digitized by Google

DE QUEM É A VICTORIA?

Nesta hora de agitada renovação social, só os espíritos timoratos se enchem de pavor diante da catástrofe que se desenha no horizonte. Mas para quem tem a alma fortificada na posse dos princípios eternos, é só de confusão aparente o momento que passa. Mais do que nunca o problema se simplifica, ao contrário de quantos supõem chegado o instante final da civilização. E' certo que êle chegou, não para a civilização, mas para *uma civilização*. Essa civilização é a civilização materialista, cheia de ídolos abomináveis, inimiga de tôda a manifestação superior do Sangue, do Trabalho e da Inteligência.

Para que a verdadeira civilização triunfe nos seus fundamentos cristãos, é necessário que desapareça a barbara civilização de ferro em que parecem ficar esmagados para sempre tantos e tantos séculos de cultura humana. Vulcano, enfarruscado e grosseiro, não pode eliminar o sorriso divino de Minerva. Eis porque nós, maximalistas da direita, nos não apavoramos em face do estridor de terramoto que vai à nossa roda, em plena ordem burguesa. Para cá do curto parentesis que se abre

Digitized by Google

agora, nós sabemos que outra ordem surgirá, mais duradoira e mais fecunda, a ordem natural e tradicional, instaurando na sociedade o nome e o reinado de Cristo.

Já o heroi antigo gostava de combater envolto em claridade, ainda que a claridade fôsse uma claridade de tormenta. Claridade de tormenta é já a claridade em que nós combatemos, ao crepúsculo dum mundo que se some para nunca mais voltar.

Talvez por isso os nossos corações batam mais fortes e mais forte seja o drapejar, junto dos nossos rostos, das azas invisíveis da victória. Onde a maioria treme de inquietação e covardia física, nós, seguros da grande finalidade a que Deus nos chamou, limitamo-nos a verificar que só às doutrinas que defendemos assiste o direito de vencerem, não só por experiência do Passado, mas por confirmação do Futuro. O que rúe não é a ideia católica e monárquica, tão velha quási como a própria dignidade da velha Europa, o que rúe é a utopia democrática, denunciada duramente pela provação terrível da guerra e impotente, como jamais, para manter sôbre as ruínas que provocou o seu idealismo dementado e criminoso. Foi no que concluiram os declamados «*Direitos do Homem*»! Concluiram na mais imoral e desenfreada plutocracia, — no culto mais baixo e mais degradante de tudo quanto representa o predomínio da Matéria sôbre o Espírito!

Do volterianismo e da bancocracia dos financeiros de 1820 nasceu, durante o recuo moral e inte-

Digitized by Google

lectual do século findo, a grave e profunda crise que tornou possível o bolchevismo.

Não lhe analisaremos as raizes, de sobejo conhecidas. O que nos importa é assinalar que mais uma vez, como no poema de Goethe, o Diabo foi o melhor agente da obra de Deus. As avenídas do porvir não se conquistariam sem uma larga demonstração do que era, na sua essência e na sua crúa realidade, o tremendo êrro comunista. Mergulhada na sua meia sonolência asiática, coube á Russia a sorte dolorosa de servir de laboratório.

E que lições magníficas não nos veem de lá, que magnífico aprendizado para nós, os tradicionalistas, igualmente empenhados em destruir a ordem individualista, e não por uma *revolução* — eis tôda a diferença! — mas por uma *restauração!*

Á minha frente, abre-se o livro recente de Raul Labry — *Une législation communiste (Recueil des lois, decrets, arretés principaux du gouvernement bolcheviste).*

Folheando-o, eu penso como Labry: — «Quando Lenine cair entre os escombros da sua obra, alguns elementos ficarão de pé». Não diz Labry porquê, talvez porque lho impede a sua evidente formação racionalista. Mas, manifestamente, porque mesmo no êrro existem parcelas e cintilações de verdade. E em todo o seu furor negativo, sendo uma intensa reacção ideológica contra a democracia individualista, o bolchevismo guarda, no entanto, consigo valiosos fermentos de vida que não lhe pertencem, porque

Digitized by Google

estruturalmente pertencem aos domínios da economia cristã.

Não nos admirou assim, que debaixo do título «*A realidade do bolchevismo russo*» o *Osservatore Romano*, do dia 8 de Fevereiro último, publicasse um artigo deveras sensacional. Ao contrário da corrente até hoje seguida no ocidente europeu, o órgão oficioso do Vaticano entende que é mais conveniente fixar-nos sôbre a acção governativa do bolchevismo do que despreza-la e iludi-la com novelas de jornalismo barato e desacreditado.

Adverte o *Osservatore Romano* que a estabilização do regimen soviétista não significa em nada o triunfo anunciado do colectivismo, senão, muito opostamente, «*a execução e a consolidação do instinto da propriedade privada*», por intermédio duma numerosíssima classe de pequenos proprietários rurais. E o *Osservatore Romano* acrescenta: — «Aqui, em Italia, não se disse ainda isto, — com medo, uns, de apresentarem Lenine com um aspecto demasiadamente favorável; por seu turno, os outros, de que o ideal comunista do socialismo fique desautorizado perante as massas».

Encostados a tão alto e insuspeito testemunho, nós não temos senão que redobrar de fé nos nossos princípios. O bolchevismo subsiste. Mas porque subsiste? Porque, constrangido pela fôrça dos factos, abandonou os seus teorismos primitivos, reconhecendo a propriedade privada e empenhando-se

Digitized by Google

agora pela sua plena difusão. Não são outras as nossas reivindicações, em harmonia com a gloriosa enciclica *Rerum novarum* e com a estrutura económica da nacionalidade portuguesa. Pela restauração da enfiteuse e das sesmarias, nós facilitaremos a propriedade a quem a mereça e procure, ligando assim a família à terra e fazendo do trabalhador o germen dum proprietário futuro. E, para o obtermos, não pensamos em atirar as multidões para o delírio duma orgia sangrenta.

Só as queremos organizadas, conforme as regras invioláveis da própria vida, realizando um destino mais elevado que o dum simples rebanho entregue exclusivamente ao combate dos seus apetites e paixões inferiores. E vê-se já porque, no ruído de catástrofe em que tudo desaba à nossa volta, nós olhamos serenamente o horizonte, sem receio à cavalgada fatal do Apocalipse. A hora que se aproxima, nós a saüdamos como uma hora de resgate, como uma hora de libertação! O que expira, na ira sacrílega da sua revolta secular, tão antiga que é irmã da revolta de Santanaz, é a soberba estulta do individualismo, andadora de maus caminhos, semeadora de más colheitas. O Diabo continua a ser o melhor obreiro da vinha do Senhor! Da destruição das formas sociais e económicas da actualidade a face da terra sairá mais remoçada e mais bela. E quando outra virtude não tivermos, console-nos, ao menos, a de termos tido a fé que acredita sem ver, porque nasce do acôrdo

Digitized by Google

íntimo do coração e é confirmada pela luz tranqüilíssima da inteligência. As nossas verdades até o bolchevismo as confessa, embora rudimentarmente, embora dominado ainda por uma falsa concepção da existência. Que importa? E' uma demonstração que só nos deve encher de confiança, para que a êsse maximalismo ignaro responda, em breve, um outro maximalismo, o maximalismo franco dos que confessam a Cristo e estão dispostos a regar com o seu sangue as flôres sagradas da Realeza!

Digitized by Google

PORQUE VOLTÁMOS

Digitized by Google

Digitized by Google

PORQUE VOLTÁMOS

Reaparece hoje em segunda série a nossa revista. Tem passado, — e passado honroso, esta pequena brochura. Lançada ao caminho, já lá vão mais de seis anos, com muita ousadia, mas com incomparável bôa vontade, a *Nação Portuguesa* conseguiu acordar entre nós a preocupação das questões contemporâneas e foi bem depressa um aguerrido fortim, donde irradiou intelectualmente a mais fecunda e enérgica tentativa de resgate de que a vida nacional se pode orgulhar nos últimos tempos.

Não inventariamos as vantagens obtidas, nem nos vamos agora congregar outra vez para que se distribuam embevecidamente os loiros colhidos. Se êsses loiros existem, correm até o risco grave de se perderem para sempre. Trabalhada por diversas fôrças de desagregação, a sociedade portuguesa desfibra-se, decompõe-se, — vai-se. E vai-se, sobretudo, porque deixou obliterar o sentido da sua própria continuidade, o conhecimento do seu génio ancestral. Somos víctimas duma longa dissolução moral e mental, — herdada, como tara terrível, do romantismo revolucionário, desde o domínio da

Digitized by Google

política ao das coisas serenas do pensamento. Numa hora tão grave para os destinos da Pátria, quando assume quási aspectos de tragédia a crise em que de dia para dia nos despenhamos, com que espírito se encaram as soluções do futuro, com que consciência nos inteiramos das responsabilidades do momento que passa?

Se as instituições desorganizadoras da República agravaram sensivelmente o mal, como lógico desfecho da anarquia liberalista que em 1834 se apossou das redeas do poder para contrariar e perverter a formação histórica da nacionalidade, não se confinam apenas aí as causas fundamentais da demorada agonia em que tudo entre nós parece estrebuchar. O que nos mata, principalmente, é, com a falta duma idéa-directriz, a falta dum grupo ou classe social em que se apoie qualquer tentativa séria de «reaportuguezar Portugal», — na definição já agora memorável do poeta Afonso Lopes Vieira. E afinal, porquê?

Porque não existe em Portugal um mínimo de cultura colectiva, que permita compreender a uma minoria resoluta e capaz de que não há restauração nacionalista possível sem a prévia instauração dum princípio salvador. Vive-se, assim, na mais apagada e mortífera negação do que sejam as virtudes constructoras do Espírito e manda a verdade que se diga que, ao lado do semi-analfabetismo dos partidários do regimen instalado no Terreiro do Paço, são reus confessos no mesmo crime ignóbil

Digitized by Google

os que, ao mero funcionamento da máquina eleitoral, confiam automàticamente a salvação do país pelo regresso puro e simples das clientelas caídas em 1910.

*

* *

Há uma página de Eça de Queiroz que se deve sempre reler abrangendo tôda a comunicação sugestiva e dolorosa do seu alto valor simbólico. E' a página final de *O Crime do Padre Amaro*. No Loreto, junto ao gradeamento do pequeno largo lisboeta, o Padre Amaro conversa com o cónego Dias. Passa, pomposo no seu bigode grisalho e nos seus óculos de ouro, o conde de Ribamar. Os dois eclesiásticos saúdam o homem de Estado que se digna parar um momento como qualquer misero mortal.

A Comuna acabara de estalar, com as Tulherias tornadas num brazeiro e as notícias da *Havas*, suspensas na *Havaneza*, contavam o horror dos massacres e das devastações. «O Chiado lamentava com indignação aquela ruína de Paris», — observa o romancista. E logo acrescenta: — «Mas espalhava-se que o ministério recebera outro telegrama mais desolador: tôda a linha de *boulevard* da Bastilha à Madalena ardia e ainda a praça da Concórdia, e as avenidas dos Campos-Eliseos até ao Arco do Triunfo. E assim tinha a revolta arrazado, numa demência, todo aquele sistêma de restaurantes,

Digitized by Google

café-concertos, bailes públicos, casas de jogo e ninhos de prostitutas! Então houve por todo o largo do Loreto até ao Magalhães um estremecimento de furor. Tinham pois as chamas devorado aquela centralização tão cómoda da patuscada! Oh que infámia! O mundo acabava!» E as interjeições cresciam e repetiam-se com os protestos vociferados dos «vadios», que, ainda segundo Eça, se costumavam reunir (costumam, — iamos a escrever) à porta da *Havaneza*, charuteando e politicando. Foi então que o poeta estimado das *Flores e Ais* (ontem como hoje!) porque se houvesse falado no nome de Proudhon, não se conteve no seu silêncio cismador sem atalhar «que à parte as asneiras que Proudhon dizia, era ainda assim um estilista bastante ameno». Bradou-lhe logo o França bamboleando o corpo desembaraçado: — «Qual estilo, qual cabaça! Se aqui o pilhasse no Chiado, rachava-lhe os ossos».

Pois a figura do França, na sua apreciação de Proudhon, é a figura perfeita da nossa sociedade apelidada de «conservadora», que, atulhando o Chiado em mexericos de aldeia, dali julga os acontecimentos do mundo inteiro numa visão simplista que se resume no fim de contas ao desejo de pilhar Lenine à mão e... — e manda-lo em paz. No entanto, mais acima, os dois sacerdotes continuavam presos da palavra solene do conde de Ribamar.

«Ah, a imperatriz no trono de França, Pio Nono

Digitized by Google

no trono de Roma, aí temos a democracia esmagada entre estas duas forças sublimes, e creiam vossas senhorias um homem que conhece a sua Europa e os elementos de que se compõe a sociedade moderna, creiam que depois dêste exemplo da Comuna não se torna a ouvir falar de república, nem de questão social, nem de povo, nestes cem anos mais chegados!...»

«Deus Nosso Senhor o ouça, senhor Conde», — acudiu, mesureiro, o cónego Dias. E o conde seguiu discreteando sôbre Materialismo e Revolução na mesma inocência de entendimento com que presentemente lhe perpetuam as reflexões, aos umbrais da *Havaneza*, os seus numerosos filhos espirituais. A diferença encontra-se apenas num ponto: — e é que ao passo que Ribamar contava com Pio IX para debelar, como sólida coluna, os perigos mundiais da desordem, agora, no Chiado, a sua vasta descendência inquire, entre indignada e aflita, se Pio XI «aderiu» ao bolchevismo, por caminhar resolutamente ao encontro da Era-Nova e não recusar ao torvelinho enigmático da Rússia o batismo que a Igreja concede a tudo o que nasceu tocado da mancha original.

Entrementes, o cónego Dias e o Padre Amaro não se cansavam de escutar a voz rolada do conde, gabando «a nossa paz», «a nossa prosperidade», «o nosso contentamento», plantados os três no pequeno largo em que desembocavam «com um tom sujo d'esgoto aberto, as vielas de todo um

Digitized by Google

bairro de prostituição e de crime». «Meus senhores, afirmava êle convícto, — não admira que sejamos, realmente, a inveja da Europa!».

«E o homem de estado, — remata Eça melancòlicamente, — os dois homens de religião, todos três em linha, junto às grades do monumento, gosavam de cabeça alta esta certeza gloriosa da grandeza do seu país, ali ao pé daquele pedestal, sob o frio olhar de bronze do velho poeta, erecto e nobre, com os seus largos ombros de cavaleiro forte, a epopeia sôbre o coração, a espada firme, cercado dos cronistas e dos poetas heroicos da antiga pátria, — pátria para sempre passada, memória quási perdida!»

*
* *

«Pátria para sempre passada, memória quási perdida!» Pois para que não o seja é que nós voltamos ao mais alto exercício do nosso dever de portugueses, que não é senão o de promover entre nós uma *restauração da Inteligência*. Dum e outro lado da trincheira em que Portugal se corta de cima a baixo, pululam, numa inconsciência torpe de arraial, os mesmos bonecos, os mesmos postiços, cuja genealogia Eça de Queiroz nos traçou na sua obra cheia da mais elevada intenção demolidora. Portugal morre, porque, tal como um tribu revolta de berberes, deixou secar as raízes que o prendem à alma eterna da história. Cabe-nos a nós por isso,

Digitized by Google

—minoria que por acaso nos julguem—reconstruir, antes de mais nada, a fisionomia moral da Nacionalidade, indo beber ao património das gerações transactas os estímulos sagrados que nos abrirão, de par em par, as portas misteriosas do Futuro.

Assim se define o nosso *nacionalismo*, que não é *nacionalismo* sòmente, porque o tempera, como regra filosófica, o mais rasgado e mais genuino *tradicionalismo*. Aceitação das razões fundamentais da Pátria com tôdas as leis derivadas da Raça e do Meio, nós não nos fechamos, porém, nessa moldura estática, em que por vezes pode tumultuar um forte vento anárquico, como o provam na sua incapacidade conhecida as diversas improvisações nacionalistas provocadas pela guerra europeia. Há que ir mais longe e realizar pela projeção do génio de cada pátria numa consciência maior um ideal superior de civilização, — o da civilização cristã que formou o mundo e esperamos confiadamente o salvará ainda.

Se o *nacionalismo* é, dêste modo, na vida dos povos um necessário e imprescindivel elemento de renovação, como que o plasma originário e criador, só se torna, contudo, duradoiro e fecundo quando depurado pelas disciplinas sociais e intelectuais do *tradicionalismo*. Consiste, por seu turno, o *tradicionalismo* no reconhecimento e na prática dum sistema de princípios e de instituïções acreditados pela experiência e em que se condensa o fructo duma longa observação na arte de governar e de

Digitized by Google

ser governado. Do consorcio dos dois factores, — *nacionalismo* e *tradicionalismo*, resulta, pois, a norma de conduta que a ciência sociológica proclama hoje como a única eficaz, depois das aventuras ruínosas a que as ideologias tentadoras da Revolução arrastaram o Estado e a Sociedade. Lembram-se por acaso do diálogo da Ermida com a Campina na *Colline inspirée*, de Maurice Barrés? «O que é um grande pensamento, se o entusiasmo o não anima? O que é um grande entusiasmo, se o pensamento o não coordena?» Eis aqui a fórmula exacta em que o nosso nacionalismo se confunde e amplia com o nosso tradicionalismo.

A colheita adivinha-se como numa seara magnífica. Adivinha-se na aspiração larga de restituirmos à nacionalidade a sua alma adormecida, — porque uma nacionalidade é, sobretudo, uma *alma*, um *valor espiritual*, um *génio* — e, integrando-a em si mesma, leva-la depois a partícipar da marcha do mundo por mercê da função civilizadora de que a tornarmos capaz.

Todo êsse universo de problemas se abriga assim dentro do nosso viático. E porque reflectimos em nós a tragédia imensa do nosso tempo, não nos podemos esquivar às interrogações angustiosas da hora presente. Se em política nos declaramos pela *Monarquia*, é conveniente sempre acentuar que nos declaramos pela *Monarquia-social*, regimen que, repelindo como absurdo o sistema actual do Estado, apela para a sindicalização dos interesses e das pro-

Digitized by Google

fissões, como a única garantia eficaz de liberdade, — mas da liberdade orgânica, irmã gemea da competência, da hierarquia e da autoridade.

Exactamente porque nos inscrevemos como defensores da Inteligência, é que não partilhamos da defesa do individualismo económico, gerador da plutocracia contemporânea. Nada mais falso que o apregoado pogresso dos nossos dias! O grito de alarme já se levantou e nós vemos, no crescer da judiaria cosmopolita da Finança, as coisas serenas do Espírito, — ou reduzidas, como uma espécie de histrionismo inédito, a um luxo que os poderosos do dinheiro cultivam e alugam para brilho dos seus salões, ou então ao mais triste e ao mais miserando de todos os proletariados. Ameaçada assim a sorte da Inteligência — a grande pecadora do século XVIII — dois são os corrosivos que lhe andam preparando o eclipse total. O rebaixamento da cultura comum é aterrador, como conseqüência do industrialismo que se apossou da sociedade metalizada pelo frenesim crescente dos homens dos Bancos e da sua execranda ditadura, hoje desgraçadamente mundial. Esse industrialismo, legítimo rebento da Revolução-Francêsa, começando logo por destruir a dignidade das profissões pela extinção atrabiliária dos grémios, atinge agora o ponto agudo dos seus excessos, pondo em risco de morte o prestígio e a independência do pensamento humano. Outro tanto acontece com a barbaria que se levanta na Russia e cuja tropelada se percebe já nas encruzilhadas da

Digitized by Google

História, como se fosse o avanço da cavalgada bíblica de Gog e Magog...

Dolorosa situação a nossa, que na flôr mais recolhida das nossas aspirações guardamos a semente transformadora da hora que vem! O sorriso divino de Minerva empana-se com a fumarada insolente de Vulcano e já da noite carregado das Origens se ouve crescer para o alto a revolta indominada do Cáos. Pois não hesitemos um instante, como portugueses de Portugal e como cristãos de todo o mundo! As energias salutares não desapareceram ainda da face da terra e a êsse pequeno nucleo de resgate futuro que toma posições na Europa juntemos também a fé ardorosa do nosso esfôrço. E' pela Inteligência que desfraldamos a nossa bandeira. E, desfraldando-a pela Inteligência, desfraldamo-la pela Ordem-Nova, unidos como uma só pessoa contra a mentira plutocrática e contra a mentira revolucionária, — formas regressivas e parasitárias da bela actividade do homem que, sempre que confessa o Espírito e se socorre humildemente da sua virtude transfiguradora, encontra dentro de si possibilidades infinitas, recursos inesgotáveis,—motivos permanentes de elevação e grandeza.

Entende-se, desta forma, como o destino de Portugal se liga de perto ao desenlace do tremendo drama europeu. Abramos os *Lusiadas*, — fonte de consolações íntimas, breviário de esperança, em que passa por vezes aquela mesma presença mis-

Digitized by Google

teriosa que a alma dolorida procura encontrar nos versículos da *Imitação*. Camões é o poeta da Contra-Reforma, — é o cantor do ideal supremo da Cristandade, apontado à Europa pelo Concílio de Trento. Ele reflecte nas suas ânsias a ânsia do humanismo ortodoxo, arrependido do festim esplendoroso da Renascença. Responde assim, dalguma maneira, à inquietação que sentimos no sangue, mordidos ainda pelo veneno agradável de Todo-o-Saber.

Abramos os *Lusiadas* e ali prescutaremos, como em nenhuma parte, a vocação apostòlica que anima, qual seiva mística, o corpo moral da Pátria bem amada. Talvez que uma secréta voz nos grite que a Portugal o Senhor reserve, pela paixão e morte que está padecendo, a missão sacratíssima de restaurador da Cristandade desfeita. A nossa pequenez, a destruïção entre nós de tudo quanto se convencionou chamar o «existente», e, para mais, a nossa posição privilegiada de varandim da Europa, lançado de encontro às terras moças do Ocidente, representam, ou não representam, sinais de predestinação indubitável? Se pelo desvio do eixo da civilização do Mediterraneo para o Atlantico, a idade moderna deve o ser a Portugal e se Portugal, em mais duma jornada de epopeia, salvou a Europa da onda islamita, porque não acreditarmos no milagre que ha-de vir,—no «milagre» de que a miséria actual é a preço de o havermos merecido aos desígnios profundos de Deus? Confessemos, pois, o Espírito

Digitized by Google

e pelo Espirito restauremos a Inteligência, humanizando-a pela Acção. «Ao princípio era o Verbo, e o Verbo se fez Carne e habitou entre nós».

Tal é o preceito inspirado da nossa filosofia, resolvidos como nos achamos a não nos perder em banquetes estéreis de sofistas. Um outro encanto nos atrai, — e é o de realizarmos, com Portugal-Reconquistado, uma Cristandade maior e mais bela. Para isso, — e o Épico no-lo profetiza em acentos sonoros como o bronze,

Não faltarão cristãos atrevimentos
Nesta pequena Casa Lusitana.

1922.

Digitized by Google

A' MARGEM DUM LIVRO

Digitized by Google

Digitized by Google

A' MARGEM DUM LIVRO

Ainda que tarde, vamos referir-nos ao corajoso livro do senhor major Ferreira do Amaral. Podemos não concordar — e não concordamos — com muitos dos seus pontos de vista. Mas de modo nenhum fugimos ao grato dever de prestar a nossa homenagem a tanta sinceridade e a tanto patriotismo! Pela primeira vez em Portugal, sem rodeios nem respeito a inqualificáveis conveniências, a verdade se disse, nesse magno e doloroso assunto da Guerra, como ela precisava de ser dita, — nua e crua. E' duas vezes heroi o senhor major Ferreira do Amaral! Heroi pela sua valentia nos campos de batalha, — e heroi pela soberana naturalidade com que num país de refolhos hipócritas e prudências covardes não hesita em chamar as coisas pelo seu justo e preciso nome.

Não nos ocuparemos do livro do senhor Ferreira do Amaral debaixo de qualquer prisma, ou histórico, ou militar, ou político. A sua lição é a todos os respeitos tão clara, tão evidente, que, andando como anda o livro do senhor Ferreira do Amaral nas mãos da gente que lê, desnecessário se nos afigura sublinhar-lhe as conclusões. No

Digitized by Google

entanto, não nos dispensamos de o considerar como um alto e incomparável documento psicológico. Naquela desorientação sentimental, naquela prosa crispada e pitoresca, grita, protesta, insurje-se alguem que é um «*homem*», no sentido nobre de que semelhante palavra carece de se revestir na época de decaímento miserável que atravessamos.

Portugal morre por ausência de grandes e esclarecidas energias. Dum lado, o tripudiar de cafres que se apossou dos destinos duma pátria desorganizada, totalmente pulverizada nos seus fundamentos sociais e éticos; do outro lado, os intitulados «conservadores», execrável matéria morta, que esmaga com o seu pêso inerte e a sua miragem egoísta de regresso a um passado que não pode voltar, a lenta, mas pertinaz e já salutar germinação em que as fôrças moças da raça se aprestam para o dia, próximo ou longínquo, mas infalível, do ressurgimento. Ora no meio dêstes dois factores de desordem e estagnação alonga-se a «terra de ninguem», onde raras audácias conseguem firmar-se com galhardia. Com o conhecimento que possue da psicose nacional, — a *tezura* e a turbulência, talvez o senhor Ferreira do Amaral nascesse para ser à nossa volta um condensador de vontades e dedicações. Obliquam-lhe, porém, a decisão magnífica certos preconceitos de inteligência, que são, afinal, os preconceitos da sua geração, completamente desarticulada pelos mitos já hoje em ruína da Democracia e do Liberalismo.

Digitized by Google

Contudo, se descontarmos o êrro estrutural de que enferma o livro do senhor major Ferreira do Amaral, que formidável instinto nacionalista o seu — que visão tão profunda do valor e dos recursos espirituais da Pátria adormecida! Dir-se-ía que por vezes, nos seus libelos vergastadores, o senhor Ferreira do Amaral se despersonalisa e pela sua bôca, ardendo no sal inspirador da verdade, nos fala o pobre soldadinho vendido e traído na comezaina larga do infame negócio da guerra e que é bem, no seu calvário infinito, a imagem dolorida de Portugal. Há aqui e além, no livro do senhor major Ferreira do Amaral, um sôpro épico de revolta, em que passa, desgrenhada e violenta, a sêde de justiça que chora dentro de cada um de nós, — neste leilão macabro em que anda jogada aos dados a sorte enigmática da Grei. E' para lamentar que o senhor major Ferreira do Amaral não disponha do ângulo positivo duma doutrina que imprima finalidade às suas afirmações e lhe revele, na sua continuidade imortal, o segrêdo da revivescência e da glória futura da Pátria.

Decerto que a pena do senhor Ferreira do Amaral não se ajusta aos modêlos académicos, nem satisfará a exigência dos gulosos de bons acepipes literários. Os militares de agora não convivem Julio Cesar sôbre os textos originais, tal como Napoleão, porque, desgraçadamente, o estudo das *humanidades* em nada entra para a formação da sua mentalidade. Todavia, ninguém negará ao autor

Digitized by Google

da *Mentira da Flandres* plasticidade de linguagem, riqueza de expressão, virtudes comunicativas de sugestão e interêsse na leitura. Insistimos, porém, no valor global do livro, como um formoso *documento humano* na charneca rasa em que o país se horisontaliza de norte a sul.

E não se suponha que estamos criticando o livro do senhor Ferreira do Amaral! Por escrúpulo natural da nossa posição política, não saímos dos limites duma impressão ligeira, cujo propósito é apenas chamar para êle a atenção dos nossos leitores e prestar, como portugueses, o nosso aplauso a um português de lei, que lembra, na rudeza e no desembaraço, aqueles nossos avós, «santamente grossos», de que nos fala Sá de Miranda.

1922.

Digitized by Google

A LIÇÃO DO BRASIL

A Jackson de Figueiredo

Digitized by Google

Digitized by Google

A LIÇÃO DO BRASIL

Sempre que um português haja de escrever do Brasil, se êsse português fôr nacionalista e se ao seu nacionalismo o coordena um prudente e mesurado tradicionalismo, logo à flor da pena lhe acudirão razões que mais o confirmam na doutrina em que a sua inteligência se repousa. Hora grave do mundo a hora que se atravessa, ela tem, ao menos, a admirável virtude de renovar as ideas-madres que criaram a Europa e lhe confiaram o primado da civilização! Nos últimos arrancos, o filosofismo ignaro da Enciclopédia já não impede que resplandeçam em tôda a sua luminosa amplitude aquelas fortes verdades, a cujo clarão Balzac tranqüilamente escrevia. A Religião e a Monarquia regressam, com efeito, do longo desterro ideológico em que as havia sepultado o baixo carnaval naturalista do século XVIII. E regressam como âncoras seguras a que o espírito humano, desejoso outra vez de construir, solicita as certezas que lhe faltam, depois de nobre e corajosamente repelir os ídolos infames, a que, no desvairo do seu pecado negativista, rendera culto deprimente e suícida.

Ora, colocado em pleno coração da crise que

Digitized by Google

a Europa padece e, particularmente, vítima de factores políticos e económicos que lhe estão provocando a ruína, Portugal participa da mesma tendência geral e, na parte mais representativa da sua mocidade, acolhe-se também ao grande ancoradouro da aspiração nacionalista. Evidentemente, temperada semelhante aspiração pelas luzes severas do tradicionalismo como método e norma guiadora, nada a aparenta, nem de perto, nem de longe, com os excessos arcaicos, mas perturbadores, do «*princípio das nacionalidades*». Herança tumultuária do Romantismo, êle ficou crepitando no rescaldo da guerra, não sendo outro o elemento corrosivo que desfez o antigo e sábio equilíbrio da Europa, ameaçando de a balcanizar totalmente.

Contra o «*princípio das nacionalidades*», filho legítimo da Revolução, carece de se prevenir o verdadeiro nacionalismo, que, naturalmente orgânico, é por isso mesmo anti-democrático e anti-individualista. Assumindo na Europa um especial sentido contra-revolucionário, não visa senão a emancipar as velhas pátrias europeias das abstrações tirânicas do Liberalismo, restituindo-as, pelo regresso a si próprias, à posse plena do seu génio ancestral. Esta é a posição de Portugal no drama torvo em que a cada nação da Europa corresponde um cruzeiro trágico, — um como que Calvário sangrando. Por onde o Liberalismo se espalhou, — preparada já a sua carreira de morte pelo advento do protestantismo em política, ou seja do Absolutismo, as ruínas

Digitized by Google

acumularam-se, fumegando, como se nas encruzilhadas da História houvesse ressoado de novo a tropelada bíblica de Gog e Magog! Os cem últimos anos da vida portuguesa ensinam-nos cruciantemente o que significou entre nós tão desgraçada experiência!

Mas a transformação profunda que se opera no pensamento europeu ecoou depressa em Portugal, ajudando a reacção sentimental, que se desenhava, latente, no ânimo da colectividade. O nosso instinto nacionalista, saído da resistência secular da nacionalidade portuguesa, não possuia uma *teoria*,—uma *doutrina*, porque se conduzir e nortear. Sofríamos as conseqüências da pior das invasões, — da invasão das ideas deformadoras do cosmopolitismo de 89, com o seu cortejo de indizíveis fobias contra tudo que, lançando raizes no Passado, tirasse o seu alento, ou da Igreja que conformara a unidade espiritual da nação, ou da Realeza que a mantivera e consolidara. Do antigo patriotismo, tão antigo e tão essencial como os motivos basilares da nossa existência imediata, nada restaria em breve, tomando-se a Pátria como uma simples expressão geográfica ou territorial, e, quebrado todo o elo de ligação das gerações entre si, Portugal como a soma artimética dos cidadãos constantes do censo eleitoral. Uma escravização mais dura que a da perda política da soberania nos humilhava e sufocava, visto importar uma perda maior, — a perda da soberania moral, em que se radica a autonomia da consciência do

Digitized by Google

indivíduo e a perfeita liberdade se fundamenta. Mais atrevido e nefasto que o *estrangeiro do exterior*, a nossa triste condição de autóctones arrastava-se debaixo da ditadura implacável do *estrangeiro do interior*, — inimigo de quanto se referisse às gloriosas instituições que haviam insuflado o ser à nossa sociedade e, dêste modo, só empenhado em destruir o que dentro de nós subsistisse de fidelidade ao sangue dos Avós e à continuidade imortal da Tradição.

Corrompida inteiramente a compreensão da nossa história, é lógico que o ressurgimento comece, devolvendo-a ao seu significado exacto. Fôra larga e profunda a desnacionalização levada a cabo pelo Liberalismo, refletindo bem na sua pertinácia o sêlo diabólico que já Joseph de Maistre denunciara na Revolução. Algumas das mais erguidas figuras de Portugal, como Alexandre Herculano, como Oliveira Martins, serviram como ninguém essa conspiração contra o Passado, de que a mentalidade romântico-revolucionária ávidamente se nutriu. Quando, na verdade, medito em algumas páginas de Alexandre Herculano ou de Oliveira Martins, enchem-se para mím de dolorosa ilustração as reflexões de Fustel de Coulanges sôbre as responsabilidades dos historiadores franceses na decadência e declive do espírito patriótico no seu país. «*Dans la longue lutte du sacerdoce contre l'empire,* — escreve o mestre insigne — *nous étions pour ceux qui pillaient l'Italie et exploitaient l'Église. Mais nous maudis-*

Digitized by Google

sions les guerres que Charles VIII et François I.er firent au-delà des Alpes... Nous étions pour la Réforme allemande, qui arrêta et ralentit l'essor de la liberté dans l'Europe entière... Nous accusions Louis XV d'avoir fait la guerre à l'Allemagne et nous négligions de voir, dans les documents authentiques, qui était lui, au contraire, qui avait été attaqué trois fois par elle... Nos historiens ont tous été pour Frédéric II contre Louis XV...»
E num magnífico remate, Fustel resume-se com vigor e com eloqüência: — «*Notre patriotisme ne consiste, le plus souvent, qu'á honnir nos rois, à détester notre aristocratie, á médire de nos institutions*». Eis, sem paixão sectária, o que sucede com Alexandre Herculano, obsecado em mais dum problema transcendente pelo seu anticlericalismo de rabona-de-briche. Não acontece menos com Oliveira Martins que, valendo-se duma bem mobilizada erudição, nos deixou no pernicioso panfleto de partido que intitulou *História de Portugal* alimento abundantíssimo em que se refastelar o semi-analfabetismo odiento da nossa jacobinocraciá.

Infere-se daqui, sem dificuldades, a importância que o *nacionalismo*, na sua íntima natureza contra-revolucionária, atribui à rectificação e depuração da história. Igualmente se infere que um nacionalista português, ao ocupar-se do Brasil, encontre no exemplo que lhe oferece a florescente nação de além-Atlântico argumentos decisivos para se fortalecer na sua fé e redobrar de ardor no seu apos-

Digitized by Google

tolado. E porquê? Porque, precisamente, o Brasil, — criação inconfundível do génio de Portugal, seu filho primogénito, seu morgado e explendido continuador, resultou como nacionalidade da acção concorde das duas fôrças tradicionais que fizeram a nossa Pátria e que o nosso nacionalismo se impôs defender e reabilitar: — a Igreja e a Realeza.

Como contra-prova do que valeram objectivamente para nós essas belas disciplinas sociais, o Brasil é por si só o desmentido de tôdas as calúnias com que o nosso passado sistemàticamente se desacredita. Assim, dois dos nossos monarcas mais difamados, — D. João III e D. João VI, — conseguiram vencer a torpe novela urdida em torno dos seus reinados, graças ao Brasil que os restabeleceu para o justo juizo da posteridade. Também a «lenda-negra», de que entre nós é alvo a Companhia de Jesus, se pulveriza definitivamente perante a resposta que o Brasil lhe dá, ao enaltecer a obra colonial dos Jesuitas. E se entrarmos no capítulo do pessimismo dogmático dos compêndios e dos artigos de fundo, em relação aos defeitos e taras insanáveis da nossa raça, o Brasil proclama bem alto os serviços prestados por Portugal á civilização. Se outro título de glória não possuissemos, o de descobridores e fundadores do Brasil chegaria suficientemente para nos conceder as grandezas da imortalidade!

Não é cultivar com isto a hipertrofia do sentimento nacionalista de maneira a torná-lo ressoante

Digitized by Google

e pomposo, como o patriotismo retórico dos Românticos. No eclipse demorado em que parecem sepultas as qualidades positivas da Grei, é obrigação de bom portuguesismo acordar na alma colectiva as qualidades ancestrais adormecidas. Por muito tempo se fez entre nós profissão pública de anti-nacionalismo. Urje que o êrro criminoso se corrija — e só se pode corrigir acendendo, como convicção comum, a segurança nos destinos superiores de Portugal. É imperioso que se sumariem, pois, os elevados serviços que outrora nos tornaram, com a Fé e o Império, em adaís-mores do europeismo. Não para nos incharmos com o prestígio morto das batalhas que ganhámos, recolhidas agora numa atmosfera decorativa de museu. Mas, — sem cairmos no *brigadeirismo,* com tanto de sonoro como de vazio, de que nos fala Eça de Queiroz, — para que se desdobrem diante de nós as avenidas misteriosas do futuro e um receio ignóbil de desertores não nos impeça de lhes transpormos as entradas ainda virgens. Trata-se assim de reelaborar, pela inteligência da história, a finalidade da nação que se perdeu.

Quere pelo passado, nas suas raizes profundamente lusitanas, como pela função que Deus lhe reserva num amanhã já próximo e resplendente, o Brasil associa-se, conjuga-se à sorte de Portugal, porque, prolongando-nos no tempo e no espaço, é na sua maravilhosa adolescência o nosso natural complemento. Desviámos nós, com as Descobertas,

Digitized by Google

da bacia do Mediterrâneo para a do Atlântico o eixo da civilização. Mas ficaria infrutífero para nós o esfôrço gigantesco da nossa raça, se o Atlântico não se volvesse, com o espraiar dos anos e das gerações, num verdadeiro «*mare-nostrum*». A empreza realizada por Portugal excedia as suas possibilidades de pequeno povo. Eis que o Brasil, em vésperas de se afirmar como potência mundial, nos deixa adivinhar o concurso que necessàriamente prestará a essa bela e entresonhada política do Atlântico. Claro que factores novos entrarão em jôgo. Ao lado da espontânea aproximação que apertará cada vez mais Portugal ao Brasil, formando os dois países um bloco indestrutível, — o bloco do *lusitanismo*, o conceito envolvente do *hispânismo* revela-se-nos como forçosa conclusão, abrangendo consigo, além de Espanha, nossa irmã, vinte nacionalidades que ela intrèpidamente semeou por entre perigos e arrojos através da selva americana. No diluir de tôdas as miragens do século findo, quando as «actas» da Haia não são mais que anónimos papéis rasgados e que a *Sociedade das Nações* mal disfarça na sua taboleta, cheirando a sinagoga, o concílio plutocrático a que serve de máscara, apenas nós, as raças e nacionalidades de origem hispânica, tuteladas até hoje ou por Londres ou por Washington, dispomos dum enorme capital de Espírito que o *dollar* não poderá desbaratar e que é o segrêdo da nossa inevitável reconstituição política e económica. Preparação dificultosa, —

Digitized by Google

objectivo longinquo, obtemperar-se-á. Na carreira doida dos acontecimentos, a previsão atinge o rumo e o desfecho em que êles se desenrolam, mas já lhe não é permitido julgar com certeza cronométrica do momento da sua verificação. Colocados numa época de transição evidente, cumpre-nos não sucumbir diante das reflexões derrotistas da previdência ou do bom senso, empenhando-nos por concretizar as nossas ideas num plano largo de realizações. Por cima da vozearia discordante dos parlamentos e dos grandes jornais — aspectos do mesmo aviltamento de inteligência a que a Democracia nos arrastou! — já avisos sensatos se levantam, marcando os roteiros que conduzem à salvação e à prosperidade. «*Las naciones de origen hispánico se decidirán talvez muy pronto a buscar en la unión efusiva y fraternal con las demás hijas de la madre común la fuerza misma que otros les ofrecen mediante artificiosas combinaciones diplomaticas ó económicas*», — exclamava o ilustre historiador espanhol, conde de la Mortera, D. Gabriel Maura y Gamazo, no seu memorável discurso do *Teatro Real*, de Madrid, por ocasião da *Festa de la Raza* em Outubro de 1921. «*Llegada la hora, requerirán todas a España; y es estrecha obligación de buen español tener prevenida a nuestra Patria para la feliz realización de su glorioso destino*». E logo o orador acrescentava: — «*No depende esa realización del hallazgo fortuito de estadistas geniales, ni del azar de la fortuna, ni del*

Digitized by Google

esfuerzo ajeno, sino de la resuelta voluntad de cada cual de nosotros, del adestramiento que para entonces hayamos logrado en la prática, tan dificil aqui, de la disciplinada obediencia colectiva. Sólo se logrará de seguro, si cada español se decide a emular, no tanto las glorias singulares de sus grandes hèroes del pasado, como la oscura abnegación del buen ciudadano desconocido».

Embora respeitantes ùnicamente a Espanha e à América-Hispânica, as palavras transcritas, iluminadas demais a mais pela incontestável autoridade de quem as pronunciou, aplicam-se sem necessidade de modificação, — porque de males familiares se ocupam! — a Portugal e às suas relações com o Brasil. Dentro da actividade de cada um de nós, cabe uma parcela decisiva, para se atingir a resultante ambicionada. Não é aos govêrnos que pertence agir, — trabalhar. Os govêrnos, que sejam govêrnos, sòmente coordenam e rectificam. Muito menos deponhamos a nossa esperança nas falsas embaixadas intelectuais que a todo o instante largam da foz do Tejo, confiadas nos favores do Elogio-Mútuo. Não! Se a desgraça da vida pública em Portugal deriva, primacialmente, do desterro a que votámos os direitos da nossa história, como é que, sem utilitarismos mesquinhos ou vanglórias inconfessáveis, saberemos em sinceridade amar e compreender o Brasil?

Amar e compreender o Brasil exige-nos que amemos e compreendamos a nossa história, — a

Digitized by Google

história de Portugal, de que o Brasil é uma recapitulação, aumentada, indubitàvelmenie, pelo acréscimo de novos elementos criadores. De outra sorte, brasileiros e portugueses serão sempre estrangeiros uns aos outros, porque os separa a depravação mental que nos incaracterizou a nós, rompendo os vínculos morais em que firmávamos, como Pátria, a persistência da nossa personalidade. Como irmos assim ao encontro das promessas do futuro, sem assegurar os alicerces do edifício que pretendemos alevantar? Não! Não são os governos roidos da pior lepra jacobina, nem os letrados que se exportam constantemente na insignificância da sua literatura de postiços inqualificáveis, quem nos garantirá que, aliado a um Brasil senhor da sua grandeza, nós venhamos a ser aquele Portugal-Maior, com que sonhamos, mas que, antes de tudo, é obrigação de misericórdia descer reverentemente da cruz!

Daqui o repelirmos as vergonhas oficiais e oficiosas com que tão magna questão costuma ser encarada. Daqui o pôrmos como condição primeira a qualquer acercamento efectivo com o Brasil o regresso de Portugal à posse plena da sua individualidade. Sem que entre nós a nação resurja, como representar um concurso válido, que nos dignifique e que na Europa compense o Brasil das responsabilidades que naturalmente uma aliança connosco lhe acarretará? Não nos iludamos com a garrulice salivosa dos retóricos nem com os logares-comuns, em grande estilo, dos plumitivos! Prin-

Digitized by Google

cipiemos por nos amar e compreender. Amar-nos e compreender-nos, é amar e compreender a nossa história, — é amar e compreender a história do Brasil. O que nos ensina a nossa história? Que Portugal é filho da Igreja e da Realeza! O que nos ensina a história do Brasil? Que pela Igreja e pela Realeza o Brasil se formou e emancipou, saíndo do coração de Portugal, como a flôr mais formosa da nossa raça!

*
* *

Porque é a flôr mais formosa da nossa raça, o Brasil, desenvolvendo em solo feraz as possibilidades transplantadas da metrópole europeia, manifestou-se bem cedo uma *nacionalidade*. Veja-se como a génese da América do Norte foi diferente. Veja-se como a própria América-Espanhola não guardou, na sua rutura com a mãe-pátria, a unidade que o Brasil manteve. Donde veio ao Brasil essa unidade? Responder, é tracejar a linhas largas a sua curva ascencional. Responder, é assistir com cenário diverso, uma segunda fundação de Portugal. Concordamos perfeitamente com Graça Aranha quando escreve: — «Sendo português, o Brasil não deixará de ser uma nação americana. A originalidade do Brasil é ser o continuador de Portugal, o herdeiro da espiritualidade latina no mundo americano. O previlégio do Brasil é o de fundir duas fôrças: a que vem do passado no san-

Digitized by Google

gue português e a que recebe do ardente meio físico em que se desenvolve essa transplantação da alma lusitana. Essas duas fôrças não se excluem, e enquanto a sua fusão se realiza suavemente e a impulsão americana move sem violência as ideias e a sensibilidade portuguesa, uma vida inflama o imenso país...» Acrescenta depois Graça Aranha: — «O brasileiro vive o poema da aspiração. A sua alma ilumina-se à idea de que a pátria deve ser forte e majestosa, como a natureza onde êle se fixou. Na equivalência do mundo moral e do mundo físico, no esfôrço de adaptar a nação à natureza e de a edificar nas mesmas vastas dimensões desta, acha-se a célula primordial de tôda a idealidade brasileira, herdeira de Portugal. Concentram-se as energias nesse plano duma grande nação. Para o realizar tôdas as fôrças espirituais se aplicam na dominação do mundo material. Conquista-se de novo a terra. Uma fôrça indómita leva as gentes da beira do mar aos sertões do interior. Nas florestas do Mato-Grosso, nas chapadas de Goyaz, nos rios do Amazonas, repete-se o ciclo dos descobrimentos». E comentando as nobres palavras de Graça Aranha, Elísio de Carvalho, — um dos chefes intelectuais do nacionalismo brasílico, resume-os com a nitidez vigorosa dum artigo de fé: — «É assim que o Brasil, no pensar do admirável escritor, se tem de afirmar como o continuador do génio português no mundo americano, dando à alma antiga mais entusiasmo, mais vigor e mais agili-

Digitized by Google

dade, e à América mais claridade, mais inteligência e mais beleza nas suas relações com o universo».

Como «continuador do génio português no mundo americano», assim saüdamos e queremos ao Brasil. Numa profunda adivinhação dêsse destino do Brasil acertadamente lhe chamou o seiscentista Francisco de Brito Freire «Nova Lusitânia». Em tão inolvidável designação ia envolto o reconhecimento de quanto o Brasil continha já dentro si o gérmen forte duma nacionalidade em gestação. Quem lhe imprimiu o sêlo dos povos progressivos e lhe ministrou o baptismo da civilização? Portugal. Com equilibrada justiça se insurje Elisio de Carvalho contra o *indianismo* que, principiando por ser literato e romântico no Brasil, pronto resvalou em baixa e repulsiva manifestação de farisaismo político. Pondera o autor brilhante de *Os Bastiões da Nacionalidade* e da *Brava Gente:* — «Que outro erro (e atribuído principalmente a alguns dos nossos poetas e romancistas), é êsse de enaltecer o *índio* como sendo o tipo nacional e o legítimo brasileiro. Mas *brasileiro* não é o homem físico, e sim o indivíduo moral que se formou aqui na *sociedade histórica*. *Brasileiro* não pode ser nem o indio, nem o africano, nem o europeu. Só pode ser o *brasileiro*, isto é, o tipo que saíu da fusão dessas raças. *Brasileiro*, portanto, é um fruto da civilização mediterrânea que se estabeleceu e desenvolveu nêste lado da América».

Digitized by Google

Fruto, realmente, da civilização mediterrânia, o *brasileiro*, com tôda a autonomia do seu tipo sociológico, representa a conseqüência feliz do desvio sofrido por ela do seu mar interior para o mistério rumoroso do Atlântico. Outra não foi a grande conquista das Descobertas! Outra não é a razão porque a história da Idade-Moderna se filia na história de Portugal como um seu incontestável capítulo. Graças a Portugal, de mediterrânia a civilização clássica, salva das ruínas do mundo antigo pelo Cristianismo e acalentada durante a Idade-Média no regaço da Igreja, se tornou inteiramente em *civilização atlântica*. As mãos de Portugal transmitiram ao Brasil o encargo de a guardar e enriquecer debaixo de novos céus, contemplando novas constelações. Traiem, por isso, as responsabilidades sagradas da sua pátria aqueles que apelam para um *indianismo* sentimental e sem consistência, calcando, como um trapo vil, a magnífica hereditariedade que pôs o coração do Brasil batendo a par do coração do Universo.

«A vida do Brasil começou em 1500, antes existiu o seu solo, mas com outro nome e povoado com outra raça,—esclarece Joaquim Nabuco. O domínio dessa desapareceu, bàrbaramente perseguido é certo, e refugiou-se no interior ainda virgem do país. Nada ficou sôbre o solo atestando a antiga existência das tribus primitivas, nenhuma forma de sociedade estável havia entre elas, enquanto no Peru os incas tinham o seu trono firmado no cora-

Digitized by Google

ção duma raça, cujos monumentos e construcções maravilharam os conquistadores». E em glosa às reflexões de Joaquim Nabuco, Elísio de Carvalho, esgotando o tema até ao irrespondível, diz com a singeleza enérgica da sua iluminada crença nacionalista: — «Afirma ainda êle que pertencemos à América pelo sedimento novo e flutuante do nosso espírito, e à Europa por suas camadas estratificadas, de modo que, desde que houve um raio de cultura, começou o predomínio destas sôbre aquele: da primeira missa celebrada no Brasil até hoje assim tem sido. Ainda cabe aqui lembrar, — adita a acuidade sóbria de Elísio de Carvalho, — a justa observação de H. A. Chamberlain, autor da célebre obra *Génese do século XIX*, que atribui à influência do elemento português não ser o Brasil um cáos étnico, como ocorre, por exemplo, com certos povos sul-americanos, que se formaram da mistura ilegítima de raças inassociáveis, originando êssse cruzamento de índios e espanhóis, índios e negros, espanhóis e negros, uma promiscuidade que se traduz pela decomposição moral, — e da impossível união entre culturas ou estados de desenvolvimento mental diferentes na forma e na essência».

«Civilizar é espiritualizar», — declara algures o filósofo Jacques Maritain. E a primeira Missa no Brasil, recordada como o início da nacionalidade brasileira, define bem o ritmo que presidiu à função da grande pátria de além-Atlântico. O portu-

Digitized by Google

guês, que se atirava à descoberta, levava consigo a Cruz e com a Cruz um património de cultura e socialidade, por cuja virtude a Europa levantou por cima de tantos povos decaidos ou sonâmbulos o facho do seu primado universal. O índio desapareceu na hora em que a liturgia cristã ergueu na selva brasilíca a Hóstia imaculada. Com elementos importados e com elementos indígenas lançavam-se os fundamentos da *sociedade histórica*, que penetrantemente Elísio de Carvalho assinala como sendo o laboratório em que o *brasileiro* se constituiu, não como homem físico, mas — e é o que caracteriza as nações! — como tipo sociológico.

Donde derivavam, porém, os valores fundamentais da sociedade que dêste modo se formava? Derivavam da Europa por função de Portugal: da Europa política, no prestígio da autoridade e no sentido orgânico da colonização; da Europa católico-romana, no zelo assombroso dos missionários, moralizando a luta árdua pela vida num clima cheio de seduções para o instinto e de convites irresistiveis para a cobiça. Donatários e embarcadiços, Jesuitas e *bandeirantes*, misturaram-se e amalgamaram-se num bloco genesíaco, de que o Brasil, — a *Nova Lusitânia*, no parecer avisado do seiscentista, — se destaca gradualmente, com feições tão próprias, sem que as atávicas se reneguem, que Elísio de Carvalho, auscultando os segrêdos íntimos da História, interroga criteriosamente, ao ordenar a genealogia espiritual do nacio-

Digitized by Google

nalismo brasileiro: — «Quem mais brasileiro do que o jesuita português ou espanhol que amou esta terra com entusiasmo e a ela dedicou todos os cuidados e trabalhos? Quem mais brasileiro que o transmontano ou o alfacinha que levou a sua paixão da terra até ao sacrifício de defendê-la com a própria vida? Quem mais brasileiro do que aquele florentino que legou a nobreza do seu sangue e o esplendor do seu nome à família pernambucana?».

Ao mesmo tempo que Elísio de Carvalho acentua com traços tão incisivos a interpenetração do *homem* e do *meio*, de que viçosamente o Brasil resultou no seu esplendor actual, o douto escritor repete com Alberto Torres, visando a bastardia nativista, «excrescência de desmiolados que, na sua aversão quási irracional ao português, vão até a glorificar Calabar, um mestiço infiel à pátria» — e repete-o, cheio da mais dignificadora coragem mental, — que «a ascendência portuguesa é uma honra para o Brasil». E porquê? Porque, no depoimento de Alberto Torres, — «nenhuma raça deu jámais melhores provas de energia, de inteligência e de coração nos mais arrojados empreendimentos; poucas se lhe avantajaram na cultura e na produção literária, e muito raras possuem, ainda hoje, povo mais sábio, mais trabalhador, mais honesto, de mais cândida alma e sensibilidade moral mais delicada». Toca-se o ponto por onde o nacionalismo brasileiro se enlaça ao nacionalismo português. Para o brasileiro nacionalista a história de Portu-

Digitized by Google

gal é sua até, pelo menos, a essa primeira Missa do desembarque da gente lusíada na terra ainda enigmática de Santa Cruz. É sua, em todos os primores da língua que falamos e que põe no nome de Camões o expoente máximo duma civilização em que o Brasil se inclui no mesmo pé de igualdade que Portugal. Orgulha-se o nacionalismo brasileiro da sua ascendência portuguesa. Orgulha-se a nação portuguesa da sua descendência brasileira. E nesta hora de «apagada e vil tristeza», que alto e sugestivo incitamento nos chega da riba de lá do Oceano na justificação que Elísio de Carvalho vai pedir a Joaquim Nabuco, ao delinear um «bastião da nacionalidade» contra os frenesis regressivos do «nativismo»!

«Não foi o Brasil descoberto, colonizado, povoado por portugueses? — pregunta à sua consciência patriótica o insigne homem público brasileiro. Não foi uma colónia portuguesa durante três séculos, que se manteve portuguesa pela fôrça das suas armas, combatendo a Holanda, até que, pela lei de desagregação dos Estados, e formação de uma consciência brasileira e americana no seu seio, assumiu naturalmente a sua independência, e coroou como seu imperador o próprio herdeiro da monarquia? Depois, apesar dos preconceitos hoje extintos, não tem sido o Brasil a segunda pátria dos portugueses? Não vivem êles comnosco em tal comunhão de bens, e entrelaçamento de família, que se tornaria a separação dos interêsses quási impossí-

Digitized by Google

vel?» Não nos surpreendemos, em face do depoimento de Joaquim Nabuco, que Elísio de Carvalho, desancando a golpes de inteligência a agressividade insultuosa do *nativismo* e, sem temer pela autonomia moral e espiritual da sua pátria, condense numa síntese inolvidável qual a dívida do Brasil a Portugal.

«Aos portugueses devemos, digamos sem eufemismo, — salienta o Barrès brasileiro — a grandeza da terra, unida e identificada pelo sangue e pelo espírito da pátria, e a opulência da nacionalidade. Tendo conquistado esta porção oriental da América e só à custa de esfôrço, coragem e tenacidade, perseverança e trabalho constante, eles nos legaram após três séculos de sacrifícios, um Brasil grande, forte, integro e próspero. Quaisquer que fossem os seus êrros e as suas faltas, que são muitas, é absurdo negar que, com o sangue generoso e heroico, êles nos transmitiram todas as qualidades primaciais da gloriosa estirpe que deu Nun'Alvares, o Infante Henrique, Camões e Vieira. Chega, portanto, a ser vilania essa injustificável postura dos falsos nacionalistas. É preciso que voltemos a nossa consciência para a história, e que façamos justiça aos nossos avós, àqueles de quem herdámos todos os impulsos e todas as qualidades que nos tornaram aptos para realizar na América esta grande obra de renovação da raça latina. A grandeza da nossa nacionalidade tanto enaltece o patriotismo dos brazileiros como justifica o orgulho dos lusita-

Digitized by Google

nos e o sentimento do nosso remoto passado, com os seus sacrifícios e as suas virtudes, é indispensável à continuídade da nossa história e à permanencia da unidade nacional».

Se tal é a dívida do Brasil a Portugal, com desvanecimento nós, portugueses, proclamamos também a amplitude da dívida de Portugal ao Brasil. Pelo desvio da nossa actividade para os basares amolecedores do Oriente, perdemos, com a nossa natural expansão por Marrocos, — essa admirável escola de energia que, sem dúvida, foi para os homens de Quatrocentos o «Algarve d'Além». Mas no Brasil ganhámos campo e objectivo que o substituissem, sem nos deixar atolar de todo nos lamaceiros doirados de Ormuz e de Malaca. Deste modo se percebe que, mal aparecido nas scenas da história, o Brasil adquira logo cunho de individualidade própria, podendo observar-se nela, em relação a Portugal, o mesmo *processus* de diferenciação sociológica que, em relação à Espanha novi-gótica, se observa no condado portucalense, quando se destacou do bloco asturo-leonês. E certo que nós dispúnhamos de materiais já diversificados e preparados para a sua concretização numa nacionalidade autónoma. Não os possuía o Brasil. Mas possuía a fôrça poderosíssima dum meio físico que, pela sua prodigalidade, actuaria intensamente no elemento humano, que Portugal atirasse para lá. Utilizando a célebre frase de Víctor Hugo sôbre o Brasil, a propósito da morte de Ribeyrolles, manifestavam-

Digitized by Google

-se assim, fecundamente combinadas, as vantagens recíprocas duma terra virgem e duma raça antiga.

A lenda do *Caramurú*, que inspirou depois o célebre poema do Padre Santa-Rita Durão, simboliza magníficamente os desposórios do Luso de velho tronco com as sugestões do continente moço a que se transplantara. Cedo as longas disputas de D. João III com a França por causa do Brasil, a defesa das suas costas e posições contra as cubiças francesas, — o carácter religioso que semelhantes pugnas assumiram, porque, dum lado, estavam católicos, do outro o inimigo surgia no huguenote, fizeram do Brasil alguma cousa como um Portugal segundo, onde o nacionalismo da metrópole se enraizava para florescer com matizes já variados. A própria colonização, assentando sôbre o sistema nobiliário das Capitanias, punha o Brasil nascente bem fora das condições usadas em empresas congéneres. Para o Brasil ia-se para se ficar, — edificando, arroteando e povoando. Não se tratava, portanto, duma simples leva em massa de degredados. Como muito bem repara Elísio de Carvalho, «não houve um senhor de capitania que não fôsse figura da prol no metrópole». E explica o ilustre mentor do nacionalismo brasileiro: — «Basta reflectir que o rei só fazia tais mercês como galardão a serviços de monta prestados à monarquia: não seria decerto nas baixas camadas que se haviam de encontrar tipos, cuja fidelidade e cujo valor se recomendassem ao soberano, e no meio de uma côrte ilustre, onde

Digitized by Google

não faltariam pretendentes à honra e à fortuna de concessões tão vultuosas. Os homens a quem se doavam na América verdadeiros reinos, — insiste Elísio de Carvalho — não podiam ser nem foram senão das primeiras classes da população portuguesa».

Pelo que respeita a Pernambuco, Oliveira Lima, — o insigne historiador, mantem a opinião que Elísio de Carvalho nos resume e salienta. «O donatário de Pernambuco — conta-nos êle — tomou a peito corresponder à munificência régia sem desistir de pensar em aumentar os cabedais da sua casa. Cuidou, como homem prático, da expedição e seguiu no mesmo ano da doação (1534) para o magnífico domínio que a corôa lhe concedera, levando além da mulher e do cunhado, Jerónimo de Albuquerque, muitos gentishomens da sua parentela, alguns fidalgos e bons colonos. A verdadeira colonização de Pernambuco fez-se, pois, com gente nobre e gente limpa, porque o excedente da prostituïção que não apodrecera, e o pior da criminalidade que escapara à forca, mais ou menos remetidos da metrópole para ajudar a povoação da colónia, e até então aí abandonados, haviam desaparecido, aniquilados pelos selvagens, ou sumidos nas refregas de que fôra teatro a feitoria pernambucana. Certamente as remessas de degredados, — acrescenta Oliveira Lima — continuaram em escala ascendente durante todo o século XVI, sendo Pernambuco largamente favorecido com tais levas, a ponto de numa

Digitized by Google

das suas cartas a D. João III Duarte Coelho pedir pelo amor a Deus que lhe não enchessem a capitania de semelhante *peçonha:* mas não só a nobreza emigrada do reino e os honrados plebeus que a rodeavam desdenhavam alianças vergonhosas, como os criminosos tinham de mudar de vida sob a dura fiscalização do donatário, que não trepidava em usar das suas largas atribuições, como a da alçada de morte natural para os peões livres, com o fim de suster em casa a desordem. Instrumentos como as doações de D. João III, em que estavam exarados direitos absolutamente majestáticos, se perigosos nas mãos de um capitão propenso a aventuras, eram preciosos para um Duarte Coelho, espírito sério, reflectido e enérgico».

Deduz-se claramente de quanto se deixa asseverado que desde logo, nos seus lineamentos estruturais o Brasil levava a direcção superior duma nacionalidade a constituir-se. Houve como que uma transplantação de Porugal e precisamente nisso consistiu para nós a virtude primacial que o Brasil trouxe, como campo de actividade construtivo às energias da raça, ameaçadas de se perverterem sem remédio na orgia truculenta do Oriente. Graças à composição comunitária da grei portucalesa, Portugal não careceu, para se ordenar e estabilizar, de recorrer às funções coordenadoras do feudalismo, porque neste recanto da Peninsula as comunidades agrárias tinham radicado fortemente o espírito localista, de maneira que o Estado entre nós concreti-

Digitized by Google

sou-se como o necessário traço de união dessas laboriosas células de vida social, da soma das quais resultou na sua qualidade de instituïção completamentária. Ao contrário, no Brasil, incapacitado o poder central de efectuar a colonização que se impunha, resuscita sàbiamente, — e tal é a glória de D. João III, — na orgânica das Capitanias a orgânica do regimen feudal. Comenta o mestre ilustre que é Oliveira Lima: — «O feudalismo brasileiro, que, como tôdas as instituïções humanas, durou enquanto aproveitou ao progresso, facilitou a povoação de tôda a costa e, garantindo a independência dos donatários de qualquer autoridade que não fôsse imediatamente a do soberano, deu incremento ao espírito local, fortalecendo-o para repelir as invasões de estrangeiros. Êste espírito local, desenvolvendo-se mau grado a centralização dos séculos seguintes, veio a constituir um traço saliente da nossa história». Tão saliente que ninguém ignora o papel decisivo que na obra da Independência desempenharam no Brasil as Câmaras Municipais, — exactamente, como entre nós, em tanta crise da acidentada existência política de Portugal.

Por outra parte, a par dos moldes institucionais que a colonização principiava a entretecer, o apostolado dos Jesuitas imprimia ao embrião da futura pátria brasileira a unidade moral, que só a fé assegura e que é a certidão de batismo dos povos que merecem, com a independência, a dignidade suprêma da civilização. Para que em poucas palavras se

Digitized by Google

avalie da acção benéfica dos Jesuitas no Brasil, basta recordar o que deles dizia um protestante dos mais formalistas e intransigentes, Luccok, o qual não hesitava em confessar que «falando geral e desapaixonadamente, é lícito afirmar ser obra da Companhia de Jesus tudo quanto no Brasil se encontrasse engenhado e executado, havendo a prosperidade e felicidade comum declinado desde a sua dispersão». Não aludiremos ao grau de desenvolvimento a que elevaram as fazendas e as plantações, atraindo à sociabilidade dos colonos os índios arredios ou rebeldes. A defeza dos índios, para os quais alcançaram disposições de protecção pontifícia, não influindo também pouco na legislação emanada de Lisboa acêrca de tão debatida matéria, confere à gloriosa Companhia de Jesus títulos de justificado louvor, que a prendem indissolùvelmente ao nome não menos glorioso do Brasil. Depois, a morigeração dos costumes, os rudimentos de ensino humanista divulgados com a missionação e a catequese, tudo contribui bem cedo para que o Brasil reelabore com aspectos novos os valores culturais que a metrópole lhe comunica. Quando, no desenrolar do século XVII, o holandês ocupa o norte brasileiro e o tenta dominar, há um sentimento unânime de que se nutre a resistência nativa e com que se consegue, por fim, expulsar os estrangeiros. Impossibilitada a metrópole de lhe valer, como naturalmente tanto quisera, a luta do Brasil com os holandeses reveste-se dum cunho

Digitized by Google

nacionalista,—como nos expressaríamos hoje—que, na verdade, impressiona quem nela atente e medite. Tão agarrado a nós, como o nosso prolongamento e terreiro de expansão criadora, o Brasil enche já as preocupações do nosso século XVII,—século tão português, século tão alto e tão fecundo, como modesto e caluniado! Na sua entrevista célebre com o *Chevalier* de Jant, enviado de Luís XIV, D. João IV enuncia, numa intuição genial, a política do Atlântico, considerando a Índia como um encargo onerosíssimo e chamando ao Brasil, na sua linguagem pitoresca e chã de morgado alentejano, a «nossa vaca de leite». Na Côrte, e colaborando com o rei, agita-se, mexe-se, compõe memoriais, inventa recursos, sugere alvitres, o Padre António Vieira. Ainda que nascido em Lisboa, a sua meninice passara-a no Brasil, onde cingiu a roupeta de Santo Inácio. Por discutida que seja a atitude e a intervenção do Padre António Vieira em tantos problemas tocantes ao Brasil, o que ninguém imputará com acêrto e base é o carinho e o cuidado que ao admirável jesuita sempre mereceram todos os temas que de perto se entrelaçassem com as terras de Santa Cruz. Na situação desesperada em que Portugal se debatia, apertado pelas tenazes de Castela, encorpora-se então na mente de D. João IV a idéa de se transladar ao Brasil e aí fixar a séde da sua realeza, abandonando, com o fim de ganhar um auxílio efectivo da França, o trono de Portugal a seu filho, o príncipe D. Teodósio, para quem se

Digitized by Google

buscaria noiva no sangue real francês. Êste é o germen da resolução tomada cento e tantos anos depois, em situação igualmente difícil, por D. João VI e antes posta quási em prática pelo marquês de Pombal, quando da guerra com Espanha, ao firmar-se o *Pacto de família* entre as côrtes de Paris e de Madrid.

Nós nem de longe estamos esboçando a história do Brasil enquanto ligado à metrópole. Mas enumeramos aquilo que, se é a dívida do Brasil a Portugal, não deixa de ser igualmente a dívida de Portugal ao Brasil. Porque, saindo dos limites territoriais da nacionalidade, o nosso génio, transplantado à América, demonstrou aí a quanto ascendia o seu potencial de universalidade. Tudo, tirando o Brasil, na história da nossa dilatação, é arrôjo, sacrifício, não passando, contudo, ou de descobrimento marítimo, ou de transitória ocupação militar. O Brasil constitui, porém, uma *realização*. Realização tão abonatória do sentido positivo do nosso esfôrço de pequeno povo que, ao declará-lo D. João VI «Reino-Unido», não fazia mais que conceder fórmula jurídica ou legal a uma situação de facto, que vinha já, na sua magnífica evidência, desde o século XVII.

Não nos admiramos assim que no século XVIII um brasileiro, Alexandre de Gusmão, seja na corte o Escrivão da Puridade de D. João V e que D. Luís da Cunha redija uma copiosa memória acêrca das vantagens de se transferir para a América-Portuguesa o centro da monarquia. O Brasil vivia já

Digitized by Google

associado a Portugal, não como uma colónia, mas como uma parte sua em outro hemisfério. Costuma declamar-se às vezes em escritos brasileiros contra a pressão e contra os êrros da metrópole. Desforrando-nos de acusações tão levianas como ingratas, opina Oliveira Lima no seu monumental *Dom João VI no Brasil*: — «Uma das afirmações mais reproduzidas, mais exploradas e mais falsas da nossa história é sem dúvida a da antiga opressão colonial, que se diz ter sido pouco menos do que uma desalmada escravidão. O sr. João Ribeiro recompôs muito bem esta feição, suprimindo o que nela havia de desproporcionado. Seguindo êste escritor nacional, dotado de personalidade de concepções e dum critério filosófico apurado na convivência espiritual dos mestres alemães, a famosa tirania à qual esteve sujeita a possessão brasileira não foi em nada maior do que a que passou sôbre a metrópole mesma. Numa e noutra vingavam pelo menos idênticas regalias e operavam idênticas restrições. A época na Europa, posterior às descobertas e ao Renascimento, pode chamar-se de despotismo político e, na própria América do Norte, as tentativas para o seu estabelecimento por parte da mãe pátria... foram que provocaram a resistência e engendraram a separação». E Oliveira Lima adita: — «Tanta razão assistia ao Brasil para se queixar como a Portugal, e como prova de que o jugo da metrópole não era tão consumado como se pretende fazer acreditar, basta recordar o papel importante

Digitized by Google

desempenhado na vida colonial pelos senadores das câmaras, os quais às vezes até substituiam nas capitais os governadores. È de resto um axioma da história da civilização peninsular que na luta contra os fidalgos a monarquia agiu de braço dado com o povo. Os progressos do absolutismo real favoreceram o bem estar do Brasil em mais ampla medida de que o faria o sistema feudal que nos primeiros tempos retalhou o país entre os absolutismos minúsculos, mas dobradamente ferozes, dos donatários».

Em seguida, Oliveira Lima documenta-nos as suas asserções com o exemplo do Conselho Ultramarino. «No Conselho Ultramarino, — informa, — expressão a mais acabada da administração centralizada do trono, recebiam os interêsses coloniais o exame e sobretudo a proteção que tornavam indispensável os abusos dos governadores e os atentados dos agentes subalternos do poder, cometidos em sociedades ainda informes e varridas pelo sôpro das paixões mal contidas. Se no século XVIII quási se obliterou no Brasil a vida comunal, os motivos foram a descoberta das minas e a conseqüente decadência da vida agrícola criando um estado de instabilidade e de desordem, o avêsso do de equilíbrio e legalidade com que tinham podido medrar as liberdades municipais. Quando mais tarde estalaram as revoluções emancipadoras, já não era a tradição nacional que se reatava, mas sim eram ideas estrangeiras que se adoptavam».

Digitized by Google

Porque, efectivamente, a emancipação estava atingida desde que em 1818 o Brasil se viu alçado à categoria de «Reino-Unido». D. João VI, com isso, reconhecia ao Brasil a capacidade que durante perto de duzentos anos viera ganhando sucessivamente, a ponto de ingressar na assemblea das nações em igualdade de direitos aos da metrópole, — êste «velho canapé da Europa», na frase pitoresca de D. João VI, — que o gerara e engrandecera como um todo uno na imensidão dum continente afastado e selvagem. Quando a ruptura se dá, não é já uma desmembração. O Brasil separa-se apenas do soberano comum às duas partes duma mesma raça e civilização, quebrando a união que não passava de ser simplesmente pessoal.

Ainda nas incertezas do lance a que se aventurara, o Brasil podia agradecer à mãe-pátria o benefício que, em última dádiva, ela lhe dispensava: — a continuidade do Estado assegurada pelo penhor inestimável duma dinastia. Se rememorarmos as convulsões sangrentas que trágicamente alteraram a sociedade post-colonial das outras nacionalidades sul-americanas, melhor se abrange a amplitude de semelhante benefício. Mais insuspeito que nós, tornemos a ouvir Oliveira Lima: — «No meio brasileiro a monarquia realizou plenamente a sua função protectora das regalias e liberdades duma grande massa inculta e portanto incapaz... Foi assim que conseguiu na América latina, num período anárquico para quási todo o resto do continente, repre-

Digitized by Google

sentar a paz doméstica associada à liberdade. O que o cesarismo de Bolivar não logrou alcançar com a sua repugnância pelo que o senhor Blanco-Fombona chama a «tentação liberticida» alcançou-o completamente o Império de D. Pedro. A unidade do Brasil saíu magestosa da prova, comparada com o insucesso da organização duma grande nação ou confederação hispano-americana, — insucesso tanto mais sensível quanto, como muito bem diz o mesmo senhor D. Rufino Blanco-Fombona, «são as pequenas pátrias o calcanhar de Aquiles da América espanhola.»

Deixou-se o Brasil invadir por um anti-portuguesismo político e sentimental, sem ao menos reparar que o Império, como herança da formação portuguesa, o salvaguardou dos perigos dissociantes do federalismo. Só essa razão obriga os brasileiros que pensam a sério na grandeza e na supremacia do seu pais a considerar Portugal através das altas e inspiradas razões porque se guia o nacionalismo de Elísio de Carvalho. Sofreu a América indevidamente chamada «latina», — porque apenas «hispânica» é—aquilo que um notável publicista uruguaiano, Luís Alberto de Herrera, discorrendo acêrca da Revolução Francesa e da sua influência no Novo-Mundo, com raro acêrto designou de «plagiato pernicioso». A sugestão inflamada das ideologias do Oitenta-novismo desencandeou na América-Hispânica uma verdadeira tempestade de sangue, excepto no Brasil, pelo refúgio que êle encontrou na

Digitized by Google

monarquia constitucional, segundo o citado autor. Mas se o Brasil escapou às violências desagregadoras derivadas dêsse «plagiato pernicioso», não poude, talvez pelas condições pacíficas do seu rompimento, evitar durante o século findo a desnaturação do vínculo tradicional que intimamente o ligava a nós. A culpa, reconheçamo-lo, não era sua ùnicamente. Era de Portugal também, desorganizado pelo romantismo político e olvidado completamente das direcções superiores da sua história. Apercebe-se emfim o Brasil da sua posição excepcional num continente reservado para amplos destinos e, ao elaborar a sua doutrina nacionalista, busca-lhe a genealogia no passado e no génio da raça lusitana. Êste alvorecer do nacionalismo brasileiro coincide com o desenvolvimento do nacionalismo português e com a sua repercussão na idea orgânica do *hispanismo*, como síntese dos diversos nacionalismos gerados pela civilização que, saída da Península Ibérica, envolveu o Atlântico e foi florescer na América, de mar a mar, como uma promessa de milagre. Praticando o seu exame de consciência patriótica, o nacionalismo brasileiro acha-se assim enlaçado ao nacionalismo português e colaborador com êle nos trabalhos comuns do «*hispanismo*».

Se o nacionalismo português ajuda o nacionalismo brasileiro no reconhecimento do papel que a êste pertence na elevação do Brasil a potência mundial, — e só o conseguirá desde que participe da ardorosa tarefa de ronovar a «civilização

Digitized by Google

hispânica» e contribuir para a admirável política do Atlântico «*mare nostrum*»! — o nacionalismo brasileiro, sumariando e depurando as causas positivas que deram ao Brasil a posse duma nacionalidade, reforça-nos a nós, nacionalistas portugueses, na confiança e na defesa das instituições que nos conformaram e abriram lugar respeitoso no concílio dos povos. Se a dívida do Brasil a Portugal consiste em lhe agradecer o nascimento e a maioridade sasonada, a dívida de Portugal ao Brasil, no momento doloroso que se atravessa, consiste, sobretudo, em se verificar no desenvolvimento da grandiosa pátria americana a acção fecunda das duas disciplinas tradicionais, — a Igreja e a Realeza, que tão ingratamente repudiámos e caluniámos. Como o nacionalismo, para não se perder no acaso dos tumultos da rua ou das improvissões salivosas do *Forum*, carece de ser principalmente uma *doutrina*, sabem-se e justificam-se as conclusões contra-revolucionárias do nacionalismo português. Somos pela Monarquia. Somos pela Igreja. É forçoso ao Brasil ser pela Monarquia? Respondo eu mesmo à pregunta com aquelas sensatas palavras de Charles Maurras no seu expressivo prefácio ao livro de Marius André, *La fin de l'empire espagnol d'Amérique*: — «*Je ne viens pas prêcher la monarchie à l'Amérique... Monarchie, République, ne sont que des moyens, comme la liberté ou l'autorité. Chacun vaut ce qu'il vaut pour donner aux peuples l'ordre, le progrés, la justice, la prospérité et la paix. Il y*

Digitized by Google

a des pays oú la république est une nécessité nationale. Il y en a d'autres oú, comme l'a observé notre Renan, ce mot est synonyme «d'un certain développement démocratique malsain» et y signifie un eucouragement, une excitation à l'anarchie. Dans ces derniers pays la monarchie est autochtone. Elle y a longtemps assuré la sécurité, la force, l'influence et l'honneur...» Se, inversamente, o sistema republicano é autóctone na América (não esquecer, no entanto, o persuasivo livro de Eduardo Prado, *A ilusão americana!)*, isso não impede que a América se liberte do «plagiato pernicioso», expelindo inteiramente das suas engrenagens governativas o morbo democrático. Tão pouco êle satisfaz as exigências do meio e corresponde à realidade da situação, que nós vemos ali constantemente esfarrapada a ficção legalista pelo «*caudilhismo*». «*El caudillo ó cacique impera; y sobre el cacique, a menudo, el rabula, el charlatân, á quien el intonso jefe admira, y el pueblo, analfabeto, aplaude*». Eis a fotografia que nos oferece Blanco-Fombona das democracias americanas.

Claro que o Brasil se exceptua. E exceptua-se pelas características que o Império lhe imprimiu: — a *unidade* na *variedade*, a *concentração* na *descentralização*. «O Brasil imperial, — depõe a observação avisada de Oliveira Lima — foi, em grande parte, com o seu soberano constitucional, a sua dinastia de aclamação popular, o seu Senado vitalício que serviu de escala aos homens de Govêrno

Digitized by Google

do país, e com o seu espírito de administração, conservador e liberal a um tempo, a sábia realização das ideas de Bolivar. Estas ideas democráticas eram mais difíceis de realizar no seu meio falsamente democrático e dada a repúgnância pessoal do grande Homem em se revestir das roupagens e dos atributos de *imperator*». Ajunta ainda Oliveira Lima: — «Acrescenta-se que ao perpetuar-se no trono a dinastia tradicional, representante do passado português, mas cujo herdeiro se identificou com os novos destinos do país e até se fez agente decisivo da sua independência, não só se substraía a corôa no Brasil ao conflito das ambições, como se dotava também a tradição nacional com um vigor e um realce únicos, comparado com o que sucedia nos países do Novo-Mundo espanhol. As revoluções de que o Brasil se viu teatro durante o primeiro reinado e a Regencia foram por isso mais representativas de ideas, não obstante traduzirem-se em paixões, do que da ambição do mando. Por estes motivos pode dizer-se que a monarquia brasileira foi no século XIX o regimen político verdadeiramente adequado ao *status social* da América latina».

Que concluir de todo o exposto? Concluimos que se a Monarquia não é autóctone na América, não o é também a democracia, tomada no seu significado de «plagiato pernicioso», que o uruguaiano Luís Alberto de Herrera lhe confere. Cumpre, pois, aos Estados hispano-americanos pelo presidencia-

Digitized by Google

lismo e pela constituição duma segunda Câmara, recrutada na representação moral e social, corrigir a tara democrática que os infama e que lhes perturba o funcionamento regular das suas instituïções. O Brasil, corrigindo a herança que recebeu do Império, terá um modêlo a imitar e a aperfeiçoar. E assim se entenderá, debaixo de tal aspecto, que se o *nacionalismo brasileiro* não é monárquico, como o nacionalismo português, carece de ser, pelo menos, abertamente *contra-revolucionário*.

Contra-revolucionário em política, tenderá a rectificar as lutas dos partidos que enfraquecem a acção directora do Estado, proibindo-lhe todo e qualquer objectivo de expansão e de hegemonia exterior. Como o Brasil se dirige pela aspiração legítima de se afirmar potência mundial (vidé os trabalhos e estudos de Elísio de Carvalho), de certo que o não obseca a miragem dum imperialismo, montado apenas no jôgo das fôrças materiais. A defesa do tipo de civilização em que o Brasil se insere e que tão nobremente enriqueceu, condu-lo, sobretudo, para um campo de natureza espiritual. Contra o bloco anglo-norte-americano, instalado no Atlântico, o bloco das nacionalidades hispânicas tarde ou cedo se constituirá, se o desejo de viver as anima e se deseja que se acerque a hora de se libertarem da tutela de Washington.

Eis, a traços sucintos, em que se condensa a «grande obra de renovação latina» que o nacionalismo brasileiro apetece para o seu país. Ora ainda

Digitized by Google

aí êle precisa de assumir a atitude contra-revolucionária. Porque «raça latina» supõe «Latinidade», — e a Latinidade não é mais que o Catolicismo, — o Catolicismo que amamentou a Europa e insuflou à América o hálito divino da existência!

A documentá-lo, pondera Charles Maurras: — «*Peuples latins, peuples catholiques, dit l'histoire, exception faite pour la lointaine Roumanie. Qui est-ce qui a opté pour Léon X contre Luther? Est-ce la Saxe, est-ce le Brandebourg, est-ce l'Angleterre? Non: les peuples latins. Comment la Belgique en partie néerlandaise, s'est-elle separée de la Hollande pour affirmer son âme, sa foi et sa nationalité? Par sa fidelité au catholicisme...*». E Maurras esclarece: — «*C'est à ce point de vue de fait que je me place pour demander par quelle abstraction monstrueuse on peut dissocier l'histoire des nations d'avec l'histoire de l'organisation religieuse née sous l'enseigne de Rome et qu'ils ont si fidèlement défendue contre les infiltrations et les assauts étrangers*». Não só por lei expressa do seu condicionalismo moral e histórico o Brasil se emoldura no quadro geral da Cristandade, como, quando, ao inflamar-se em zelos renovadores do Latinismo, é para a Igreja Católica que êle apela, — pátria comum de todas as inteligências e de todas as sociedades que amam a ordem, como fundamento primacial da civilização. De resto, é um encargo de espírito que vem dos alvores da nação brasileira, — alvores que despontaram na

Digitized by Google

hora em que, sôbre uma praia enigmática, a Missa se resou, entre o mar e a selva, no ofertório a Deus de mais um povo que ia nascer à sombra da Espada e da Cruz.

Restauradores das admiráveis responsabilidades do seu passado, o Brasil e Portugal acordam desta forma para o ressurgimento do conceito perdido de Cristandade. Não há nacionalismo nenhum que se confine e seque na sua contemplação narcisista. Como desfecho lógico, tende a ampliar-se e a fixar-se numa expressão mais humana e mais duradoura de universalismo. Adversários, tanto Portugal como o Brasil, do cosmopolitismo ideológico da Revolução, o universalismo que a ambos se impõe é o da Contra-Revolução. Estendamos as mãos por cima do Oceano, — e a Lusitanidade, emancipada dos mitos ignóbeis que a prostituiram, há-de sorrir de novo com a frescura singela e doce daquelas rosas que os marinheiros do Senhor Infante chamaram «rosas de Santa-Maria», ao colhê-las, enternecidos, para lá do Bojador!

1923.

Digitized by Google

Digitized by Google

AS IDÉAS DE DUGUIT

Digitized by Google

Digitized by Google

AS IDÉAS DE DUGUIT

Numa hora em que se encontram em completa revisão as noções de «Direito» e de «Estado», que tinhamos como fundamentais, não parecerá de certo tema fora de interêsse um exame ligeiro às idéas do célebre professor da Universidade de Bordeus, Monsieur Léon Duguit. Visitou Mr. Duguit últimamente Lisboa, conferindo-lhe «borla» de doutor a *Faculdade de Direito*, instalada ali ao Campo de Sant'Ana, com vários subalternos dos barões da Finança por emproados e anafados catedráticos. Foi o professor e tratadista francês recebido, desde a imprensa da Moagem à clorótica ciência-oficial, como um astro do pensamento contemporâneo,— daquêle pensamento que o senhor Augusto de Castro, director do *Diário de Notícias*, costuma conviver nas suas freqüentes idas ao estrangeiro. Ora mais devagar, excelentíssimos burocratas do Adormecimento-intelectual do País, para quem as glórias de latão e gêsso valem como ouro de pura lei!

Ninguém nega a Mr. Duguit qualidades de espírito apreciáveis e até mesmo distintas. A sua obra exerceu uma acção profundamente renovadora no campo dos diversos mitos de que há cem anos as ciências jurídicas infatigàvelmente se nutrem. Mas, se essa obra é, dentro de limites, de renovação,

Digitized by Google

não é, de modo nenhum, nem uma obra original, nem uma obra criadora. Numa época, como a nossa, em que a necessidade constructiva nos exige certezas e dados firmes em que nos apoiarmos para mais fortemente resistirmos à crise mental e social, aberta pela falência de quanto ideològicamente se herdou do século findo, — numa época, repito, como a nossa, carece-se de se ir mais adiante do que Mr. Duguit foi, — não basta apenas crítica, exige-se-nos esfôrço de maior monta e amplitude.

Claro que as inteligências perturbadas pelos inúteis kantismos em que se emaranham, como numa selva escura, tanto o conceito de «Direito» como o conceito de «Estado» aproveitaram largamente os caminhos, rasgados com notável desembaraço pelo professor Duguit. Assim, como ponto de partida, não se excusará à obra do professor Duguit o valor excitante que ela possui. De resto, chefe da chamada «escola realista», — eis como adjectivam a corrente a que Mr. Duguit preside os que amam as classificações e as nomenclaturas, — Mr. Duguit estruturalmente não fez mais que glosar e desenvolver, concentrando-o na esfera da sua especialidade, o pensamento de Augusto Comte sôbre a insubsistência dos dogmas políticos, saídos do individualismo de 89.

Com efeito, a Mr. Duguit deve-se a excepcional coragem de haver expulsado das suas lições e dos seus livros a ficção arcaica da «soberania nacional», — fantasma lírico-explosivo, que enfeitiçou diabòlicamente a nossa pobre civilização europeia. Res-

Digitized by Google

tringindo-se a um critério exclusivamente objectivo, Mr. Duguit iniciou desta forma a reacção contra as velhas concepções românticas, fixadas, como em textos sagrados, no tipo das Constituições escritas. Para êle, — para o arguto professor e tratadista francês, nos Estados, dêm-lhe as voltas que lhe derem, invoquem-se as razões que se invocarem, só houve e só haverá «governantes» e «governados», acrescentando em seguida que os actos dos *governantes* são obrigatórios para os *governados*, independentemente da aceitação dos segundos, logo que os referidos actos correspondam às necessidades colectivas e à natureza própria do Poder. Tais são os fundamentos das teorias do Mr. Duguit.

Contribui sensivelmente semelhante doutrina para a restauração no ensino jurídico de duas idéas essenciais: — a do *objecto* do direito e a da *função* do direito. Mas no seu pretenso realismo Mr. Duguit, ou não poude abranger inteiramente tôda a verdade do problema, ou não se animou a procurar-lhe o sentido exacto. Envolvendo na mesma excomunhão os princípios inaugurados pela Revolução-Francesa e aquêles em que assentava a sociedade tradicional, Mr. Léon Duguit recusa-se a admitir a existência dum *direito soberano:*—o direito que a boa ortodoxia democrática confere aos representantes da «vontade popular», engendrando a incapacidade despótica dos Parlamentos, equivale para Mr. Duguit ao direito das antigas monarquias, em que o Estado se considerava bem patrimonial do monarca. Não analizare-

Digitized by Google

mos agora o que, debaixo do aspecto histórico, as doutrinas de Mr. Duguit nos oferecem de erróneo, pelo que respeita à equivalência apontada. Mas insistimos na sua afirmação central: — *não existe um direito à soberania*, porque não existe o direito de uns governarem os outros. O que existe, como mero estado de facto, são indivíduos que, por circunstâncias ocasionais, dispõem do poder material de governarem e de se fazerem obedecer. «Anarquista da cátedra», foi como alguém já apelidou Duguit. Por certo que não é injúria demasiada...

Mas Mr. Duguit adita: — não havendo um direito a governar, é necessário, em todo o caso, que os actos dos governantes sejam «jurídicos». Para tanto basta, sem que com isso lhes conquiste nenhuma espécie de direito, que os *governantes* procedam para com os *governados* segundo a *lei da solidariedade*, — alicerce e fonte para Mr. Duguit de toda a regra de direito. Observa um comentador: — «*Voilá donc des personnes qui exercent légitimement un pouvoir, que nul autre qu'eux ne posséde, et qui cependant agissent* sans droit!»

Tocámos na debilidade das doutrinas de Mr. Duguit, — debilidade assustadora, se não fôsse tão característica do superficialismo gaulês. Mr. Duguit na parte crítica da sua obra reconhecera a condição *social* do homem, contra o individualismo nato das instituïções copuladas pelo vento da Enciclopédia. Por ai parecia o catedrático de Bordeus aproximar-se dos olvidados mestres do «direito natural», — não

Digitized by Google

do «direito-natural», com razão no *indivíduo* defendido e articulado pelos avós protestantes de Jean-Jacques e da Revolução, mas do «direito-natural» que, baseado na «comunidade», desde S. Tomás até aos doutores seiscentistas da Restauração, tamanho éco encontrou na Europa universitária e culta. Sucede, porém, que a *sociabilidade* atribuida por Duguit ao homem reduz-se, no final de tudo, a uma estreita e magra manifestação de «solidariedade», — da solidariedade com que se alimenta o anémico sistema do professor bordelês.

Pondera Mr. Duguit no seu livro difundidíssimo, — *Les transformations du droit public:* — «*On a compris que l'homme ne peut avoir les droits individuels parce qu'il est par nature un être social, que l'homme individuel est une pure création de l'esprit, que la notion de droit suppose la vie sociale, et que si l'homme a des droits il ne peut les tirer que du milieu social et non les lui imposer*». Aqui se denuncia a fraqueza irremediável das teorias de Mr. Duguit, tão papagueadas pelos Mandarins da ciência-oficial. A «solidariedade» ou «interdependência social», que o catedrático de Bordeus reclama para raiz da sua doutrina, é, como nota um crítico, «uma espécie de imperativo categórico independente da ordem objectiva dos sêres e das coisas». O professor Hauriou, — outro «inovador» célebre no âmbito das superstições jurídicas! — acusa Duguit, e com visão certeira, de não distinguir a ordem da desordem, — o lícito do ilícito. Porque, — acentúe-

Digitized by Google

se,—a «solidariedade», invocada pelo tratadista em questão, envolve o repúdio terminante do direito, como inerente á personalidade humana, — como seu atributo inseparável e inalienável. E para reforçar essa enormidade, — eixo de toda a sua desconjuntada e abstrusa concepção, — Mr. Duguit apresenta-nos um exemplo que considera típico e decisivo, — o de Robinson Crusoé na sua ilha. Sustenta Mr. Duguit que o personagem de Daniel de Foë não tem direitos, porque não vive em sociedade. Donde, — anota Louis Bourgés no seu excelente *Le romantisme juridique*, — o inferir-se que tudo o que Robinson pratica, pratica-o sem direito, ilegitimamente. O que há de grosseiro e de absurdamente negativo nas teorias de Mr. Duguit aparece-nos bem à vista. Surgindo como impregnado da ortodoxia jurídica da Revolução, em que, ao menos, a liberdade e a vontade, embora como simples expressões metafísicas, se consignam na qualidade de direitos absolutos, para cuja garantia a lei se vota e se cumpre, Mr. Duguit não admite nem *direitos públicos*, nem *direitos privados*, — sòmente admite uma diferença, a diferença entre os actos praticados, conforme êles se originem, ou nos governados, ou nos governantes. De sorte que, se, em harmonia com Mr. Duguit, ùnicamente existem *factos*, — e o direito, saído dos factos, só em colectividade se produz, é justo concluir-se com Louis Bourgés que se alguém desembarcasse na ilha de Robinson, podia apossar-se da cabana, das plantações e mais

Digitized by Google

bens do solitário, porque Robinson os possuía sem direito, pois os adquirira fora de tôda a solidariedade social. O ladrão não seria ladrão, porque Robinson, indivíduo tão sòmente, por não existir direito formal ou positivo na sua ilha, não possuía nenhum direito natural sôbre o fruto do seu trabalho.

Não é nosso fim opôr às teorias de Mr. Duguit as teorias que naturalmente o nosso espírito perfilha e defende. Com o amparo dum expositor fiel, como é o estudo citado de Louis Bourgés, — estudo que aconselhamos aos alunos de Direito, — esboçamos uma pequena síntese das ideas propagadas pelo catedrático bordelês através duma bibliografia já considerável. Assinalamos de novo a influência de Duguit no desmantelo crescente das ficções e utopias constitucionalistas. A sua acção sob êsse aspecto é comparável à de Bergson, apurando na esfera da filosofia pròpriamente dita a sua rara penetração psicológica contra o racionalismo. Quando, porém, Mr. Duguit procura substituir o que destrói, — isto é, construir, o desastre culmina-se nas proporções apontadas!

Barbaria de pensamento, demissão total da Inteligência, tais são os traços predominantes das soluções com que Mr. Duguit banqueteia, numa evidente mistificação ou numa assustadora incapacidade de raciocínio, a plebe de doutores e pedagôgos que andam por êsse mundo àlém a entortar o claro entendimento da mocidade. Passeando-se de cátedra em cátedra como o verbe feito carne do

Digitized by Google

Direito, tocou-nos agora a honra de recebermos Mr. Duguit. Desde os professores da Faculdade do Campo de Sant'Ana, trapaceando umas mal digeridas leituras nas horas que lhes deixam livres seus amos e senhores, — os barões da rua dos Capelistas, — até àquêle escritório de Importações & Exportações que gira sob a firma «Augusto de Castro», o incenso subiu em espirais grossas, o logar-comum escovou-se e engomou-se, mobilizando a pasmaceira indígena para ouvir da bôca do professor de Bordeus quaisquer generalizações de publicista sem vôo, nazalizadas, porém, com a lentidão dum arcano profundo.

Ora é tempo de sacudirmos admirações deprimentes e curvaturas que nada nos dignificam! Reponham-se os valores, tanto nacionais como estrangeiros, no seu exato significado, promovendo-se um esfôrço de sincera e desanuviada cultura. Não apedrejamos com isto Mr. Léon Duguit. Só o restituimos à moldura que lhe é própria. De resto, porque culpa-lo? Culpemos antes os analfabetos que *sabem ler* e que, por acidentes da fortuna, são até às vezes catedráticos duma Universidade. No fundo, bom *blagueur*, Mr. Duguit rir-se-ía. Professor de Direito, ninguém, como o mestre de Bordeus, nega o direito. A cena do seu doutoramento seria, pois, para êle, — como foi para nós, — um divertido episódio de Carnaval académico!

1923.

Digitized by Google

NOS ÁTRIOS DA CIDADE-NOVA

Digitized by Google

Digitized by Google

NOS ÁTRIOS DA CIDADE-NOVA

Não seria difícil, a um espírito interessado na marcha dos vários problêmas europeus, prever, se não adivinhar, a aproximação espano-italiana. Para que ela se efectuasse só faltava que em Espanha se constituisse dentro das esferas superiores do Estado a mesma visão clara e decisiva que ao Estado em Itália levara a energia heroica de Mussolini. Sem irreductibilidade de conciliação difícil, antes, como países mediterrâneos, naturalmente conduzidos a uma acção paralela e concorde, a Itália e a Espanha tendiam, pelas leis tanto da história como da geografia, a um entendimento que só a fraqueza governativa no interior e a ausência de visão ampla no exterior até agora tinham impedido.

O ascenso ao poder, inesperado e feliz, do general Primo de Rivera facilitou à nação irmã a entrada naquele caminho, em que já a Itália ingressára pela mão resoluta de Mussolini. Não bastava, na verdade, para povos possuidores duma tão grande repercussão mundial, obter-se, como mira exclusiva das inquietações patrióticas, a ordem nas ruas, a liberdade perante as urnas e o equilíbrio das finanças! Para mais longe se devia olhar, — para além,

Digitized by Google

e muito para além, da miopía burgueza dos ministérios saídos das constituïções românticas do século findo. Conjugadas depressa por um abraço fraternal, tão pronto no Estado houve *memória* e *consciência*, — faculdades que a paranoia liberalista exclúi por completo, — a Itália e a Espanha entenderam desde logo que o perfeito exercício das suas respectivas soberanias políticas era intimamente condicionado pela influência, maior ou menor, em que as visse projectadas na parte ocidental do Mediterrâneo.

Apressa-se a imprensa, inspirada pelos gabinetes de Madrid e de Roma, a declarar que não existem propósitos agressivos, nem da Espanha nem da Itália, na sua já resoante aproximação, para com a França ou para com a Inglaterra, — tão directamente instaladas no desfruto do velho mar da cultura clássica. Piamente acreditamos que não existem propósitos agressivos. O que existem — e honra seja feita a Mussolini e a Primo de Rivera! — são intuitos *defensivos*. E isto porque, prosseguindo no seu irridentísmo, a Itália é hoje, mais do que nunca, uma potência em posição francamente contrária à posição assumida no Meditetrâneo pelo imperialismo francês e pelo navalismo britânico. Ao seu lado, com a França apanhando-lhe o melhor quinhão de Marrocos, onde reside, sem dúvida uma das bases militares e económicas da independência da Península, e a Inglaterra impedindo-lhe, num caso de extrema necessidade, pela retenção de Gibraltar, a

Digitized by Google

junção das duas fracções da sua esquadra (Ferrol e Cartagena), a Espanha, sem o concurso solidário da Itália, não saíria jámais, debaixo do ponto de vista internacional, da subalternidade humilhante em que se sepultou a partir de Westfália, principalmente. Sem o apoio da Espanha, também à Itália não se tornava possível enfrentar as fôrças adversas à lógica e legítima expansão do seu nacionalismo, depois que a guerra última desfizera as habeis combinações de Crispi, — o futuro dirá se as mais conducentes á finalidade superior da raça italiana, descontada, claro, a hipótese da aliança com a Espanha então inverosimil, sobretudo após o insucesso do Rei Amadeu.

Acontece ainda que os sérios problemas da Tunisia, pelo que respeita à Itália, e da preponderância numérica da população espanhola em Orão, no que toca à nação vizinha, obrigam a pensar num choque violento, mais ou menos distante, mas inevitável, — choque para que ambos os países, unidos hoje por uma súbita e iluminada compreensão dos seus destinos históricos, preparam de antemão a vitória, concertando-se prudentemente para as eventualidades futuras.

Mas no tema dominante da aproximação espano-italiana, selada pela visita dos Reis-Católicos à Roma dos loureiros solenes, acima das razões circunscritas de qualquer comentário de jornalismo quotidiano, um facto sobrepuja e se contorna, — e é êle o comó que consórcio místico, (consinta-se a

Digitized by Google

expressão) das duas afirmações contra-revolucionárias até ao momento actual verificadas na Europa Ocidental. «*Sois o apóstolo da campanha dirigida contra a obra de dissolução e de anarquia que se estava iniciando na Europa*», — eis como Primo de Rivera saúda Mussolini. Eis, por sua vez, como o *doge* do *Fascismo* responde a Primo de Rivera: — «*Quando recebemos notícias do vosso movimento, pensamos logo, que, embora fôsse diverso o método, o objectivo podia considerar-se idêntico: libertar as fôrças vitais do país da tirania nefasta de doutrinas políticas antiquadas*». E, rápido, acentuando bem o que o *Fascismo* tem de próprio, — de *italiano*, e o que tem de *humano* e de *universal*, Mussolini acrescentou: — «*O fascismo é um fenómeno tipicamente italiano, mas alguns dos seus fundamentos são universais, porque muitas provas sofreram e sofrem as degenerescências dos sistemas democráticos e liberais. O amôr à disciplina, o culto da beleza, a fôrça, o valor, a responsabilidade, o desprezo ao logar comum, o gosto das realidades, o amôr ao povo sem adulações: êstes pontos basilares da revolução fascista podem servir também para os demais países*».

Servem, efectivamente, — e sem se entrar em extensas enunciações doutrinárias, justificam pelo *facto* a campanha intelectual que, em França, Maurras chefia e em Portugal, desde 1914, o *Integralismo* comanda. O que faltava, porém às situações criadas na Europa Meridional pela intervenção

Digitized by Google

intrépida de Mussolini e de Primo de Rivera era êsse sentimento de solidariedade que torna a estabilização do seu triunfo num acontecimento, mais que nacional, porque é europeu. Falido sem remédio o tipo de Estado que a Revolução-Francesa engendrou e a que Napoleão conferiu atributos jurídicos, duas experiências se opõem hoje no combalido tablado político do nosso pobre continente: — a experiência de Lenine e a experiência de Mussolini, repetida com energia pela espada gentil do marquês de Estella. Isto é, ao maximalismo oriental, — espectro gelado da Ásia avançando à conquista das sociedades cristãs do Ocidente, responde, firme e a tempo, o maximalismo do mundo ocidental. Não dirá agora Oswald Spengler que o ocidente entrou em decadência irremediável.

Ora o pacto de Roma, — porque dum pacto tácito entre os dois ditadores se deve capitular o seu significativo encontro, — marca o introito da Era-Nova, — da Era ansiada por quantos, no alastrar das babilónias modernas, metalizadas até à medula, temiam ver sumir-se para sempre o sorriso divino da Civilização. Portadoras no seu passado dum conceito de existência, que só se efectivou pela *universalidade*, desde a Roma dos Cesares até à difusão do Catolicismo como causa própria, a Itália e a Espanha reunem-se, por um milagre imprevisto da história, na aspiração crepitante dum mesmo anhelo ecuménico: — o fim da Revolução. Compreende-se assim que no seu laconismo avi-

Digitized by Google

sado o *Times* comente: — «*Ao reunir-se o marquês de Estella com o senhor Mussolini reunem-se dois homens que estão realizando uma experiência política interessantíssima*». Mas muito mais que os indícios favoráveis dos homens, são os sinais evidentes da complacência de Deus!

Não aproveitara à Itália a vitória de há cinco anos, — cada vez rolando mais no declive inglório para onde a farça liberalista a empurrava. Surgiu Mussolini, — e verificou-se que a alma centenária da nação se mantinha incorrupta. Outro tanto sucedia com a Espanha, incapacitada de utilizar os benefícios que uma neutralidade casual, durante a guerra, lhe proporcionára com ampla mão generosa. Atrás do apêlo de Primo de Rivera, o espírito público acorda, — e tão intensamente que a Espanha, sem política externa, hesitando ao sabor dos ventos internacionais, se transforma de súbito em potência mediterrânea concretizando os seus desígnios com singela e nobre decisão. Meditem no caso os Povos e os Reis!

Mas não é só a Itália que se levanta, — não é só a Espanha que desperta! Levanta-se com ambas, desperta com as duas, o conceito perdido da Cristandade. Desde Quinhentos que um monarca católico não pisava os mosaicos de San-Pedro com a tocante fidelidade do monarca espanhol. E, por uma impressionante coïncidência, se o Papado politicamente se submergia em Westfália nos desastres que então arrancaram à Espanha o que lhe

Digitized by Google

restava do seu predomínio na Europa, é com a Espanha ressuscitando para inéditas e esplendorosas rotas, em que cintila o sentido ancestral da Cruzada, que o Papado regressa ao seu papel de medianeiro das pátrias e de admoestador dos governantes. Essa espécie de interdição moral que até agora impossibilitava um chefe de Estado católico de ajoelhar como filho diante do Vigário de Cristo, tributo rendido aos falsos ídolos do Regalismo e da Enciclopédia, morreu definitivamente, — não é senão um espectro risível, afundando-se na sombra. Coube ao Rei de Espanha desbarata-lo de vez. E se o reino de S. Fernando se cobre assim de loiros imarcessiveis, pertence-lhe também a glória de ter ajudado o Quirinal a encurtar a distância que o separa do Vaticano...

*
* *

Ajoelhados, pois, nos átrios da Cidade-Nova, bendigamos a Deus por havermos nascido na singular época de renascimento, a que, entre tumultos de catástrofe, assistimos na Europa! A vil judaízação das sociedades ocidentais, por meio das doutrinas económicas do Liberalismo, atinge o seu derradeiro estrebucho, no esboroar do edifício burguês, a que Lenine deitou fogo, encarnando a justiça cega das fôrças naturais desencadeadas. Mas o Ocidente, com o seu claro sorriso, decide-se ao

Digitized by Google

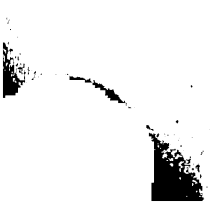
triunfo, — e como um príncipe dormido dos velhos contos, irrompendo pela selva escura em que jazia prisioneiro, desembruxa-a galhardamente dos mitos ignobeis que a povoaram. Ao erguer-se sôbre o Calvário o lenho deicida, não foi debalde que, voltando as costas para a renegada Jerusalém, Jesus fixou o seu divino rosto na direcção do ponto misterioso em que o sol descai e desaparece, por fim. Desde então nunca mais seria certa a invocação dos gnósticos: — «*Ex Oriente lux!*» Do Ocidente a luz resplandeceria, por cima dos continentes selváticos e dos oceanos virgens. Um crepúsculo veiu, pesado e longo. Ei-lo vencido, porém. As nascentes rebentam em Roma, com os loureiros florescendo debaixo do sinal augustíssimo da Cruz. São os pórticos da Cidade-Nova que se escancaram à procissão dos séculos futuros. Louvemos o nome do Senhor para que êle nos faça dignos de vivermos êste advento de maravilhosa anunciação!

1924.

Digitized by Google

TEÓFILO BRAGA

Digitized by Google



Digitized by Google

TEÓFILO BRAGA

A morte de Teófilo Braga merece algumas considerações. Se o valor da sua obra estivesse na proporção da sua bibliografia, sem dúvida que o falecimento de Teófilo Braga teria deixado em Portugal um vácuo profundo, — um vazio irreparável. Ninguém nega a Teófilo Braga a sua actividade, — a sua incessante labuta. Mas a vida passou-a deitando areia para o mar, numa faina igual ao castigo mitológico das Danaides. Ninguém lhe lia já hoje meia dúzia de páginas. Os que, porventura, lhas lessem, careciam logo de se acautelar, não só contra o sectarismo violento de Teófilo Braga, mas ainda contra a sua pouca fidelidade às fontes e aos documentos de que se servía.

Se Teófilo Braga, pelo seu radicalismo faccioso e arcaico, não fôsse um símbolo, decerto que baixaria á sepultura no meio da mais completa indiferença. É duro escrever-se assim dum morto, com as suas cinzas ainda quentes. Mas a justiça manda que, sem entrarmos na apreciação do homem, sejamos inexoráveis com o escritor! De resto, o descrédito intelectual de Teófilo passara já à categoria de lugar comum. O brasileiro Sílvio Romero depena-

Digitized by Google

ra-lhe implacàvelmente a suposta plumagem científica num livro que ninguém em Portugal desconhece. O prof. Ricardo Jorge deixou-o a escorrer sangue numa brochura divulgadíssima. E, solicitando-lhe uma revista alemã, cujo nome nêste momento me não ocorre, um estudo sintético sôbre a literatura portuguesa, só lho publicou, depois de revisto e joeirado por D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos. Quero eu dizer com isto que Teófilo Braga era um imbecil ou um simples grafómano? Fóra de mim semelhante idéa!

Sem dispôr de qualidades mentais brilhantes, Teófilo Braga, pela natureza dos estudos a que se dedicou entre nós primeiro do que ninguém, estava destinado pelas circunstâncias a ser o nosso Menéndez y Pelayo. Mas a Teófilo Braga deformava-o, estruturalmente, um furioso e dogmático jacobinismo. Inverteu, por completo, a visão da nossa história, tomando posições de hostilidade sistemática contra a Igreja e contra a Realeza, — as duas grandes disciplinas sociais que geraram e tornaram possível a gloriosa pátria portuguesa. Nada, pois, mais anti-nacional do que a obra de Teófilo Braga!

Intitulando-se discípulo de Augusto Comte, até a própria essência do Positivismo corrompeu. Claro que a filosofia de Comte não nos interessa a nós, os que olhamos para mais alto e para bem mais longe. Ela é um dos aspectos da depressão insanável dos espíritos a que o agnosticismo e o relativismo podem levar. Contudo, nos ensinamentos críticos

Digitized by Google

de Comte há princípios que contribuiram eficazmente para a reconstrução autoritária em que se empenha o pensamento contemporâneo. Charles Maurras, — o teórico aclamadíssimo da Monarquia, é um descendente confesso de Comte, e não se ignoram as repulsas ásperas que a Comte arrancaram a Revolução-Francesa, o Liberalismo, o mito da Soberania-Popular e os abusos financeiros do que Comte chamava a «Bancocracia».

Também Comte se inclinava diante do papel civilizador da Igreja, aplaudindo a acção temporal do Pontificado durante a Idade-Média, e não escusava os seus elogios de reverente admiração à Companhia de Jesus, chegando mesmo a propôr aos Jesuitas uma aliança, em face dos perigos que já então ameaçavam a civilização ocidental.

Recebendo de Comte o que de pior havia na sua doutrina, Teófilo Braga transmitiu-lhe a sua avariose política. Mesmo dentro dêste aspecto, Teófilo Braga exerceu os seus processos inevitáveis de desordenador das idéas dos outros. Por mal? Seguramente que não! Teófilo Braga sofria, decerto, de qualquer obliqüidade cerebral que, por desgraça, feriu de esterilidade tôda a sua existência longa de trabalhador. Tipo perfeito do «sábio» que esquematiza as suas paixões, para as definir depois como conceitos, a obra de Teófilo ascende a mais de cem volumes. Que se aproveitou dela? Nem os materiais carreados — que os carreou afanosamente! —,

Digitized by Google

porque é mister indispensável, para quem os utilize, verificar-lhes a autenticidade e a procedência.

Some-se, assim, em pleno desamor dos que em Portugal se esforçam por volver às nascentes históricas da *lusitanidade*, quem como Teófilo Braga se apresentou na feira das letras defendendo, contra as opiniões de Alexandre Herculano, a anterioridade em Portugal da Nação ao Estado, ou seja a absoluta identidade dos «portugaleses» da Reconquista com os lusitanos de Viriato. Mas o «lusitanismo» de Teófilo Braga, além de documentado em fantasiosos alicerces, levava consigo o propósito de introduzir, na nossa história, como germen activo da pátria portuguesa, o preconceito «povo», no seu significado democrático e revolucionário. A nossa história tornava-se dêste modo para Teófilo uma como que pre-figuração da república. Daí o ódio melodramático aos Reis, as suas diatribes incessantes à Igreja, a sua defesa acalorada dos Judeus, o seu apêgo a quanto, moral e socialmente, constituísse um agente dissociativo da forte unidade católica e monárquica em Portugal.

Como representante duma tão deplorável mentalidade, Teófilo Braga foi o «último». São outros hoje os rumos que na sua quási unanimidade norteiam os pensadores e intelectuais do meu país. Professor da Faculdade de Letras de Lisboa, Teófilo Braga sentiu, decerto, o isolamento que o rodeava, — o êrmo em que o abandonavam os seus próprios alunos. Bandeira de livre-pensadores semi-

Digitized by Google

analfabetos, eis o rasto que fica de Teófilo Braga! As erratas à sua obra seriam, sem exagêro, pouco menos volumosas do que ela. E, no entanto, morreu «alguém». Alguém, que foi vítima das superstições racionalistas do seu tempo, mas que tinha talvez nascido, se o seu critério fôsse mais alto, para erguer à glória de Portugal um monumento tão imperecível como o que Menéndez y Pelayo ergueu à glória de Espanha!

1924.

Digitized by Google

Digitized by Google

MAIS LONGE AINDA!

Digitized by Google

Digitized by Google

MAIS LONGE AINDA!

Encerra-se com êste número a segunda série da nossa revista. Não nos fica mal, por isso, quedar-nos um momento a olhar o caminho andado, buscando assim, se realmente avançamos, alento para novas empresas. E' de escuridão e de perplexidade a hora presente. Mas quando da vergonha política e moral do *Pacto-de-Paris* a *Nação Portuguesa* resurgia para a existência, devemos concordar que o horizonte se mostrava mais carregado, — mais carregada se mostrava a treva funda em que marchávamos. Com a serenidade duma fé que nem um só minuto desfaleceu, nesse instante de deserção e abandono tornámos a fazer o protesto de servirmos firmemente a Portugal, — e só a Portugal! — restituído pelas disciplinas fieis da Tradição à trajectória do seu admirável destino histórico. Saíramos então duma batalha em que tudo parecera perdido, — menos a honra, de mãos dadas com a sinceridade. Perante a capitulação inesperada dos depositários da herança vencida pela intervenção estrangeira sôbre a colina de Evora-Monte, dir-se-ia que apenas nos restava, ou capitular também, ou retirar-nos da liça, emudecendo para sempre. Lou-

Digitized by Google

vores a Deus, não emudemos, nem capitulámos! Cheios da fôrça invencível do Espírito, à lei do Espírito nos recolhemos, seguros de que por ela seriamos premiados e encorajados. E ao reaparecer a *Nação Portuguesa,*—símbolo perfeito dum regresso às origens donde tudo procede, — não duvidámos em confessar bem alto que talvez a Portugal estivesse reservada a sorte incomparável de se restaurar para a sua antiga glória, inaugurando, à face da Europa assombrada, o adivinhado e já entrevisto maximalismo do mundo ocidental.

Não nos faltavam, na verdade, razões para assim o acreditarmos, atendendo a que Portugal possuia no *Integralismo* uma doutrina completa de reacção. Depois, exactamente, porque no nosso pobre país tudo se subvertera e aluira, desde a sociedade ao Estado, é que existia campo largo para uma realização heróica que marcaria o advento da Ordem-Nova. «Quando Deus apaga, é que Ele quere construir», — proclamava Joseph de Maistre. E na sua miséria desesperante, mas, sem dúvida, merecedora ainda da sua obliterada dignidade de nação apostólica, não justificaria Portugal as palavras profundas do grande doutor da Contra-Revolução? Ai de nós, iniciadores e criadores em tantos feitos supremos, Portugal desertaria, não por êle, ao chamamento que o Senhor por certo lhe reservava, como graça concedida ao seu sacrifício dum século nas aras execrandas dos falsos deuses da Revolução! Desertaria por culpa dos seus Chefes,

Digitized by Google

divorciados por completo dos deveres da sua alta gerarquia, — desertaria pela demissão voluntária duma árvore dinástica que em ambos os seus ramos a si mesma se excluia do interêsse nacional, base da verdadeira legitimidade !

Coube à Itália romper a jornada sonhada por nós para Portugal. E tão depressa os loureiros romanos acolheram na sua sombra patrícia os legionários audazes do *Fascio*, tôda a sagrada terra latina se agitou, como que fecundada por um vento novo. «*Giovinezza! Giovinezza! Primavera di belleza!*» Sacudindo o seu marasmo centenário, o Ocidente acordava para as sugestões exaltadoras do futuro, desmentindo aqueles que lá dos nevoeiros densos da Germania, por bôca de Oswald Spengler e do conde de Keyserling, anunciavam a fatalidade da sua decadência. A febre nacionalista, escachoando como uma fôrça bárbara, acordou por sôbre o Mediterrâneo o cantar extinto das sereias. Bem cedo a Cruz a batizou, — à epopeia recem-nascida, em que já se coalham, com acentos de bronze e oiro, as primeiras estrofes dum rítmo que ainda de leve se entende, mas a cuja sedução ninguém, com raça nas veias e com Cristo na alma, poderá, em verdade, resistir ! O que nós quiseramos para Portugal, poude Mussolini empreendê-lo. Empreendê-lo, não como *doutrina*, mas como uma soberba e convincente demonstração pelo *facto* de que o Ocidente não morreu e de que na sua volta

Digitized by Google

às virtudes clássicas do Poder reside o segrêdo do seu inevitável ressurgimento.

Retardada no andamento regular da sua aparição, a nossa revista, ao encerrar-se a segunda série, reconforta-se, para maiores caminhadas, com a vitória de Mussolini. Enche-nos essa vitória de animadoras certezas, tanto mais que na visinha Espanha um ditador se levanta também e com gentil bravura liberta a Realeza dos vergonhosos compromissos partidários que a diminuiam e manietavam. Quando enfileiramos com tão chamejante entusiasmo em tôrno da idéa dum Chefe, escusado é declarar que não nos subordinamos à simples imposição materialista de qualquer pretoriano, mordido de cesarite aguda. Saudamos no Chefe, — ou seja Rei, ou Ditador, o realizador necessário das aspirações de resgate já tão abertas na alma dos povos ocidentais, despertados, enfim, dum pesadêlo trágico de cem anos. Dêste modo, civil um, o outro militar, Primo de Rivera é bem irmão de Mussolini na mesma ância nobre que o impulsiona e conduz. Falta-lhe, como a Mussolini falta, o sentido orgânico duma *doutrina*. Mas não falta a ambos um instinto apurado de arquitecto,—e vê-los-emos depressa ocupar no agradecimento dos seus concidadãos o lugar que na Biblia ocupam os antigos fundadores de Cidades.

Verifica-se consoladoramente que, entrada em plena decomposição a ideologia política e social de 89, duas das nações mais directamente atacadas

Digitized by Google

pela sua avariose mortal se decidem a uma cura enérgica, que não só aproveitará a elas, porque o mal da Revolução é universal e universal será igualmente o contra-veneno que o destruir. Descida das meditações isoladas dum grupo reduzido de pensadores, a Era que desponta ensina-nos que já ingressaram no âmbito das verdades imediatas e diárias aquelas máximas e aquelas conclusões até há bem pouco ofuscadas pela superstição inqualificável da Democracia. Se a Conferência da Paz, com os Lloyd Georges, os Wilson e os Clemenceau, representou o triunfo aparente dum arcaísmo que em pouco mais dum século ia subvertendo a Europa, ergamos as mãos ao Ceu em sinal de gratidão, porque Deus não permitiu que as leis da vida continuassem transgredindo-se e que os povos, atirados para um suicídio colectivo, não arripiassem a tempo na rampa inglória por onde rolavam. E se mais demoradamente olharmos a agitação enigmática que, simultâneamente, esfarrapa e unifica a contraditória Alemanha dos nossos dias, no predomínio que de hora para hora a Baviera vai tomando sôbre a marcha tão obscura da Imperial-República, podemos contemplar com fundamentada esperança o renascer do fundo católico das velhas pátrias europeias, que o vento da Reforma revolveu criminosamente, para que depois a Revolução passasse mais à vontade.

E ninguém imagine que nos seduz a estulta miragem dum retôrno ao que, em fraseologia par-

Digitized by Google

lamentar, se entende por «situação» ou «govêrno» das «direitas»! O que marca a ditadura legalizada de Mussolini marca também o aprumo ditatorial de Primo de Rivera: — é a sua perfeita consciência de que o eixo das questões que avassalam na Europa a combalida carcassa do Estado se encontra nos conflitos do Trabalho e do Capital, — na subjugação cada vez mais opressiva das actividades produtoras à tirania dum argentarismo crescente e sem escrúpulos. Porque os ilumina a clara mantalidade do Ocidente, nem Primo de Rivera nem Benito Mussolini se deixaram vencer pelo dogma marxista da «luta de classe». Mussolini, vindo dos arraiais socialistas, arvora em emblema de congregação o feixe simbólico dos litores, — Primo de Rivera desembainha a espada e torna a Espanha tôda numa vasta tenda de guerra. Porquê? Precisamente porque as «Direitas», depositárias no seu burguesismo impenitente dos detritos petrificados do Liberalismo, se incapacitaram irremediàvelmente para a solução, tanto *humana* como *nacional*, dos problemas que é imperioso resolver, afim de que a civilização se salve e a lei do Espírito não sucumba na terra diante da lei ululante do Número.

O que caracteriza, pois, o movimento fascista é o que caracteriza o movimento militar espanhol. Não é um partido que sobe às esferas da governação pública, suscitado por exigências torvas de repressão. E' antes, e ùnicamente, uma obra de reparação e de equilíbrio que se começa, um pouco

Digitized by Google

cirurgicamente, é certo, usando-se de métodos adormecidos por uma longa época de sonâmbula e hipócrita legalidade. Gritam as «direitas», — gritam as «esquerdas». «Esquerdas» e «direitas» urge que desapareçam, porque são filhas do individualismo solto da Revolução, — e a Revolução é a morte da alma centenária dos povos e a geradora da monstruosidade plutocrática dos tempos modernos, perante a qual, e esquecidas as regras divinas da Justiça, é quási de legítima defeza a monstruosidade bolchevista. De modo que Benito Mussolini e Primo de Rivera, reagindo cada um segundo as possibilidades e o temperamento dos seus respectivos países, confirmam experimentalmente a admirável atitude contra-revolucionária assumida em França por Maurras e pelos seus companheiros, — atitude que o *Integralismo Lusitano*, por seu turno, corporizou e definiu entre nós, quando em 1914 se lançava aos acasos da publicidade o primeiro número da *Nação Portuguesa*.

A lento e lento, os anos decorridos, se foram anos de pesadêlo e tragédia, foram igualmente arrancadas emancipadoras para um futuro melhor e menos carregado. A *Action-Française*, desbastada pela Grande-Guerra na flor mais escolhida dos seus adeptos, reverdeceu pujantemente como um tronco que o vendaval mutilasse, mas que a primavera, acrinhando-o, veio enfeitar de fartos gomos desabrochantes. A sua influência é hoje tão intensa e tão sensível que Raymond Poincaré, Presidente

Digitized by Google

do Conselho, se vê constantemente acusado, na imprensa e no parlamento, de lhe seguir a inspiração, — de lhe escutar as indicações. A república em França *monarquiza-se*, — não como um regimen que evolui acidentalmente para outro, mas como uma transformação mais séria e mais eficaz, porque o que está em crise são todas as instituições forjadas pela fantasia dementada do romantismo político. De maneira que, em presença de tantos e tão expressivos acontecimentos, devemos concluir, como Jacques Maritain conclui no seu belo *Antimoderne*, que «*sous le travail de ruine et de corruption dont nous sommes témoins, un œil attentif peut discerner des gérminations précieuses. Pendant que se disloque la grande machine du monde*, — acentúa o feliz renovador do Tomismo,— *l'avenir s'élabore en quelques points d'élection... En vérité, malgré la boue et le sang dont elle regorge, l'époque actuelle est puissamment intéressante pour l'esprit, et elle annonce les plus beaux combats*».

E nós, — e Portugal? Neste como que *memento* que nos achamos tracejando, ficou já bem assente como tudo em Portugal se dispunha para que nós retomassemos a nossa alta dignidade de nação apostólica. Essa seria a terceira vocação de Portugal, — de Portugal conquistador e descobridor! — a de inaugurar na Europa o maximalismo ocidental. Possuíamos uma doutrina e uma hoste de dedicações disciplinadas até ao sacrifício. Quando se his-

Digitized by Google

toríe nos seus detalhes mais ocultos o que foi o consulado de Sidónio Pais, saber-se-á que já então o grupo integralista se empenhava em lançar no nosso país o advento da Ordem-Nova. Tombou Sidónio Pais, assassinado pela cegueira republicana da sua mentalidade pouco aberta às solicitações da hora que avança. Os sucessos que a sua morte provocou, — sucessos de confusão e de catástrofe! — demonstram-nos amplamente que, à fúria destruidora do jacobinismo, sobrepuja em Portugal a apatia ignóbil dos chamados «conservadores». A paixão do *Integralismo* atinge quási o seu ponto máximo, — escarnecido por uns, mal entendido por outros. Não viam em nós mais do que um embrião de partido, — dum partido, formado contra a República, ao lado dos fariseus do Constitucionalismo! Apelámos debalde para o que, à nossa volta, houvesse ainda das qualidades ancestrais da raça. Só nos rodeava a ciganagem das «esquerdas», tripudiando sôbre o corpo miserando da Pátria, de braço trocado com a cupidez sem escrúpulos das «direitas». Os «lucros de guerra» arvoraram-se em traços de união, — numa como que «união-sagrada», em que se adorava a Belphegor e ao seu cortejo de divindades sórdidas!

Nem assim desanimámos! Recorre-se ao exilado de Londres, — ao que ostentara nas suas mãos o cetro de Afonso Henriques. Cena molièresca a da nossa ida até êle! Não desistimos ainda... Abre-se a questão dinástica, chovendo sôbre nós

Digitized by Google

as pedradas da calúnia e da má-fé. Pois a nossa crença não esmorece! Vem em seguida o *Pacto-de-Paris*, em que somos atraiçoados por uma Infanta de Portugal e se enterram com desprêzo vexatório aqueles princípios que constituiam o melhor brazão da nossa inteligência. Foi a altura de reconhecermos desassombradamente que, por uma pertinácia cega, Portugal se condenava a expiações mais duras e mais prolongadas. Recolhidos ao castelo-interior da nossa doutrina, atirámos de novo a lume a *Nação Portuguesa*. Voltávamos ao comêço. E agora que a sua segunda série se fecha, decerto que não é escusado êste exame de consciência.

Afinal, não caminhámos debalde! Moralmente, o triunfo sorri-nos. Trabalhadores modestos da obra de salvação dolorosa que Deus impôs à Europa, testemunhámos intrépidamente, das linhas de fôgo às estradas do exílio, a sinceridade e a elevação da cruzada a que nos votáramos plenamente. Hoje, se em Portugal a obstinação persiste como um ferrete de anátema, os exemplos da Itália e da Espanha abrem janelas no reduto fechado donde combatemos e dão-nos, mais forte e mais consistente, a convicção do nosso destino superior. Por nós, Portugal não morrerá! Não por nós, — caducos indivíduos dum momento, pó viajante que não demorará a juntar-se ao pó das gerações que transitaram! Mas pelo fermento que se agita nas nossas palavras, que se incendeia nos nossos corações e

Digitized by Google

imprime às nossas artérias um «alerta» heróico e harmonioso. «*Les hommes qui pour une part quelconque, coopérent á la renaissance dont nous indiquions tout á l'heure quelques prodromes, sont vraiment les auxiliaires des forces divines, parce qu'ils préparent l'ordre futur, et déposent, dans un univers qui s'en va, les linéaments d'être et de santé ou la vie se réfugie, et qu'elle utilisera pour construire*», — escreve Jacques Maritain, de olhos postos no seu país. Nisto consiste também o alento que nos dirige e mantem em quadrado firme, diante das investidas de uma sociedade que estrebucha e que não vale a pena salvar. Nada fazemos por nós nem para nós! Aceitamos gostosamente o chamamento com que Deus nos distinguiu, embora confessemos a nossa indignidade, batendo nos peitos, como o centurião dos Evangelhos.

E seja o nosso brado um só, ao fincarmos, com a série que termina da nossa revista, um novo marco nas andaças em que a vida se nos abrasa e consome, — tal como uma labareda infatigável, crescendo sempre! — «Mais longe, muito mais longe ainda!» Ninguem nos consegue subtrair à voz misteriosa que nos atira para além dos horizontes quotidianos e das contigências covardes da nossa carne perecedoira. «Mais longe, muito mais longe ainda!» A semente que a nossa juventude espalhou na limpidez cristianíssima da manhã por sôbre a gleba caída em poder de infieis, — essa semente, aspergida, já lá vão dez anos, com o gesto lento,

Digitized by Google

mas seguro, dos semeadores de Millet, frutifica, basta e vigorosa, debaixo da graça permanente do Céu. Não nos iludimos com a mentira convencional das aparências! E' para nós de ciência certa que o Portugal bastardo em que nos debatemos tem de morrer inevitàvelmente, para que o verdadeiro Portugal ressurja, sob o olhar benéfico do Senhor Deus dos Exércitos e das batalhas. Diga-se aqui bem nitidamente, com o clangor das trombetas que derribaram os muros de Jericó: — o que nos mata, o que nos abate, são as «direitas», — é o monarquismo tonto e exibicionista dos nossos salões, em que o Judeu governa, instalado tanto na Bolsa, como nas costelas heráldicas que blasonam dos Almeidas e dos Albuquerques terríveis. Contra as «direitas», — reflexo dos postiços que Eça de Queiroz cruamente dissecou nos seus romances, necessitamos de projectar, rodopiando por cima das nossas cabeças, o vergalho bruto dos demolidores. Aprendamos com a lição do Santo-Condestabre, unindo-se à arraia-miuda para lhe conferir direcção e finalidade, no momento em que as «direitas» do seu tempo, — consinta-se a expressão! — teimavam em amarrar Portugal a conceitos mortos, a posições já cadaverizadas!

«*Alguma coisa cheira a pôdre no reino da Dinamarca!*» — monologava o personagem célebre de Shakespeare. Pois a pôdre cheira também tudo no antigo reino de Portugal! Assistimos entre nós a imprevistos e repugnantes espectáculos! Um rei

Digitized by Google

no destêrro, em manifesta falsificação do que representa o papel moralizador da Nobreza, concede títulos, como o Banco-de-Portugal fabrica notas, às mais inesperadas improvisações do *carnet-mondain*. Das nossas Universidades os catedráticos deslocam-se, num deplorável histrionismo, para serventuários dos financeiros que lhes alugam o nome e a pretensa categoria scientífica. Os padres desobedecem aos seus legítimos Pastores, para se matricularem nas fileiras do Constitucionalismo putrefacto mas desgraçadamente insepulto. Chusmas e chusmas de insexualizados da literatura ressuscitam, como motivo de êxito estrondoso, uma Sodoma de cenografia imbecil, sem a hediondez magestosa da outra que ficou ardendo nos versículos bronzeos da Bíblia. E, atinando, por fim, com o segrêdo da sua consolidação, a República assenta à mesa, em que se está devorando a Riqueza-Nacional, conservadores e jacobinos, reconciliados nos bastidores das Companhias e dos Bancos sôbre êsse suculento festim de Trimalcião.

Tal é, ao declinar do Ano da Graça de 1923, a fisionomia horripilante de Portugal! Cianose infame que oculta o rosto venerando da Pátria, apliquemos-lhe como impreterível intervenção cirúrgica o radicalismo intemerato da nossa doutrina. Só Jacques Maritain formúla concisamente o programa que nos cabe executar. «*Il importe d'integrer l'immense materiel de vie contenu dans le monde moderne, mais il convient de haïr le monde moderne*

Digitized by Google

pris dans ce qu'il regarde comme sa gloire propre et distinctive: l'independance à l'égard de Dieu. Nous haïssons donc l'iniquité révolutionaire-bourgeoise qui enveloppe et vicie aujourd'hui la civilisation, comme nous haïssons l'iniquité révolutionaire-prolétairienne qui veut l'anéantir. C'est pour Dieu, ce n'est pas pour la société moderne qui nous voulons travailler. S'il ne s'agissait que de defendre les coffres-forts du Comité des Forges, ou la Rèpublique de la Maçonnerie, ou la Société des Nations, ou la culture laïque et kantienne... ou la «religion» qui ne croit pas, et qui n'aime pas, et qui rassure les gens riches, qui donc voudrait lever le petit doigt?» Também nós não levantariamos nem o dedo mínimo, se salvar Portugal fôsse salvar o conúbio apertado de plutocratas e arrivistas em que para nós se resumem, à luz da perfeita justiça, as «esquerdas» e as «direitas»! Desdobrem-se as asas da nossa aspiração! Mais longe, muito mais longe ainda! E que a ância em que a alma se nos dilata não se deixe nunca sucumbir diante da vastidão incomensurável dos caminhos a percorrer!

1923.

Digitized by Google

ADIANTE, POR SOBRE OS CADÁVERES!

Digitized by Google

Digitized by Google

ADIANTE, POR SOBRE OS CADÁVERES!

Nova jornada vai começar para a nossa revista e são hoje, como ontem, as mesmas palavras de exortação. Nem por um só instante desprendamos o problema português do problema ocidental! Mais que uma crise de ordem meramente política e social, a crise, que tão dolorosamente a Europa atravessa e que no nosso país se reflete em aspectos máximos de tragédia, é, sobretudo e talvez unicamente, uma crise de «civilização».

Mas o que se deve entender, o que entendemos nós por «crise»? Igual interrogação se fazem todos os que na hora presente tem em consciência a responsabilidade do futuro—ou manejem uma pena ou afaguem uma espada. Igual pregunta se faz a si próprio René Johannet, autor dêsse livro, bem discutível por certo, mas forte de energia, tão rico de apêlo à acção,— «*Éloge du bourgeois français*». «*Moment périlleux et decisif, dit fort bien Littré*, —regista René Johannet a respeito do que seja uma «crise». *Périlleux, c'est-à-dire, autout duquel se joue le tout pour le tout*». E o autor do *Eloge de bourgeois français*», procurando definir a sua preocupação, remata concludentemente:

Digitized by Google

— «*Voilá les développements naturels que comporte la définition de Littré, qui est la définition classique*». Uma «crise» não é, pois, uma dificuldade passageira, uma contrariedade fugitiva na marcha das coisas públicas ou dos negócios governativos. Se uma das piores gafas dos sistemas democráticos é a «vulgarização» excessiva, é a «facilitação» deprimente a que obriga tudo, na bastardia dos vocábulos e no uso indecoroso a que o verbalismo dos tribunos e dos sicofantas lhes sujeitam e entortam o significado, vai-se-lhes a natural nobreza, a natural propriedade, a ponto de se tornarem fórmulas vagas, expressões ùnicamente auditivas. Tal acontece com o termo «crise», inteiramente deshonrado pela gíria dos políticos profissionais e de seus compadres, — os senhores que, a tanto por opinião, escrevem «artigos» nas gazetas.

Impõe-se assim a necessidade de a tudo se restituir o seu valor, de a tudo se restituir o seu logar e o seu sentido. Restituamos, pois, à palavra «crise» a sua perdida dignidade! Se ela traduz, na verdade, um instante «perigoso e decisivo», um instante em que o risco de se ser vencido é igual ao risco de total subversão, não há dúvida que Portugal se encontra em «crise», porque se encontram em completa negação as suas mais íntimas razões de ser, os motivos mais fortes da sua velha existência histórica.

Mas o fenómeno, cujos efeitos dominadores e progressivos com angústia constatamos, não é um

Digitized by Google

fenómeno doméstico, de natureza exclusivamente nacional. Se lhe bosquejarmos a densa árvore genealógica, sem custo se verificará que as suas raizes são as raizes do mal profundo, do mal já mais que secular, em que a idéa solidária de «Europa» se vem assustadoramente desfazendo. O minuto extremo, — aquele em que a «crise» atinge a plenitude e se resolve, numa direcção ou noutra, é, porém, o minuto que corre. Mas de que estranha enfermidade, de que herança perniciosa recolhemos as conseqüências? Não é inútil repeti-lo! São os frutos dum largo e irrepremido individualismo, que, revelando-se primeiro com a Reforma na dissidência religiosa, se revelou com a Revolução-Francesa na quebra da únidade moral por que cada pátria se regia e alimentava.

Como os do Proteu mitológico, vários são os aspectos do Individualismo, múltiplas e imprevistas as suas formas. Mas sem dúvida, a sua obra mais nefasta foi a que, em nome duma ilusória «liberdade intelectual», operou nos domínios da Inteligência pròpriamente dita. Levando-a às embuscadas do puro subjectivismo, levando-a à rutura com a objectividade e, portanto, com a essência inalterável do Ser, expulsou o «absoluto» da vida humana, para o substituir, numa evidente diminuição da nossa personalidade, pelas traiçoeiras, ainda que sorridentes seduções do chamado «intelectualismo», — da chamada «filosofia moderna». Despresadas desta maneira a lição e a experiência dos

Digitized by Google

séculos, os homens rolaram de quimera para quimera, de utopia para utopia, entregues cegamente ao canto hipócrita das sereias que, prometendo-lhes a ambicionada emancipação, — a posse apetecida dos frutos da árvore de Todo-o-Saber, só os trouxeram, afinal, aos parapeitos do abismo, em que, suspensa da sua túnica bordada de castelos e catedrais, a grande madre Europa, se alonga um passo adiante, não tardará a precipitar-se.

Não nos quedaremos aqui em demorados exames de consciência. Mas, apontando como a tara pior do Individualismo a sinistra perversão da Inteligência, diabòlicamente efectivada por êle, o nosso fim é salientar a urgência de condicionar tôda a acção reconstrutora por um labor constante de rectificação mental. Para que a «crise» assumisse quási as raias de catástrofe sem remédio, abriu-lhe o caminho, facilitou-lhe o andamento, o trabalho de dissociação criticista, em que, a partir, principalmente, do século XVIII, a Inteligência, prostituindo-se, se empenhou afincadamente. Preparando o advento duma barbaria sem nome, era, no fim de contas, o seu suicídio que a Inteligência preparava. Apercebeu-se ela da sorte que a esperava nas alamedas da Cidade-Nova, a tempo de poder reagir, já com a lei do Número ululando, como um monstro de mil cabeças, contra a lei do Espírito, — a eterna lei libertadora, a lei pela qual o homem, se aceita e serve, é implicitamente colaborador de Deus na obra incessante da criação.

Digitized by Google

Saüdando no prólogo do seu livro, já citado, o Ditador que há de surgir para agrupar e coordenar os valores dispersos, mas diligentes, de que a França hodierna regorgita, cheia, escreve René Johannet: — «*Il n'y a jamais pour les peuples qu'un seul et immense probléme, qui ne s'interrompe pas une minute et ne cesse de se transformer: le probléme des élites*». Efectivamente, o problema imenso, o único problema a que, no fundo, se reduzem as agitadas questões do nosso mundo, — do desgarrado mundo ocidental, é um problema de «élites», um problema de «aristocracia» (ressuscitando e reabilitando a velha designação), — é um problema de puros elementos condutores, de minorias renovadoras, que se sobreponham enèrgicamente às apáticas, quando não subtrativas, quando não parasitárias, «classes dirigentes» das mentiras convencionais do nosso tempo. Se, como reconhecemos, a sociedade morre por carência de actividades que a estimulem na luta que é imperioso manter contra os agentes que afanosamente a desfibram e decompõem, para onde apelar, a não ser para a «selecção positiva», visto que a selecção pretensamente igualitária da Democracia só gerou o predomínio das cegas fôrças materiais sôbre o claro sorriso de Minerva, — sôbre a imarcessível Flor-de-Lis, que é o brasão de tudo quanto, em nome do Espírito, se oponha à tirania grosseira do Oiro e do Número? Mas como suscitar essas «élites», como promover a sua floração, o seu desenvolvimento?

Digitized by Google

Decerto que nas próprias reservas da sociedade, o seu germen existe latente. O que carecemos é de moldes, é de instituïções que naturalmente promovam a sua gestação e as amparem depois no crescimento, facilitando-lhes a detenção do Poder e com ela a direcção da vida social. Se a «aristocracia», se a «élite» não dispõe de nenhuma formação ética e mental, irrecusàvelmente que se volve depressa em casta absorvente, em oligarquia sequiosa dos mil e um prazeres derivados do desfruto do mando. Se mandar é um «fim» e não um «meio», a «élite» não é «élite», porque não corresponde à sua dupla função criadora e escalonadora. Iludem-se, por isso, os que, aferrados a um arcaico e despresível conservantísmo, imaginam que o repouso da sociedade e o seu ingresso no desejado equilíbrio se limita apenas a uma simples operação de carácter policial, — a um mero restabelecimento militar da ordem. A «ordem» em si pode até ser a «ordem» do bolchevismo, pode até ser a ordem que existe nos próprios Infernos, porque no Inferno existe uma «ordem», como Dante no-lo assinala, a Teologia no-lo ensina e agudamente Jacques Maritain nos acentúa no seu «*Anti-moderne*».

Acabemos com tão estéril como anuladora superstição, — a superstição da Ordem! Naturalmente que a ordem é condição essencial da vida. Mas não é a Ordem que gera a Vida, e sim a Vida que gera a Ordem. Á Ordem, ditada pelo rítmo sagrado da Vida, nos devemos dirigir. E outra não

Digitized by Google

é senão a Ordem, fundada e inspirada numa ordem mais profunda e mais real, — a do império imprescritível do Espírito.

Pense-se o que se pensar, braceje-se o que se bracejar, o dilema está nìtidamente enunciado: — a Ordem, sinónimo de civilização, só se restaurará pelos mesmos princípios porque, nos horizontes já brumosos da história, um dia foi possível. Sem a plena instauração de tais princípios, o Cáos voltará a soltar o seu rugido infrene, voltará a negra confusão primitiva. E nesta altura prevenimos que, amando cada vez mais a expressão directa e sóbria, não nos achamos aqui esboçando apocalipses, com tanto de ridículas como de enfáticas! No duelo tremendo em que se emaranham os instintos mais ocultos da sociedade com as suas mais belas lucilações, apenas a Igreja mantem a firmeza do seu rochedo, — apenas a Igreja que fez a Europa e que salvou do naufrágio do mundo antigo os melhores legados da cultura clássica, nos aponta a estrada segura da vitória e da reconstrução.

Não se esqueceu ainda aquela vigorosa página de Taine na «*Ancien régime*», quando o filósofo, resumindo o pandemónio violentíssimo da grande noite medieval, com as invasões passando e repassando, nos coloca diante dos olhos a solicitude quási divina dos monjes e dos bispos, tirando de tantos escombros fumegantes os lineamentos duma nova idade de paz, de trabalho e de fraternidade. Graças ao clero, graças à Igreja, as vontades se somaram, as

Digitized by Google

dedicações se hierarquisaram, as inteligências exploraram as veredas obstruídas do conhecimento e da meditação, — e de tão aplicada e evangélica tarefa resultou uma «ordem» que, no dizer de Taine, «*a empêché l'Europe de devenir une anarchie mongole*». Ameaçada de novo a Europa de cair, de mergulhar, e talvez irreparàvelmente, numa como que «anarquia mongol», á «ordem cristã» necessitamos de nos devolver, porque só na «ordem cristã» o homem deixa de ser «indivíduo» para se tornar «pessoa», — porque só na «ordem cristã» o homem, de quantidade errática e centrífuga, se transforma em parcela aditiva, em fecundo elemento activo, dentro da continuidade admirável das gerações.

«Revolta do ser contra a espécie», — eis como Augusto Comte classificou o individualismo revolucionário. Revolucionário, não porque êle date da Revolução-Francesa, — não porque êle descenda do grito rebelde de Lutero, mas porque, acompanhando-lhe a linhagem ao arripio dos tempos, vai directamente entroncar no *Non serviam!* eterno de Satanaz. Pois «revolta do ser contra a espécie», o individualismo revolucionário, tão seguramente sintetizado na frase epigráfica de Comte, é a negação da Liberdade que, sem a Autoridade, é mito vão, é fantasma irónico e nunca possuído. Obedecendo tão sòmente às solicitações inferiores da nossa contraditória humanidade, o que pretende é pôr no trono a besta semi-desperta que habita nas criptas, tão povoadas como misteriosas, de cada

Digitized by Google

um de nós. Ora se paramente com a refulgência dominadora do Bezerro-de-Oiro, ou, numa sinceridade estorcionada de manicómio, erija altares a ídolos que têm bôca e não falam, que têm olhos e não veem—como reza a letra do Salmo,—não há disfarce que esconda ou evite a regressão pavorosa a que o homem se condena, quando entregue exclusivamente a si próprio. Pondera a propósito Jacques Maritain: — «*Fondé sur les deux principes contre nature de la fécondité de l'argent et de la finalité de l'utile, multipliant sans aucun terme possible les besoins et la servitude, détruisant le loisir de l'âme, soustrayant le factible materiel à la régulation qui le proportionnait aux fins de l'être humain, et imposant á l'homme le haletement de la machine et le mouvement accélèré de la matiere, le monde moderne imprime à l'activité humaine un mode proprement diabolique, car le but final de tout ce délire est d'empêcher l'homme de se souvenir de Dieu...*». Falar em Deus, é falar no Espírito, — e o que é «progredir», — racionalmente entendido, — o que é «civilizar» senão elevar a Matéria ao Espírito, reintegrar a Criatura no Criador?

«*Progresser... c'est... passer du sensible au rationnel et du rationnel au spirituel et du moins spirituel au plus spirituel; civiliser c'est spiritualiser*», — salienta ainda Jacques Maritain. Mas o que se toma hoje por «civilizar»? Toma-se, precisamente, a operação inversa, — ou seja a diminuïção crescente do «espiritual», em manifesto e absor-

Digitized by Google

vente proveito do «material». Ora, à claridade de tais reflexões, se torna urgente para nós assentar o que convém dizer-se por «élites». Na perversão do conceito de «civilização», confundiu-se esta, duma maneira absurda, com um dos seus aspectos, indubitàvelmente dos mais tangíveis, mas por certo dos menos vitalizadores — o da «técnica». A alta cultura, — a cultura desinteressada, perdeu o seu prestígio, — e, quando, porventura, subsista num ponto ou noutro, subsiste desnaturada pela avariose filosófica dos últimos dois séculos. Se, na realidade, nos anima o fervente desejo de assegurarmos posições para defesa do tipo de humanidade que o Ocidente recebeu do Cristianismo, impõe-se-nos a obrigação indeclinável de rever e de rectificar êsse juizo corrente de «élite».

Escolhendo para tema dum seu notabilissimo discurso as «tendências intelectuais predominantes no mundo», assim se exprimiu Mgr. Seipel, o eminente chanceler austríaco: — «A tendência predominante na época que antecedeu a guerra era a exaltação da técnica, da organização, da democracia... A ciência do pensamento caíra em completo descrédito, porque a «técnica» criava tantas comodidades que ninguém supunha possível o viver-se sem ela. A «organização» foi a aplicação desta idéa predominante de «técnica» aos grupos humanos. A fôrça isolada é impotente e daqui a necessidade de congregar esforços para se alcançar os efeitos correspondentes às aspirações de maior

Digitized by Google

bem estar». Insurgiu-se Mgr. Seipel contra a «organização», no sentido exclusivamente numérico com que se pratica. Os próprios efectivos católicos padeceram as influências funestas de tão grosseiro equívoco. «Hoje nas nossas organizações buscamos, mais que o número, o valor moral e a perfeição interna dos seus membros», — acrescentou Mgr. Seipel. «O vento faz cair as fôlhas sêcas e as árvores só se beneficiam com isso. Não desprezamos a organização, mas cultivamos o espírito com mais cuidado que o organismo, preferindo a minoria selecta ao recrutamento em massa, que, incontestàvelmente, é imprescindível, mas que não pode utilizar-se sem a primeira».

Eis francamente enunciado o problema da formação e da função das «élites». Em refôrço das suas afirmações, aludiu também o ilustre e virtuoso chanceler austríaco aos exemplos que salutarmente o bolchevismo nos oferece. A noção vigente e legal da Democracia recebeu do bolchevismo o golpe decisivo, porque nos veio demonstrar como uma minoria compacta conseguiu desencadear tamanha comoção social. É oportuno documentar agora a opinião de Mgr. Seipel com as impressões do conhecido político espanhol D. Francisco Cambo. «*De todas las revoluciones triunfantes ocurridas en Europa en los ultimos años*, — escreve êle, — *las unicas sobre las cuales se ha concentrado la atención del mundo entero han sido la revolución bolchevista y la revolución fascista... El que no ve,*

Digitized by Google

presiente que lo que ha tenido lugar en Italia y Rusia no interesa sólo a los rusos y a los italianos, sino que interesa el mundo entero y tiene un valor universal». Porquê?

Porque tanto o bolchevismo, como o fascismo, *«representan, en su aspecto negativo, la exposición del fracaso de todo el sistema politico y de toda la ideologia democrática y humanitaria que imperaba en Europa hacia casi un siglo al estallar la guerra, y en su aspecto positivo, vienen a ser un encargo, un tanteo, en busca de las nuevas formulas para esquadrar y dirigir las funciones estatuales»*. E Cambo agrega: — *«El bolchevismo y el fascismo son, francamente, lealmente, anti-democráticos. Reniegan de la soberania popular y adjudican el gobierno a las minorias que por su audacia, por su fuerza, por su heroismo, han conquistado el derecho de gobernar a los demás... Tanto en Rusia como en Italia*, — prossegue Cambo, — *ha quedado de manifiesto que los progresos de la humanidad son más superficiales que lo que nuestra vanidad se complace en creer y afirmar: hoy, como en los comienzos más lejanos de la historia, el valor personal, el esfuerzo heroico, es el que triunfa y constituye la base esencial del Poder... Uno y otro movimiento expresan su menosprecio por el sufragio universal y por las instituciones parlamentarias... Tanto en Rusia como en Italia se gobierna hoy, no en nombre de todo el pueblo, según queria la ideologia democrática, sino en*

Digitized by Google

nombre de un partido, llegado al Poder proclamando un ideal y por el camino del esfuerzo heroico y cruento». E Cambo remata: — «*Podrá pensarse lo que se quiera de los sistemas politicos que imperan en Rusia y en Italia, pero es preciso confesar que su exposición es de una franqueza, como no se encuentraba ni por azar, en las expresiones tal vez decadentes, tal vez rudimentarias, de la caricatura abjecta del régimen parlamentario, en que vivian, en que viven todavia algunos países, donde tambien gobierna una minoria que llegó al Poder por la intriga y en el se mantiene por la ineficacia y por la claudicación*».

Do depoimento, tão significativo, de Cambo se deduz, afinal, aquilo que é um facto insofismável: — o Poder é sempre uma ditadura, consistindo apenas as diferenças que o hajam de distinguir na forma como essa ditadura se exerce, se em benefício, se em detrimento da colectividade. Tombaríamos assim na justificação terminante das teorias de Duguit, se à razão objectiva do Poder não adicionássemos para com os seus titulares um elemento de natureza moral ou subjéctiva: — a legitimidade. Despidas dos seus revestimentos históricos, a legitimidade do Poder resume-se em garantir na seqüência do seu exercício o bem da comunidade. Se o Poder se adquire ou ganha como um «fim», surje lógicamente a tirania, ou disfarçada em ficções legalistas, ou assumindo o carácter franco dum aberto acto de conquista. Como é uma minoria

Digitized by Google

que inevitàvelmente o detém e exerce, a «casta» aparece, ou saída da fôrça, ou gerada pela hipocrisia dos convencionalismos jurídicos. A segunda hipótese é a hipótese vulgar e nauseabunda das democracias, oprimindo e desvirtuando o rítmo social debaixo da opressão anónima dos partidos e dos parlamentos. A primeira hipótese essa é a da Rússia e ainda a da Itália. Reacções vigorosas contra a decomposição engendrada na alma dos povos pelo narcótico individualista, a experiência russa, produzida em nome das teorias de Karl Marx—um judeu alemão, — num terreno mal europeisado, em que a sonolência asiática amolenta o sentir da maioria, só vale para nós como o sinal evidente de que quem dirije e governa é sempre um grupo de homens reduzido, desde que os unifique uma ideologia ou mentalidade comum. Mais orgânico, mais inspirado nas razões claras do Ocidente, o ensaio governativo de Mussolini descobre-nos o lado positivo do fenómeno que, em termos opostos, a Rússia fornece á nossa meditação. É à morte da Democracia a que assistimos, é à vitória da sinceridade e do desassombro na arte de governar. Conseqüentemente, para nós, renovadores, tão elucidativo é o exemplo do fascismo, como o exemplo do bolchevismo.

De resto, é como o considera Mgr. Seipel. E caracterizando o eminente estadista e virtuoso sacerdote o sistema ditatorial que se experimenta mais ou menos em tôda a parte contra os vícios e insuficiências da Democracia, eis como êle se pronuncía

Digitized by Google

ainda: — «É êste regime (o da ditadura) um regime em que se substitui a vontade da maioria pela vontade dalguns homens de vontade e de energia... A ditadura não se suporta sómente por medo, mas porque se sente a necessidade duma mão forte e se prefere o império duma vontade clara à tortuosidade duma democracia infrutuosa. Nem o bolchevismo nem a ditadura são sistemas ideais, nem a melhor forma que poderemos encontrar para a democracia. Mas tanto o bolchevismo como a ditadura nos demonstram que o govêrno de todos será substituido pelo império de poucos, responsáveis ante a colectividade. Não é a forma que decide, senão o pensamento e a substância»

Certamente é o pensamento, é a essência, e não a forma, o que imprime natureza e direcção. Das agitadas combinações em que a Europa se debate depois da guerra, o que resulta já bem visível, já bem palpável, é êsse apêlo para uma vontade responsável e definida que confira consciência e personalidade à acefalia e ao anonimato do Estado democrático. Podem fracassar aqui e além, momentâneamente, ou com Mussolini, ou com Mgr. Seipel, ou com o general Primo de Rivera, tais prefigurações, — consinta-se o emprêgo do termo! — da nova ordem, — da ordem por vir. A nova ordem, — a ordem por vir, não brotará dum jacto das entranhas enfermas da sociedade, tal como Minerva, armada de casco e lança, brotou da cabeça de Júpiter. Só cérebros simplistas acreditarão na possibili-

Digitized by Google

dade duma mutação rápida de cenário, como num lance aparatoso de mágica. Possuamo-nos desta verdade incontestável e, integrando-nos no plano de Deus, não queiramos, num ridículo e ilusório orgulho, resolver dum instante para o outro, ou a golpes insensatos de reformas, ou por meio de qualquer cruenta cavalhada revolucionária, a sorte dum povo, o destino duma civilização! O rumo dos acontecimentos já nós sabemos onde nos leva: — ou ao cáos, se não reagirmos ou se reagirmos mal, ou ao govêrno das «élites», visto que, na aguda reflexão de René Johannet, para os povos não há senão um imenso e único problema, — o problema das «élites».

Mas não nos entreguemos passivamente à miragem, ou ao fetichismo das «élites»! É urgentíssimo, como assinalámos, promover a preparação dessas «élites». Não nos abandonemos também, nem ao critério errado da «organização», nem à idolatria da «técnica». Urge que o homem se «realize» totalmente, — e tal realização só lhe é possível por influxo e graça especial da lei do Espírito. Se a «cultura superior», se a «cultura desinteressada», nos aparece assim como fundamental, não nos aparece com papel menos preponderante a «piedade», como modeladora e ordenadora das decaídas potências da alma. Um dos grandes benefícios prestados pelo Cristianismo à civilização é êsse de, em cada homem, suscitar um como que resumo da humanidade. Não é dêste modo indiferente a distinção entre «pessôa»

Digitized by Google

e «indivíduo», que da filosofia da Escola trazemos para o campo da história, a fim de melhor se destacar que todas as culturas e todas as épocas, baseadas na «vontade», são culturas e épocas individualistas, — subtrativas, lógicamente, em relação ao todo humano, porque se baseiam no que no indivíduo é mais fàcilmente «animal», mais fàcilmente «instintivo», mais fàcilmente anárquico e flutuante. Ao inverso, são «aditivas», são «continuadoras» e «condensadoras» as culturas e as épocas, que se fundam, não no «indivíduo», mas na «pessôa», — sinónima, no seu valor transitório, de «género-humano», de «humanidade». O segrêdo, a resistência e, porque não dizer, a «eternidade» da civilização ocidental é onde residem. Diminuída hoje, porque o «indivíduo» a domina e enfraquece, da inteligência à economia, da sensibilidade ao entendimento. Rediviva amanhã, se a pusermos outra vez em contacto com as suas fontes originais, — com as suas nascentes ocultas e sempre moças.

Para tanto carecemos nós,—os que nos damos à consideração das «causas» e «efeitos», de nos reconciliarmos, sem perda dum instante, com o Ser,—com a violência e desprezada objectividade. Ensina-nos Santo Tomás, a cujo patrocínio nos confiamos, que a verdade não é mais que a «adæquatio intellectus et rei», — o consórcio da inteligência com a realidade. Ao consórcio de inteligência com a realidade precisam de se submeter modesta, mas vitalizadoramente os que em Portugal se devotaram

Digitized by Google

à cruzada da salvação nacional. Só assim uma «élite» se produzirá e educará, — «élite» sem a qual a reacção que «inevitàvelmente», mais hoje, mais amanhã, ha-de irromper das reservas últimas da colectividade, pronto se perderia na inconseqüência e no improviso das já desastradamente provadas «restaurações políticas». Convençamo-nos, pois, de que a questão portuguesa não é separável da questão europeia, — de que a crise que o nosso país atravessa é a crise que atravessa a civilização ocidental. Monarquia? República? Oh, a balbúrdia ignóbil dos mitos que nada exprimem! O drama vem de mais longe e o seu conflito é bem mais patético. Dum lado a Matéria com o seu cortejo de «conservadores» e de «radicais», adorando o mesmo deus, — o Oiro omnipotente e aliciante. Do outro lado o Espírito, contrapondo-lhe o inefável sorriso da primeira alvorada do mundo, — da alvorada inegualável da Criação.

No revolto laboratório o Futuro se delinea e afeiçoa. Delinea-o e afeiçoa-o o simultâneo labor de destruïção e de renovação, em que temos o nosso papel, a nossa acção. Acendamos a lâmpada do estudo, — e invoquemos a Jesus, Pai dos Séculos, Pastor das Nações. E é já poeira do túmulo, pobre cadáver ambulante, aquele que à glória intraduzível de ser um antecipado preferir jazer no charco em companhia das rãs, coaxando a miséria insolente da sua irracionalidade!...

1924.

Digitized by Google

ÍNDICE

	Pág.
Testemunho duma geração	1
A Rainha Santa	37
Os novos judeus	45
A Monarquia de Julho	55
O direito de revolta	69
No dia de Camões	79
A Festa do Trabalho	91
Exército e Tradição	103
A epopeia franciscana	119
A soberania da fome	131
Então porque fugiu?	139
De quem é a victoria?	153
Porque voltámos	161
Á margem dum livro	175
A lição do Brasil	181
As idéas de Duguit	223
Nos átrios da Cidade-Nova	233
Teófilo Braga	243
Mais longe ainda!	251
Adiante, por sobre os cadáveres!	267

Digitized by Google

ERRATAS

Pág.	*linhas*	*onde se lê*	*deve lêr-se*
22	11	Tarode	Parodi
171	8	pogresso	progresso
269	21	*autout*	*autour*

Digitized by Google

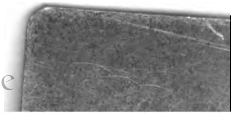
Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

UNIVERSITY OF MICHIGAN
3 9015 03588 1989



Digitized by Google

Digitized by Google